

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO

Angélica Luiza Silva Bezerra

**O FENÔMENO DO DESEMPREGO: uma das formas de controle da ordem
sociometabólica do capital**

Maceió

2010

Angélica Luiza Silva Bezerra

**O FENÔMENO DO DESEMPREGO: uma das formas de controle da ordem
sociometabólica do capital**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em Serviço Social.

Orientadora: Edlene Pimentel Santos

Maceió

2010.

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Maria Auxiliadora G. da Cunha

B574f Bezerra, Angélica Luiza Silva.

O fenômeno do desemprego : uma das formas de controle da ordem sociometabólica do capital / Angélica Luiza Silva Bezerra, 2010.

171 f.

Orientadora: Edlene Pimentel Santos.
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 170-171.

1. Controle do capital. 2. Trabalho. 3 Crises do capital. 4. Desemprego.

I. Título.

CDU: 364.23



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de Angélica Luiza Silva Bezerra, intitulada "**O FENÔMENO DO DESEMPREGO: uma das formas de controle da ordem sociometabólica do capital**", apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 27 de agosto de 2010, às 15h30min., no Mini - Auditório da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

Profª Drª. Edlene Pimentel Santos
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)
CPF: 133.659.674-00

Profª Drª. Gilmaisa Macedo da Costa
Examinadora interna (PPGSS- FSSO - UFAL)
CPF: 410.621.914-04

Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto
Examinador externo (Faculdade de Filosofia- UFAL)
CPF: 200.741.155-53

A Maria Lúcia, minha mãe e amiga dedicada, a Raylla Mirela e a memória de meu pai Djalma, pelo incentivo e pela oportunidade de concretizar meus objetivos, e à memória de minha tia Mariinha, por sempre me apoiar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a efetivação desta dissertação. Em especial, agradeço a minha mãe, Maria Lúcia, que em todos esses anos de trajetória acadêmica sempre me fortaleceu, incentivou e compreendeu a minha escolha de dar continuidade à pesquisa, na busca por conhecimento.

Agradeço a minha orientadora e professora Edlene Pimentel, por sempre se dispor a orientar e ensinar. Sua contribuição, como educadora, foi essencial na minha trajetória acadêmica e vivência de vida.

Agradeço a todos os professores que me proporcionaram o conhecimento ao longo da pesquisa.

Agradeço a minha família e amigos, que sempre me apoiaram.

Agradeço aos meus colegas de turma, em especial a Elaine Lima, Aline Joyce, Barbara, Jaqueline e Marcela pela amizade, compreensão e também ensinamento ao longo do curso, e por terem cultivado uma amizade duradoura.

*Meus senhores, é mesmo um problema
Esse desemprego!
Com satisfação acolhemos
Toda oportunidade
De discutir a questão.
Quando queiram os senhores! A todo momento!
Pois o desemprego é para o povo
Um enfraquecimento.
Para nós é inexplicável
Tanto desemprego.
Algo realmente lamentável
Que só traz desassossego.
Mas não se deve na verdade
Dizer que é inexplicável
Pois pode ser fatal
Difícilmente nos pode trazer
A confiança das massas
Para nós imprescindível.
É preciso que nos deixem valer
Pois seria mais que temível
Permitir ao caos vencer
Num tempo tão pouco esclarecido!
Algo assim não se pode conceber
Com esse desemprego!
Ou qual a sua opinião?
Só nos pode convir
Esta opinião: o problema
Assim como veio, deve sumir.
Mas a questão é: nosso desemprego
Não será solucionado
Enquanto os senhores não
Ficarem desempregados!*

Berthold Brecht

RESUMO

Este trabalho traz a discussão sobre o processo dinâmico do sistema do capital, ao impulsionar uma série de contradições que interferem diretamente sobre o destino da humanidade na forma do desemprego como um dos instrumentos de controle da ordem sociometabólica do capital. É nosso objetivo analisar os nexos causais que conduziram o desemprego como alavanca para a acumulação e consolidação do sistema do capital no capitalismo e como esta problemática controla a vida dos homens. Para isso, tomamos como base teórica os argumentos de K. Marx ao expor os fundamentos e as implicações do controle do capital sobre o trabalho e as consequências do desemprego como uma das formas de controle do capital, no propósito de submeter o trabalho aos ditames do sistema de reprodução do capital. Também nos fundamentamos nas indicações de I. Mészáros, a fim de tratar da nova forma do desemprego como limite absoluto do capital, ativado pela crise estrutural do capital vigente desde a década de 1970. Deste modo, tendo em vista os indicadores que expressam o desemprego na atualidade, é nosso interesse demonstrar que este fenômeno se torna crônico, com sua forma explosiva para a própria reprodução do sistema do capital. No texto, ainda esclarecemos que o desemprego, mesmo adquirindo atualmente um novo dinamismo que possibilita o seu aumento incontrolável, apresenta em seu caráter um limite estrutural de expansão, pois não há sociedade sem trabalho, ou seja, pela própria dinâmica de reprodução do mundo dos homens, o desemprego não pode atingir todas as atividades produtivas. Afinal, o capital é quem precisa do trabalho. Por isso, o desemprego torna-se uma das mais explosivas contradições do sistema do capital, acirrando ainda mais o controle do capital sobre o trabalho no processo de manutenção da ordem vigente.

Palavras chave: Controle do Capital, Trabalho, Crises do Capital, Desemprego.

ABSTRACT

This work brings the discussion about the dynamic process of the capital system, by driving a series of contradictions that interfere directly on the fate of humanity in the form of unemployment as an instrument for controlling the order sociometabólica capital. It is our objective to analyze the causal links that lead to unemployment as a lever for the accumulation and consolidation of the capital in capitalism and how this issue controls the lives of men. For this, we take as the theoretical basis of the arguments K. Marx to expose the foundations and implications of control of capital over labor and the consequences of unemployment as a form of capital control, in order to submit work to the dictates of the system of reproduction of capital. Also we have considered the indication of I. Mészáros, in order to treat the new form of unemployment as absolute limit of the capital, enabled by the structural crisis of the capital since the 1970. Thus, in view of the indicators that express the unemployment currently, our interest is to demonstrate that this phenomenon becomes chronic, with its own explosive way to the reproduction of the capital system. The text also clarified that unemployment, currently buying even a new dynamism which enables its uncontrolled growth, has in his character a structural limit of expansion, because there is no society without work, by the very dynamic player in the work of men, unemployment can not reach all productive activities. After all, capital is who needs the work. Therefore, unemployment becomes one of the most explosive contradictions of the capitalist system, further exacerbating the control of capital over labor in the process of maintaining public order.

Keywords: Control of Capital, Working, Capital Crisis, Unemployment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. NATUREZA E ESSÊNCIA DO DESEMPREGO EM MARX: a lei geral da acumulação capitalista.....	20
1.1. O processo de acumulação do capital e o crescimento da demanda de trabalho: as necessidades de valorização do sistema do capital.....	20
1.2. Concentração e centralização do capital: a diminuição relativa da força de trabalho.....	27
1.3. A produção do exército industrial de reserva: o controle do capital sobre o trabalho.....	34
1.4. A lei geral da acumulação capitalista: as diferentes formas da superpopulação relativa.....	42
CAPÍTULO 2. O FENÔMENO DESEMPREGO: O CONTROLE DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO.....	48
2.1. A mercadoria força de trabalho: uma forma de controle da ordem sociometabólica do capital.....	47
2.2. A relação capital : o controle do capital sobre o trabalho	60
2.3. A maquinaria e o aumento do desemprego: expressão do controle do capital sobre o trabalho.....	68
3. AS CRISES DO SISTEMA DO CAPITAL E A ATIVAÇÃO DOS LIMITES ABSOLUTOS: a tendência permanente do desemprego como forma de controle da ordem sociometabólica do capital.....	83
3.1. As crises cíclicas do sistema do capital e o fenômeno do desemprego: a tendência progressiva da diminuição da taxa de lucro.....	83
3.2. A crise estrutural do capital: a nova fase do desemprego na atualidade.....	92
3.3. Sobre a ativação dos limites absolutos do capital: a intensificação do controle do capital sobre o trabalho na forma do desemprego crônico.....	107

CAPÍTULO 4 – O DESEMPREGO CRÔNICO: uma característica explosiva da ordem sociometabólica do capital.....	121
4.1. O desemprego crônico: um antagonismo da ordem sociometabólica do capital.....	121
4.2. A flexibilização do trabalho como saída ao desemprego.....	140
4.3. O fenômeno do desemprego no mundo globalizado: contradições e desdobramentos.....	149
CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS.....	170

INTRODUÇÃO

Tendo em vista os maiores índices de desemprego nos últimos anos, de forma expansiva e global, desde a década de 1970 a problemática do desemprego tem sido um tema polemizado e discutido por diversos pesquisadores e técnicos da área do trabalho, com o propósito de expor alguma solução viável às consequências que o desemprego traz à sobrevivência de muitos trabalhadores. Hoje, diferentemente de épocas anteriores não tão distantes – quando o desemprego não despertava a preocupação da sociedade por estar associado ao subdesenvolvimento de alguns países –, o desemprego, ainda que alcance variações de avanços e recuos em diversos países e momentos, torna-se permanente e explosivo para o próprio sistema que o fundou. Partimos do pressuposto de que o desemprego, neste processo, intensifica a contradição do sistema do capital, pois, de um lado, o desemprego é fundado como a alavanca da acumulação, ele não deixa de ser necessário para o sistema do capital; por outro lado, torna-se uma dinamite social, um dos mais explosivos fenômenos causados pela forma de controle do capital sobre o trabalho cada vez mais intenso, já que na atualidade o desemprego adquire uma proporção maior em escala global, afetando quase todas as esferas da produção, daí ser considerado por Mészáros um limite absoluto do sistema do capital.

Considerando o avanço do desemprego a partir do aumento das forças produtivas do trabalho apropriadas pelo sistema do capital, buscou-se analisar o fenômeno do desemprego desde sua origem até os dias atuais, com o objetivo de identificar os nexos causais e os desdobramentos deste fenômeno tanto para o trabalho como para o sistema do capital na sua forma capitalista de ser, assim como os reflexos da autoexpansão do capital sobre o trabalho. Cabe destacar que o desemprego é um mecanismo de estratégia do capital; sua expansão é permeada por contradições e fases históricas, pois com a crise estrutural do capital, o desemprego adquire uma nova forma, diferente da época de Marx. Ele atinge não apenas os trabalhadores de um tipo de produção ou uma atividade ainda em desenvolvimento como no período da industrialização, mas atinge a totalidade da força de trabalho, tanto nos países avançados como nos periféricos, abrangendo uma grande massa de trabalhadores.

Na atualidade o desemprego alcançou uma escala mundial, alcançando jovens, adultos, mulheres e até mesmo os que estão inseridos no mercado de trabalho, gerando insegurança de a qualquer momento serem substituídos pela máquina ou simplesmente serem expelidos com o enxugamento da empresa, em prol da acumulação desenfreada. É nesse

contexto que o capital impulsiona o destino da classe trabalhadora de forma embrutecedora, ora absorvendo-a, ora expulsando-a do processo produtivo.

A nosso ver, com o agravamento do desemprego em termos proporcionais como expressão da dinâmica da produtividade do sistema do capital, este fenômeno torna-se um instrumento de controle do capital sobre o trabalho, partindo do pressuposto de que, sob a regência do capital, os trabalhadores são ajustados e submetidos a trabalhar sob as condições impostas pelo capital. Pois, de acordo com Marx¹, o número de trabalhadores é ajustado à valorização do capital. Nas palavras do autor: “A primeira palavra deste ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva; a última palavra, a miséria de camadas sempre crescente do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do pauperismo” (1984, p.209). Assim, o desemprego é uma forma de controle do capital, ele é produto necessário para a acumulação sempre crescente, ou seja, faz parte da lógica do sistema do capital. Por isso é importante esclarecer que o desemprego, mesmo adquirindo uma nova forma, sua essência não muda, pois é uma das estratégias do sistema do capital.

Diante das mudanças ocorridas no setor da produtividade no que se refere à empregabilidade, é frequente vermos no debate atual a exposição de que os trabalhadores hoje vivenciam uma crise no emprego. Na realidade brasileira, Márcio Pochmann² ressalta que:

O Brasil vive, atualmente, a mais grave crise do emprego de sua história. Nem a transição do trabalho escravo para o assalariamento, ao final do século XIX, nem a depressão econômica de 1929, nem mesmo as graves recessões nas atividades produtivas nos períodos 1981-1983 e 1990-1992 foram capazes de proporcionar tão expressiva quantidade de desempregados e generalizada transformação na absorção da mão-de-obra nacional quanto a que pode ser identificada nos dias de hoje (2006, p. 60).

A intensificação da tendência do aumento do desemprego é maior do que em épocas anteriores, tendo em vista o impulso incontrollável do capital por lucros, gerando instabilidade no emprego; para Pochmann, é um “movimento de desestruturação do mercado de trabalho”. Este movimento de desestruturação tem base em três componentes: “O primeiro está associado à presença, em larga escala, do desemprego em praticamente todos os segmentos sociais”. Para o autor, o fenômeno do desemprego no Brasil ocorre em massa; segundo o autor, “o país registrou a quarta posição no *ranking* mundial do desemprego. No total de

¹ MARX, Karl. *O capital*. Vol. I. Tomo: 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

² POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. IN: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

desempregados, o país perdeu apenas para a Índia, Indonésia e Rússia”. O segundo componente é “a regressão dos postos de trabalho formais, o que contribui para a perda de participação do emprego assalariado no total das ocupações, também conhecido por desassalariamento”. A questão do desassalariamento, segundo Pochmann, é novidade no Brasil; ela está associada à diminuição de empregos assalariados com registro. A nosso ver, esta realidade é uma das estratégias atribuídas pelo capital tendo o propósito de garantir uma maior produtividade com a empregabilidade dos trabalhadores sem garantias trabalhistas; é o caso da flexibilização do trabalho. O terceiro “refere-se ao processo de destruição de postos de trabalho de melhor qualidade, sem a mesma contrapartida nos empregos criados”, esta problemática se refere à precarização das condições de trabalho (2006, p.60).

Outro debate acerca da intensificação do desemprego é uma possível tendência ao fim do trabalho. Basta observar que na atualidade, com o aumento incontável do desemprego, mediante a intensificação da tecnologia a serviço do capital, muitos autores, começaram a discutir sobre o rumo do trabalho na sociedade capitalista, associando o aumento do desemprego a incrementos cada vez mais sofisticados das máquinas – as chamadas inovações tecnológicas. Com essa tendência alguns atores vão chamar de “Terceira Revolução Tecnológica”, pois são constantes os índices de demissões provenientes da alta tecnologia e robótica a serviço do grande capital. Para demonstrar um dos argumentos de Rifkin³ sobre a problemática do desemprego, menciona-se que:

Uma coisa é certa. Estamos entrando em um novo período da História em que as máquinas, cada vez mais, substituirão o trabalho humano na produção de bens e serviços. Embora prazos sejam difíceis de prever, estamos nos encaminhando sistematicamente para um futuro automatizado e provavelmente chegaremos a uma era sem trabalhadores, pelo menos na industrialização nas primeiras décadas do próximo século. O emergente setor do conhecimento será capaz de absorver uma pequena porcentagem da mão-de-obra deslocada, mas não em número suficiente para fazer uma substancial diferença no crescente número do desemprego. Centenas de trabalhadores serão feitos permanentemente ociosos pelas forças gêmeas da globalização e da automação (1995, p.313).

³ RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a revolução da força global de trabalho*. Tradução de Ruth Gabriela Banh. São Paulo. Editora Afiliada. 1995.

O argumento de Rifkin de que não haverá mais trabalhadores nas indústrias é algo inquietante. É certo que a globalização – tendência histórica que é impulsionada pelo sistema do capital desde seus primórdios – faz aumentar ainda mais as proporções do desemprego. Todavia, partimos do pressuposto de que o trabalho é algo ineliminável para a reprodução do sistema do capital para assegurar o seu objetivo, o lucro.

Para tanto, o propósito do estudo é demonstrar o fenômeno do desemprego como forma de controle do capital. É nosso interesse desvelar os fundamentos da dinâmica expansionista do sistema do capital, que ora expulsa, ora atrai a força de trabalho, o que fundamenta o fenômeno do desemprego como forma de controle do capital sobre o trabalho. É esta dinâmica de autoexpansão do sistema do capital que fundamenta o movimento das condições de emprego. Nossa preocupação é também demonstrar que mesmo que a tendência crônica do desemprego na atualidade esteja presente de forma global, há limites ao seu processo expansionista. Pois o sistema do capital precisa do trabalho produtivo, porquanto é o trabalho que possibilita a existência do capital e não o inverso.

Desse modo, mediante o aumento do desemprego e modificações nas formas de controle do capital sobre o trabalho – incitados pela ativação dos limites absolutos do sistema –, não podemos perder de vista a centralidade do trabalho como referência ontológica do ser social: o trabalho como atividade fundante do ser social. Para Marx⁴: “Como criador de valor de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (1983, p.50).

Pelo trabalho o homem, além de transformar a natureza transforma a si mesmo. Nesse sentido, é realizado o intercâmbio entre homem e natureza no qual desenvolve novas formas de habilidades e potencialidades para a humanidade. Desta forma, o homem se constrói pelo trabalho. Como Marx esclarece:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem com a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele, e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua natureza (1983, p.149).

⁴ MARX, Karl. *O capital*. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

O trabalho, portanto, dá origem ao gênero humano. Mas na sociedade capitalista, a relação entre o homem e a Natureza dá lugar a uma relação nada natural, a relação entre capitalista e trabalhador. Nesse processo, o trabalho tornou-se um mero instrumento de sobrevivência para os trabalhadores, pois o trabalho útil, concreto, o que cria o ser social é transformado em trabalho abstrato⁵, estranhado, alienado. “O trabalhador não é aqui mais que tempo de trabalho personificado” (1983, p.196). Assim, afirma Lukács⁶:

A transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato constitui exatamente a sua dinâmica no interior do ser, a essência da mercadoria. No plano econômico é, portanto, evidente que a circulação de mercadoria pressupõe o trabalho, enquanto é perfeitamente possível a existência do trabalho antes da mercadoria, mesmo um trabalho cujo desenvolvimento conduza já à divisão social do trabalho (1981, p.100).

A transformação do trabalho concreto no trabalho abstrato é um processo puramente social. É nesse processo que é determinado o papel e a função social das objetivações socioeconômicas, momento em que se afastam as barreiras naturais que impediam o desenvolvimento do gênero humano. No entanto, essas transformações do ser social, no sistema capitalista, como afirma Lukács, “também retroagem sobre seus sujeitos de maneira diversa” (1981, p.103). É o caso da transformação da força de trabalho humana em mercadoria, em que se efetiva a valorização do capital em detrimento dos interesses da humanidade, aumentando as reificações que se expandem à medida em que o capital se desenvolve.

Assim, com a desapropriação dos trabalhadores dos seus meios de produção, a condição para a sobrevivência torna-se cada vez mais desumana, pois os trabalhadores, para continuarem vivos, lutam por trabalho – para não restarem na condição de desempregados. Nos limites da sociedade burguesa, os trabalhadores são condicionados ao trabalho sob controle do sistema do capital. Como assevera Marx⁷: “O trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos de subsistência; deve ainda lutar por alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e pelos meios de realizar a sua atividade” (2006, p.67). Esta condição de

⁵ Para uma exposição detalhada sobre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, recorrer a Lessa (2007 p.127-247).

⁶ LUKÁCS, G. *L'estraniamento*, Capítulo IV do volume II de *Per l'ontologia dell'essere sociale*, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Editori Riuniti, 1981. Tradução de Maria Norma A. B. de Holanda (mimeo).

⁷ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Alex Martins, São Paulo: Martin Claret, 2006.

subordinação aos imperativos do sistema do capital é possível porque a força de trabalho é reduzida a mercadoria – momento em que são fornecidas as bases para controle do capital sobre o trabalho de forma direta.

A partir desses antagonismos, com o dinamismo em que o desemprego se firmou na sociabilidade capitalista e seus efeitos diretos não somente no trabalho, mas no sistema do capital de forma global, muitas são as interpretações acerca desse fenômeno, na busca da tentativa de solucioná-lo ou simplesmente amenizar os problemas econômicos, sociais e políticos causados pelo desemprego. E, neste processo, várias pesquisas associam a problemática do desemprego a fatores políticos e econômicos, com a diminuição do mercado de trabalho pela falta de crescimento de determinado país ou região.

No entanto, nosso propósito é esclarecer como o desemprego se fundamenta e se consolida enquanto forma de controle do sistema do capital, analisando este fenômeno no interior das contradições impostas pelo sistema do capital nos limites da sociabilidade capitalista para expor a limitação estrutural do desemprego tendo em vista a centralidade do trabalho – partiremos do pressuposto de que não existe sociedade sem trabalho, daí o limite estrutural de expansão do desemprego.

Portanto, não podemos perder de vista que diante das transformações ocorridas desde os primórdios do desenvolvimento do sistema do capital, no momento em que a força de trabalho é reduzida à mercadoria, com a desapropriação dos trabalhadores dos meios de produção, é que se fundamenta a origem do desemprego como uma das formas de controle da ordem sociometabólica do capital. Momento que fundamenta a alienação dos trabalhadores, pois estes, ao perderem o domínio de forma direta da reprodução social, foram submetidos aos imperativos do sistema do capital, e, o que é pior, foram reduzidos a meros instrumentos reprodutivos e, a qualquer momento, poderão fazer parte das fileiras dos desempregados quando o sistema do capital assim decidir, na busca por maiores lucros. É com essa argumentação que nos fundamentaremos ao longo do texto, já que a população supérflua cresce em proporções cada vez maiores e sem precedentes históricos, e o sistema do capital oprime o trabalho cada vez mais, tornando, neste processo, o desemprego um limite absoluto da reprodução sociometabólica do capital, já que atinge quase todas as atividades produtivas em escala mundial. A partir dessas considerações colocamos algumas indagações acerca do objeto de estudo:

- Podemos considerar o desemprego como um instrumento de controle do capital sobre o trabalho?
- Como se expressam os limites do desemprego crônico na atualidade?

– Há alternativa para o fenômeno do desemprego como instrumento de controle do sistema do capital?

Para responder a essas indagações nos propomos a investigar como o desemprego é um dos instrumentos de controle da ordem sociometabólica do capital, e dividimos nosso trabalho em quatro momentos. No primeiro, nos fundamentamos na *Lei geral da acumulação capitalista*, de Karl Marx, para expor a origem do desemprego a partir da sociedade capitalista, no desenvolvimento e consolidação da industrialização, e demonstrar que o desemprego, além de ser um mecanismo de alavanca para o processo de reprodução do capital é também um fenômeno intrínseco da ordem sociometabólica do capital. Para demonstrar o avanço do desemprego como uma forma de controle, destacaremos as mudanças cada vez mais constantes da composição orgânica do capital, na ânsia por lucros cada vez maiores. Buscamos compreender, ainda neste capítulo, que em tal contexto histórico o capital estava em plena efervescência de desenvolvimento como sistema mais dinâmico de toda a história. Pois é na sociedade capitalista que o sistema do capital adquire grandes expansões e se consolida como tal através do sempre crescente controle do trabalho pelo capital. Mas, ao lado do desenvolvimento das forças produtivas, viu-se também na mesma proporção o aumento do pauperismo. Essa é uma das contradições imanentes do sistema.

No segundo momento, procuramos entender os nexos causais do controle do capital sobre o trabalho e como este processo desencadeia uma série de contradições, tais como o aumento da exploração do trabalho na forma do desemprego. Para isso foi importante fazer uma análise sobre a força de trabalho como mercadoria, pois esta condição de tornar o trabalhador em uma mercadoria do capitalista foi o começo para impulsionar o controle do capital de forma direta e eficaz, sem obstáculos para seu impulso incontrolável por lucros. Deste modo, a partir da força de trabalho como mercadoria, o trabalho fica à mercê do capital e, com isso, os interesses do capital determinarão a quantidades de trabalhadores para a produção, e assim a armadilha do desemprego como controle é uma constante. Neste processo achamos oportuno entender a relação conflitante entre capital e trabalho e como esta relação se complexifica com o aumento do desemprego a partir da maquinaria.

No terceiro momento, abordaremos a relação do desemprego com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho a partir do movimento da taxa de lucro do capital – ora em queda, ora em alta – e como este movimento fundamenta a superpopulação relativa. Na sequência, analisaremos a história das crises do capital, demonstrando a diferença de uma crise cíclica e de uma estrutural e seus efeitos no trabalho na forma do desemprego. Posteriormente, faremos referência à ativação dos limites absolutos do capital. A ativação dos

limites absolutos do capital foi possível no momento do esgotamento da ascendência histórica do sistema, através da crise estrutural. Essa fase jamais vista na história da humanidade, segundo Mészáros, possibilitou um agravamento do controle do capital sobre o trabalho, na qual o desemprego se torna o fenômeno mais explosivo da ordem sociometabólica. Também destacaremos neste capítulo as repercussões que esta nova fase do sistema do capital trouxe para a humanidade em geral, e com ela a intensificação do controle do capital em relação ao trabalho, aumentando ainda mais os índices do desemprego em massa.

Finalmente, no quarto momento, trataremos das consequências do desemprego crônico como uma das mais explosivas contradições do sistema do capital, pois este agravante, como se expande de forma global – mas com limites estruturais –, é agora ameaçador para o próprio sistema de reprodução do capital. É por isso que neste capítulo faremos referência ao desemprego como um dos limites do capital, pois ele adquire uma nova dinâmica em face da crise estrutural do capital. Assim, é neste momento que iremos expor o desemprego na atualidade e como sua dinâmica vem afetando os trabalhadores no processo de produção. Tendo em vista as contrições que perpassam toda a discussão, exporemos ainda neste capítulo uma possível alternativa para o desemprego crônico, que não deixa de ser *comum* a qualquer outra contradição impulsionada e materializada pela reprodução sociometabólica do capital. Para a pesquisa nos fundamentamos nas formulações de K. Marx para demonstrar a gênese do desemprego e sua vinculação com o sistema do capital, e nos argumentos de I. Mészáros para a problemática do fenômeno do desemprego na atualidade.

CAPÍTULO 1. NATUREZA E ESSÊNCIA DO DESEMPREGO EM MARX: a lei geral da acumulação capitalista

No processo de acumulação e desenvolvimento do sistema do capital⁸, as relações humanas e sociais são radicalmente alteradas através da manutenção dos antagonismos de classes que, a nosso ver, são determinações da estrutura da sociedade capitalista em que se mantém a subordinação do trabalho ao capital. Esta subordinação ao capital se expressa de forma cada vez mais intensa, pois ao passo que a massa e o número de capital se desenvolve, cresce com ele o número de trabalhadores assalariados, já que estes, não podendo viver do seu próprio rendimento, são explorados pela grande indústria. Neste processo, o número crescente de trabalhadores supera a oferta para o trabalho, aumentando as fileiras do exército industrial de reserva, o desemprego. Assim, no processo de produção e acumulação capitalista vamos encontrar as determinações essenciais do desemprego, que têm sua base material na contradição capital e trabalho, a qual, nos dias atuais, vem se aprofundando com o avanço tecnológico e a intensificação da produtividade utilizada a serviço do capital. Com isso, o número de empregados é ajustado a partir das necessidades de acumulação do capital, tornando o desemprego uma forma de controle do capital sobre o trabalho. Na busca de expressar os nexos causais que mantêm a base fundamental do desemprego, em nossos dias, como forma de controle do capital, através da exploração dos trabalhadores, tomamos como referência inicial os argumentos de Karl Marx no capítulo XXIII de “*O Capital*”: a Lei Geral da Acumulação Capitalista⁹.

1.1 O processo de acumulação do capital e o crescimento da demanda de trabalho: as necessidades de valorização do sistema do capital

⁸ Para Mészáros: “Os elementos constitutivos do sistema do capital (por exemplo, o capital monetário e mercantil, bem como a produção esporádica de mercadorias) remonta a milhares de anos na história. Entretanto, durante a maior parte desses milhares de anos, todos esses elementos permaneceram como partes subordinadas dos sistemas específicos de controle sociometabólico que predominavam historicamente nos vários períodos, inclusive dos modos de produção e distribuição escravista e feudal. Somente nos últimos séculos, sob a forma burguesa capitalista, o capital pôde afirmar com êxito sua vigência como um ‘sistema orgânico’ oniabrangente” (MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 55).

⁹ “A lei geral da acumulação capitalista” é uma categoria analisada por Marx ao expor a dinâmica de expansão do sistema do capital na sua forma capitalista, na medida em que se desenvolvem as forças produtivas do trabalho, ao dinamizar de um lado a riqueza para os grandes capitalistas, e de outro a miséria, o pauperismo, para grandes massas de trabalhadores. Para uma maior exposição sobre esta categoria, ver o item 1.4 deste capítulo.

Com o progresso da acumulação do capital as transformações no mundo do trabalho são cada vez mais frequentes e são aprofundadas ao longo da história na medida em que o capital se desenvolve. No transcurso do desenvolvimento capitalista o destino da classe trabalhadora é radicalmente alterado, pois as relações de trabalho são redimensionadas em benefício do sistema do capital. Esta é uma condição de dependência entre capital e trabalho, pois a força de trabalho transformada em mercadoria é utilizada pelo capitalista e torna-se um instrumento para a valorização do capital. Assim, o trabalho assalariado é condição para o desenvolvimento do sistema do capital¹⁰, pois do contrário, o capital desapareceria sem a exploração do trabalho. Como assevera Marx¹¹ em *O Capital*:

O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista (1983, p.189).

O capitalista tira o maior proveito da força de trabalho, pois afinal o capitalista se apoia sobre a lei do intercâmbio de mercadorias. Nessa relação, na qual a força de trabalho torna-se mercadoria, o capital subordina o trabalho aos seus interesses de produção sempre de maneira ampliada, com um maior dispêndio de força de trabalho. Porém, a tendência é fazê-lo com menos trabalhadores ocupados, pois quanto mais se desenvolve o capital, mais e mais trabalhadores são desalojados da produção. Faz parte da lógica do sistema, em benefício da acumulação sempre ampliada, o aumento do desemprego.

O aumento do desenvolvimento das forças produtivas em detrimento do aumento de trabalhadores inseridos na produção é uma condição para o aumento cada vez mais acentuado da acumulação capitalista, que influencia o destino da classe trabalhadora impulsionando, desta forma, a modificação da composição orgânica do capital. Com base nesses antagonismos, Marx¹² aborda “a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (1984, p.187) e as modificações da composição do capital através da acumulação do capital. Verificamos então que, com o desenvolvimento das forças produtivas, a perspectiva do valor foi modificada no que diz respeito à composição do capital,

¹⁰ De acordo com Marx: o capital pressupõe, portanto, trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Um é condição do outro; eles se criam mutuamente (2008, p. 50).

¹¹ Marx, K. *O capital*. Vol. I, tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

¹² Marx, K. *O capital*. Vol. I, tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ou seja, com o desenvolvimento do capitalismo o investimento passou a ser maior no capital constante em detrimento do capital variável. A partir desse momento muitas massas de trabalhadores foram desocupados da produção. Para Marx, a composição do capital é entendida em duplo sentido:

Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego. Chamo a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica (1984, p.187).

A composição do capital é determinada pelos meios de produção e pela força de trabalho. A composição-valor é determinada por sua composição técnica, em que a composição do capital é a proporção em que se reparte o capital constante e o capital variável. Já na perspectiva da matéria, a composição técnica é como a composição do capital se realiza no processo de produção, sendo determinada pela proporção entre os meios de produção utilizados e a quantidade de trabalho vivo exigido para a produção. Assim, no processo de desenvolvimento do capital, a composição do capital é, de um lado, os meios de produção, e de outro, a força de trabalho; por conseguinte, a soma desses dois componentes determina o valor do salário. No entanto, a composição do capital é diferenciada nos numerosos capitais individuais em determinado ramo da produção. Para Marx: “A média de suas composições individuais dá-nos a composição do capital global desse ramo da produção” (1984, p.187). A média das composições de todos os ramos da produção é a composição social de um país.

A relação entre os meios de produção, capital constante, e a força de trabalho, capital variável, é condição para a acumulação do capital, e com o crescimento do capital cresce a massa do trabalho assalariado, como vimos acima, crescendo deste modo o controle do capital para um maior número de trabalhadores. Nas palavras do nosso autor: “Crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho. Uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho” (1984, p.187).

O crescimento do capital em proporções cada vez maiores faz crescer o número de seus súditos, os trabalhadores assalariados. Se porventura permanecesse inalterada a composição orgânica do capital, e o capital constante fosse proporcional ao capital variável no processo de produção do capital, cresceria a demanda por trabalho e cresceria também junto ao capital o fundo de subsistência dos trabalhadores. Como o capital produz sempre uma mais-valia, o trabalho não pago para os trabalhadores, no impulso incontrolável por lucros sempre maiores, as necessidades de acumulação podem ser superiores à demanda de trabalhadores, e com isso o salário aumenta. Na perspectiva de Marx: “Como a cada ano mais trabalhadores são ocupados do que no anterior, mais cedo ou mais tarde tem de se chegar ao ponto em que as necessidades da acumulação começam a crescer além da oferta habitual de trabalho, em que, portanto, começa o aumento salarial” (1984, p.188). Para o nosso autor:

Como o capital produz anualmente uma mais-valia, da qual parte é adicionada anualmente ao capital original, como esse incremento mesmo cresce anualmente com o tamanho do capital já em função e como, finalmente, sob o aguilhão particular do impulso ao enriquecimento, por exemplo a abertura de novos mercados, de novas esferas dos investimentos de capital em decorrência de necessidades sociais recém-desenvolvidas etc., a escala da acumulação é subitamente ampliável mediante mera repartição modificada da mais-valia ou do mais-produto em capital e renda, as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam (1984, p.188).

No entanto, as condições que fundamentam o sistema do capital, que é sempre pôr em ação um maior dispêndio de força de trabalho, mas com menos trabalhadores na produção, se possível, não modificam em nada a essência da produção capitalista, pois as condições aparentemente mais ou menos favoráveis aos trabalhadores, dependendo das modificações no transcurso do desenvolvimento do capital, não alteram o objetivo do capital, que é sempre acumular em larga escala. Nas palavras de Marx: “As circunstâncias mais ou menos favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam em nada modificam, no entanto, o caráter básico da produção capitalista” (1984, p.188). Deste modo, a essência da produção capitalista permanece inalterada, sob o impulso por lucros em escala ampliada.

No que se refere aos salários dos trabalhadores, que sob o domínio do capital são uma condição para a sobrevivência da força de trabalho, o próprio movimento do mercado, na relação entre oferta e procura, provoca alta ou baixa dos salários para os trabalhadores, no entanto, até onde não prejudique o curso da acumulação do capital, pois se o salário sobe o capitalista não lucra na mesma proporção: “Abstraindo inteiramente a elevação do salário

com preço decrescente do trabalho etc., seu aumento significa, no melhor dos casos, apenas diminuição quantitativa do trabalho não-pago que o trabalhador tem de prestar. Essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema” (1984, p.192). Mas esta elevação do salário em nada elimina a exploração do trabalho, pois não é superada a relação de dependência; o trabalhador continua sendo assalariado. No entanto, com as oscilações do movimento da produção, o próprio modo de produção capitalista elimina as barreiras que ele mesmo criou, pois com o preço crescente do trabalho a acumulação do capital decresce¹³. Ressalta Marx:

Mas, com o seu decréscimo desaparece a causa do seu decréscimo, ou seja, a desproporção entre capital e trabalho explorável. O próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina, portanto, os empecilhos que ele temporariamente cria. O preço do trabalho cai novamente para um nível correspondente às necessidades de valorização do capital, quer esse nível esteja abaixo, acima ou igual ao que antes de surgir o crescimento adicional de salário era considerado como normal (1984, p.192).

A acumulação do capital diminui se o preço da força de trabalho aumenta; no entanto, se é elevado o salário, a produção diminui e com ela diminui o trabalho necessário para a produção, portanto, o próprio mecanismo de acumulação do capital elimina os empecilhos para a reprodução do sistema do capital. Com isso, o preço da força de trabalho diminui de acordo com a valorização do capital, pois o capital se fundamenta através de uma maior extração de mais-valia. Podemos dizer que o decréscimo de exploração da força de trabalho pode ameaçar o funcionamento normal do capital e sua reprodução em larga escala, uma vez que o trabalho assalariado existe para pôr em funcionamento o modo de produção estritamente capitalista. Como assevera Marx:

Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés da riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão (1984, p. 193).

O modo de produção se desenvolve de forma tão desumana que o processo de produção domina o homem e não o homem a produção; a força de trabalho torna-se um valor de uso para o capitalista, pois o capitalista paga pela mercadoria força de trabalho e a

¹³ A divisão do trabalho permite mudanças no salário para alguns trabalhadores. O aumento de salário para uma parte dos trabalhadores dependendo do ramo produtivo, ocorre desde que não gere um empecilho para a produtividade do sistema do capital.

consome como qualquer outra mercadoria. Portanto, o produto do trabalho domina o trabalhador no processo de produção. A exemplo: a máquina é quem determina a quantidade de trabalhadores para a sua execução, e não importa para o capitalista se uma grande massa de trabalhadores estejam nas fileiras do exército industrial de reserva, pois o que importa para o capitalista é a expansão contínua dos lucros. Nas palavras do nosso autor:

Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga, portanto, que contêm uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só a medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável (1984, p.191).

A força de trabalho valoriza o capital; neste processo, ela é a única mercadoria que gera valor novo para o capitalista. Ela é fonte de valor, pois o capital é trabalho acumulado, mas o trabalhador é alienado do produto de seu trabalho, pois tanto a força de trabalho como os meios de produção pertencem ao domínio do capital. Nesta relação, o trabalhador torna-se um mero instrumento da produção, e ao fornecer um maior dispêndio de força de trabalho gera a produção da mais-valia, na qual se fundamenta a produção do sistema capitalista. Sobre essas argumentações nos deteremos no próximo momento.

Ao longo da história, a reprodução do capital torna-se cada vez mais complexa e contraditória, colocando para o destino da classe trabalhadora uma maior subordinação em relação ao capital. Para Marx:

Assim, como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitais maiores neste pólo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitais individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria produção do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (1984, p.188).

Pelos pressupostos acima descritos, no processo do desenvolvimento do sistema do capital a reprodução simples é constituída entre capitalistas de um lado e trabalhadores de outro, ainda em sua forma inicial, em que fornece as bases para a reprodução em escala

ampliada, que se expressa entre capitalistas maiores na subordinação de uma quantidade cada vez maior de trabalhadores assalariados, aumentando a reprodução da força de trabalho. Assim, podemos entender que a relação capital e trabalho torna-se mais intensa e complexa no processo do desenvolvimento do capital, em que a força de trabalho é convertida em mercadoria, pondo em evidência, neste processo, a subordinação do trabalho na forma do trabalho assalariado, no qual o capital se torna cada vez mais controlador. Nessa relação de dependência, os maiores prejudicados são os trabalhadores, pois são explorados até o limite. O trabalho, portanto, torna-se um fardo para o trabalhador, já que sob condições de exploração, o trabalhador, como não tem outra alternativa para valorizar-se, vende sua força de trabalho como mercadoria para o capitalista, a fim de obter meios para a sua reprodução enquanto trabalhador. Assim, como um meio para poder existir, o que o trabalhador produz para si é em forma de salário¹⁴. O salário neste processo é determinado socialmente, dependendo das oscilações do mercado: ele é determinado socialmente. Sob tais condições o proletário é multiplicado, os “pobres laboriosos”. Esta é a subordinação do trabalho ao capital, pois a força de trabalho é transformada em fonte de valorização do capital: “As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital” (1984, p.192).

Neste processo, uma grande parcela de trabalhadores miseráveis e pobres são controlados e submetidos em proveito da valorização do capital. Assim, o objetivo do capitalista¹⁵ – também sob a regência do capital – é viabilizar estratégias para continuar expandindo, com seu impulso incontrolável pelos lucros, à custa do sacrifício e do desgaste do trabalhador. Portanto, a acumulação do capital não é favorável aos trabalhadores, pois só aumenta a relação de dependência entre capital e trabalho. O que importa esclarecer é que a força de trabalho é comprada pelo capitalista para a reprodução cada vez mais continuada do capital e sua valorização, e não em benefício do trabalhador enquanto gênero humano. A crescente acumulação do capital, além de aumentar a exploração da força de trabalho impulsiona um número cada vez mais crescente de trabalhadores para as fileiras da

¹⁴ Marx já afirmava nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* que: “A lista de salários que abastece o sustento do trabalhador durante o trabalho é a mais baixa e unicamente necessária, e um complemento apropriado para criar a família a fim de que a categoria dos trabalhadores não seja extinta”. MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. Alex Martins, São Paulo, Martin Claret, 2006, p. 63.

¹⁵ Para Marx: “Como capitalista ele é apenas capital personificado. Sua alma é alma do capital. O capital tem o único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho”. MARX, Karl. *O capital*. Vol. I, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 188-189.

superpopulação. Essa é a lógica do modo de produção estritamente capitalista. Sobre a diminuição da demanda de trabalho, veremos no próximo item o processo de concentração e centralização do capital a partir da acumulação em larga escala.

1.2 Concentração e centralização do capital: a diminuição relativa da força de trabalho

Como vimos no item anterior, o crescimento da produção do capital a partir do trabalho social provoca um aumento do capital, crescendo desta forma as forças produtivas e o aumento de trabalhadores subordinados ao capital; no entanto, a tendência da acumulação do capital é dispor de um número cada vez menor de trabalhadores na produção em termos proporcionais, se comparado ao capital constante, com um maior dispêndio de trabalho a ser explorado, e esse processo é fundamentado no modo de produção do sistema do capital. Segundo Marx: “Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação” (1984, p.194).

A utilização da força de trabalho é aumentada por uma maior divisão do trabalho, por meio de utilização da maquinaria e de seu aperfeiçoamento. Desta forma, diminuem os custos da produção, pois o trabalho torna-se mais lucrativo com o trabalho social aumentando, assim, a acumulação do capital. Portanto, os meios de produção em expansão favorecem a venda de mercadorias mais baratas, aumentando a concorrência entre capitalistas e impulsionando a conquista de mercados maiores. Com o impulso para a expansão, os meios de produção são continuamente transformados, ocasionando o aumento da divisão do trabalho e com ela o emprego das máquinas. Assim, o aumento do trabalho social é condição para o crescimento do capital e para o aumento do lucro, através da acumulação. A produtividade do trabalho aumenta as massas dos meios de produção e vice-versa. Nas palavras de Marx:

Abstraindo-se as condições naturais, como fertilidade do solo etc., e a habilidade dos produtores, os quais trabalham independente e isoladamente, que, no entanto, se patenteia mais qualitativamente na perfeição do que quantitativamente na massa do produto, o grau de produtividade social do trabalho expressa que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto a massa dos meios de produção com que ele funciona e cresce com a produtividade de seu trabalho. Esses meios de produção desempenham duplo papel. O crescimento de uns é consequência; o de outros, condição da crescente produtividade do trabalho (1984, p.194).

Com a divisão do trabalho e a utilização da maquinaria, mais matéria-prima é processada no mesmo espaço de tempo; com isso mais matéria-prima entra no processo de

produção do capital. A maquinaria, portanto, no período de seu desenvolvimento aumenta os escravos do trabalho, mas torna-se um instrumento a serviço do capital que impulsiona uma grande massa de trabalhadores para fora do processo produtivo¹⁶. Assim, a produção mecanizada é decisiva para a acumulação acelerada, pois a maquinaria provoca uma maior divisão do trabalho, maior produtividade com o menor custo, mas com um menor número de trabalhadores. Portanto, com a divisão e combinação do trabalho os meios de produção são utilizados em conjunto, evitando desperdícios desfavoráveis à produção. Esse novo processo desempenha para o trabalhador uma mudança significativa, pois acarreta a diminuição da força de trabalho, ou seja, o investimento que antes ocorria na mesma proporção entre força de trabalho e meios de produção, agora é inversamente proporcional. De acordo com Marx:

Essa é a conseqüência da crescente produtividade do trabalho, por outro lado, a massa da maquinaria utilizada, dos animais de trabalho, dos adubos minerais, das tubulações de drenagem etc., é condição da crescente produtividade do trabalho. Assim, também a massa dos meios de produção concentrados em prédios, altos-fornos, dos meios de transporte etc. mas condição ou conseqüência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho (1984, p.194).

Mas o crescimento da produtividade do trabalho aparece no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa dos meios de produção movimentados por ela, ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho. Pois, com a crescente produtividade do trabalho e o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, a composição técnica do capital é alterada. No entender de Marx:

Esta mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável. De um capital, por exemplo, calculados em percentagem, originalmente são investidos 50% em meios de produção e 50% em força de trabalho; mais tarde, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, são investidos 80% em meios de produção e 20% em força de trabalho etc. (1984, p.194).

¹⁶ Ao tratar sobre a maquinaria e a grande indústria, Marx afirma: “Todos os representantes confiáveis da Economia Política reconhecem que a introdução de nova maquinaria age como uma peste sobre os trabalhadores dos artesanatos e manufaturas tradicionais, com os quais ela inicialmente compete. Quase todos deploram a escravidão do operário de fábrica”. MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política*. Vol. I – Tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984, p.60.

O crescimento da parte constante em comparação à parte variável é confirmada em diferentes épocas econômicas. Portanto, o decréscimo da parte variável em comparação à parte constante indica “a mudança de seus componentes materiais” (1984, p.194). Marx demonstra que:

Se, por exemplo, hoje, o valor do capital investido na fiação é $\frac{7}{8}$ constante e $\frac{1}{8}$ variável, enquanto no começo do século XVIII era $\frac{1}{2}$ constante e $\frac{1}{2}$ variável, a massa de matéria-prima, meios de trabalho etc. que determinado *quantum* de trabalho de fiação consome hoje produtivamente é quatrocentas vezes maior do que no começo do século XVIII. A razão disso é simplesmente que, com a crescente produtividade do trabalho, não apenas se eleva o volume dos meios de produção por ele utilizados, mas cai o valor deles em comparação com seu volume. Seu valor se eleva pois de modo absoluto, mas não proporcionalmente a seu volume. O crescimento da diferença entre capital constante e capital variável é, por isso, muito menos do que o da diferença entre a massa dos meios de produção em que o capital constante é convertido e a massa da força de trabalho em que se converte o capital variável. A primeira diferença cresce com a última, mas em grau menor (p.194-195).

Quanto mais as forças produtivas se desenvolvem, com uma maior produtividade de trabalho incorporado na produção, impulsionam de maneira mais intensa a diminuição da utilização da força de trabalho investida do processo de produtividade. Neste processo, a expansão da acumulação do capital diminui a parte variável do capital, pois o que era investido na mesma proporção – 50% em capital constante e 50% em capital variável – agora neste investimento é alterado, a partir das necessidades de acumulação do capital, a exemplo: 80% em capital constante e 20% em capital variável. Essa mudança, na qual grandes massas de trabalhadores são liberados do processo produtivo, impulsiona a base da produção de mercadorias, que mantém a aceleração da acumulação do capital. Nas palavras do nosso autor:

À base da produção de mercadorias, na qual os meios de produção são propriedade de pessoas privadas, em que o trabalho manual produz mercadorias, portanto de modo isolado e autônomo ou vende sua força de trabalho como mercadoria porque lhe faltam os meios de produzir autonomamente, aquele pressuposto só se realiza pelo crescimento dos capitais individuais ou à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada de capitalistas. O terreno da produção de mercadorias só pode sustentar a produção em larga escala na forma capitalista. Certa acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias constitui, por isso, o pressuposto do modo específico de produção capitalista (1984, p.195).

A produção de mercadorias pode chegar ao nível de larga escala somente na produção capitalista, pois a produção em escala crescente de acumulação é possível com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho social, mas com uma diminuição em escala

ampliada no investimento do capital variável, já que o trabalho coletivo aumenta a produtividade. Para Marx, o pressuposto do modo específico de produção capitalista dá-se através da produção de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias, pois os produtores individuais retêm os meios de produção, que são transformados em propriedade privada e geram lucros cada vez maiores para o capital. Como a força de trabalho é também uma mercadoria que o capitalista comprou, o trabalhador não tem uma parte nos lucros, mas produz para o capitalista em troca de salário, numa relação em que o produto de seu trabalho se torna autônomo, algo estranho ao trabalhador. Portanto, quanto mais o trabalhador trabalha, mais o capitalista lucra.

A elevação da força produtiva social do trabalho eleva a produção de mais-valia, um elemento indispensável para a acumulação acelerada.

A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção dos métodos que o acompanham para a elevação da força de trabalho e produção acelerada de mais-valia (1984, p.196).

Como nos diz Marx:

Com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com o modo de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos criam, de acordo com a relação conjugada dos impulsos que eles se dão mutuamente, a mudança da composição técnica do capital, pela qual a composição variável se torna cada vez menor comparada à constante (1984, p.196).

A acumulação do capital é pressuposto para a produção do capital e vice-versa. Como vimos acima, o desenvolvimento da produção do capital mediante acumulação é também fundamento para a modificação da composição técnica do capital. Quanto mais o capital é acumulado e se desenvolve, mais trabalhadores são deslocados do processo de produção. Essa é a lógica da acumulação e produção do capital, fundamento que mantém o desemprego em larga escala. A acumulação do capital é um meio de nova acumulação e amplia a concentração de capitais nas mãos de capitais individuais, impulsionando a produção em larga escala. Conforme Marx:

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a massa multiplicada da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitais individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais. Pressupondo-se as demais circunstâncias

constantes, os capitais individuais crescem e, com eles, a concentração dos meios de produção, na proporção em que constituem partes alíquotas do capital global da sociedade (1984, p.196).

Marx ressalta ainda dois pontos que caracterizam a concentração de capitais, a qual está diretamente ligada à acumulação. São eles:

Primeiro: a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitais individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes. A acumulação e a concentração que a acompanham não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos (1984, p.196).

Com a acumulação do capital cresce também, em proporção maior ou menor, o número de capitalistas. Segundo Marx, é uma “espécie de concentração” (p.196), que é idêntica à acumulação, pois, de um lado, a concentração dos meios de produção social é limitada pelo crescimento da riqueza social; de outro, o capital social em cada esfera da produção é dividido entre muitos capitalistas concorrentes. Esta acumulação e concentração do capital impulsionam a fragmentação de capitais antigos e a constituição de novos capitais. Esta é a concentração simples. Ocorre neste processo uma mudança radical no transcurso do desenvolvimento capitalista com o surgimento de novos capitais individuais impulsionados pela acumulação do capital e o aumento da exploração do trabalho. “Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais” (1984, p.196). Desse modo, a acumulação aparece como concentração dos meios de produção, com o comando sobre o trabalho favorecendo a repulsão de muitos capitais individuais. Conforme Marx:

Essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou a repulsão recíproca entre suas frações é oposta por sua atração. Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores (1984, p.196).

Nesse novo estágio do desenvolvimento do capital, a concentração não é mais simples – idêntica à acumulação –, pois ela não se restringe mais à constituição de novos capitais ou à

repulsão de capitais antigos, mas é determinante da concentração dos meios de produção através da expropriação de capitalistas por capitalistas. A concentração de capitais existentes já em funcionamento, cujo fundamento é regido pelo próprio movimento da lei que regula a produção estritamente capitalista, e não por uma autonomia individual dos capitalistas, é a concentração do capital que é diferente da concentração simples. Nesse processo, muitos capitais menores são superados por poucos capitais maiores: “O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração” (1984, p.196).

Observamos que o capitalista que não se adequou às novas exigências e condições de produção foi superado pelos capitalistas que investiram em proporções maiores. Esta condição só é possível a partir da concorrência entre capitalistas, o que acarreta a centralização de capitais através do barateamento das mercadorias produzidas. Sendo assim: “A barateza das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, esta porém da escala da produção. Os capitais maiores derrotam os capitais menores” (1984, p.196). Nesse processo, diminui o capital individual a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Deste modo, ganhará na concorrência aquele que aumentar a produtividade – em larga escala –, permitindo com isso o barateamento das mercadorias. Os capitalistas menores, portanto, disputam esferas de produção das quais a grande indústria se apoderou de modo incompleto. A partir daí, segundo Marx, começa a rivalidade entre capitalistas: “A concorrência se desencadeia aí com fúria diretamente proporcional ao número e em proporção inversa à grandeza dos capitais rivais. Termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vendedor, em parte soçobram” (1984, p.197). De acordo com Marx, um novo mecanismo social é transformado para a centralização de capitais: o sistema de crédito,

que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais (1984, p.197).

Para nosso autor, na mesma proporção em que se desenvolve a produção e a acumulação capitalista, desenvolve-se o sistema de crédito, que para ele são “as duas mais poderosas alavancas da centralização” (1984, p.197). O progresso da acumulação aumenta a centralização de capitais. A tendência à centralização é muito maior se comparada a outras

épocas anteriores. A tendência à centralização amplia em larga escala o aumento dos trabalhadores supérfluos. Para Marx: “A centralização completa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações” (1984, p.197). Nas palavras de Marx:

A expansão acrescida dos estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo de muitos, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a conversão progressiva de processos de produção isolados e rotineiros em processos de produção socialmente combinados e cientificamente dispostos (1984, p.197).

Assim, com a expansão de estabelecimentos industriais aumenta o trabalho coletivo que impulsiona um desenvolvimento mais amplo das forças materiais da produção a partir de uma produção gerida pela ciência e socialmente combinadas. Com esses novos mecanismos em proveito do lucro, o capital pode ampliar seu controle sobre o trabalho, pois acelera a diminuição cada vez mais frequente do número de trabalhadores ativos para a produção, portanto, em termos proporcionais ocorre uma diminuição significativa na parte variável do capital. De acordo com Marx: “E enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho” (1984, p.198). A nosso ver, quanto mais o capital se desenvolve e é ampliado através da concentração e centralização do capital mediadas pela acumulação, diminui relativamente o número de trabalhadores na produção. É o fundamento que mantém o desemprego em larga escala.

O desemprego nesse processo é um instrumento de controle do capital sobre o trabalho, pois com o progresso dos meios de produção, o aperfeiçoamento técnico faz pôr em ação uma massa menor de força de trabalho necessário para a produção. Com isso, o desemprego faz parte da renovação do sistema do capital pelas novas habilidades da maquinaria e pelos demais meios de produção; portanto, quanto mais cresce o capital social, mais diminuem os trabalhadores no processo de produção do capital. Assim: “A diminuição absoluta da demanda de trabalho, que necessariamente segue daí, torna-se, como é obvio, tanto maior quanto mais os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massas, graças ao movimento centralizador” (1984, p.198). Em proporção ao tamanho da acumulação do capital, diminui cada vez mais o número de trabalhadores: “Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em

proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados nele” (1984, p.198).

Nesse processo de expansão e desenvolvimento do capital, mais e mais trabalhadores são repelidos do processo de produção, materializando cada vez mais o controle do capital sobre o trabalho e acarretando a produção cada vez mais acentuada do exército industrial de reserva.

1.3 A produção do exército industrial de reserva: o controle do capital sobre o trabalho

Como vimos no item anterior, o processo de concentração e centralização do capital faz crescer a tendência da alteração cada vez mais acentuada da composição técnica do capital, na qual a força de trabalho passa a ser supérflua em comparação com os meios de produção. Tal mudança é favorável para o capital, pois o número de trabalhadores expulsos da produtividade se dá conforme as necessidades de acumulação do capital. E os que ainda continuam na produtividade são mais explorados com a intensificação cada vez mais frequente da extração do sobretrabalho. Com a alteração das relações de produção, podemos destacar a formação de um *exército industrial de reserva*, em que grandes massas de trabalhadores são colocadas à disposição do capital, constituindo-se naquilo que chamamos de desempregados. Neste processo, a alteração da composição técnica do capital avança com a centralização de capitais mediados pela acumulação, pois:

Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, originalmente de 1:1, para 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 7:1 etc., de modo que, ao crescer o capital, ao invés de 1/2 de seu valor global, progressivamente apenas 1/3, 1/4, 1/5, 1/6, 1/8, etc. se convertem em força de trabalho, ao passo que 2/3, 3/4, 4/5, 5/6, 7/8 etc., em meios de produção. Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. Ela cai em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza (MARX, 1984, p.198-199).

O impulso sobre uma acumulação acelerada conduz o destino dos trabalhadores de forma devastadora no sentido da diminuição nos postos de trabalho, no propósito de reduzir os custos na produção. Dessa maneira, podemos identificar a presença do desemprego, em que a composição do capital se altera com a diminuição do número de trabalhadores na

produção, provocando inseguranças e a crescente exploração dos que ainda continuam inseridos na produção. Tais implicações geradas pelo capital fornecem a base que mantém o domínio do capital sobre o trabalho através do desemprego. É um processo histórico que é intensificado em proporções devastadoras no que diz respeito à sobrevivência da própria humanidade, enquanto o capital cresce de forma desmedida. Nesse sentido, o crescimento acelerado do capital e a centralização do capital, em decorrência, fazem crescer a mudança da composição técnica do capital. Como assevera Marx:

Por sua vez, essa acumulação crescente e a centralização se convertem numa fonte de nova mudança da composição do capital ou reiterado decréscimo acelerado de sua componente variável se comparada com a constante. Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação (1984, p.199).

A aceleração do crescimento do capital produz em escala ampliada a população supérflua em proveito do lucro, pois esta população é condição para acumulação do capital. Podemos assim dizer que, sob a regência do capital, o trabalho está inteiramente subordinado aos interesses da produção, que se distinguem dependendo do contexto histórico e do movimento da acumulação do capital. Assim, a quantidade de trabalhadores para a produção vai depender das flutuações da lei da oferta e da procura. Essa é uma das contradições do processo de desenvolvimento do sistema do capital. Para entendermos com mais precisão, vejamos o que nos diz Marx:

Em algumas esferas ocorre mudança na composição do capital sem crescimento de sua grandeza absoluta, em decorrência de mera concentração; em outras, o crescimento absoluto de seu componente variável ou da força de trabalho absorvida por ele; em outras, ora o capital continua a crescer sobre sua base técnica dada e atrai força de trabalho adicional em proporção a seu crescimento, ora ocorre mudança orgânica e se contrai sua componente variável; em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital, e portanto do número de trabalhadores ocupados, está sempre ligado a fortes flutuações e à produção transitória de superpopulação, quer assuma esta agora a forma mais notável de repulsão de trabalhadores já ocupados, quer a menos aparente, mas não menos efetiva, de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros (1984, p.199).

A razão da superpopulação está presente no crescimento do capital e, a partir do desemprego, o capital controla a vida dos homens. Portanto, faz parte da lógica do sistema do capital o aumento cada vez mais crescente do desemprego em massa, dependendo da

necessidade de reprodução do capital. Assim, em algumas situações do crescimento do capital a componente variável não é proporcional ao movimento de expansão do capital global; desta forma o capital controla de forma contínua o trabalhador. Enquanto perdurar a regência do capital na vida dos homens, a subordinação se fará presente, com formas diferenciadas, dependendo de cada estágio de acumulação do capital.

No entanto, a acumulação do capital é produzida pela população trabalhadora. Logo, esta produz os meios de sua própria redundância, uma contradição imposta pelo controle do capital sobre o trabalho na forma do desemprego em massa. Com a grandeza do capital em funcionamento ocorre a maior repulsão dos trabalhadores em larga escala. Porém, na percepção de Marx,

[...] com a grandeza do capital social já em funcionamento e com o grau de seu crescimento, com a expansão da escala de produção e da massa dos trabalhadores postos em movimento, com o desenvolvimento da força produtiva de seu trabalho, com o fluxo mais amplo e mais completo de todos os mananciais da riqueza, expande-se também a escala em que uma maior atração de trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão dos mesmos, cresce a rapidez da mudança da composição orgânica do capital e de sua forma técnica e aumenta o âmbito das esferas da produção que são atingidas ora simultaneamente ora alternadamente por ela. Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Esta é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como de fato, cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas (1984, p.200).

A lei que fundamenta o crescimento decrescente do capital variável ou população trabalhadora é alterada em cada fase histórica do capital, com grande impulso a aumentar ainda mais neste processo de produção especificamente capitalista, cujo fundamento coloca sérios efeitos destrutivos para o destino da classe trabalhadora. O crescimento da população supérflua é produto necessário para a acumulação do capital, e em seu curso para o desenvolvimento do sistema do capital; portanto, faz parte da boa saúde do capital o aumento do desemprego. Para o nosso autor,

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (1984, p.200).

Nesse processo de produção capitalista, com a acumulação e o desenvolvimento das forças produtivas em ação articuladas com o sistema de crédito e as condições técnicas, como maquinaria, estradas de ferro, meios de transporte etc., ocorre a expansão do capital, com a “transformação mais rápida de mais-produto em meios de produção adicionais” (1984, p.201). Desse modo, o mercado é ampliado subitamente: “Em todos esses casos, grandes massas humanas precisam estar disponíveis para serem subitamente lançadas nos postos decisivos, sem quebra da escala de produção em outras esferas. A superpopulação as provê” (1984, p.201). Assim, o capital através do exército industrial de reserva tem à sua disposição os trabalhadores quando precisar de seus serviços, nos momentos de oscilação do ciclo industrial em que a superpopulação se torna um instrumento da revitalização da reprodução do capital. Pois, para Marx:

A expansão súbita e intermitente da escala de produção é o pressuposto de sua contração súbita; a contração provoca novamente a expansão, mas esta é impossível sem material humano disponível, sem multiplicação dos trabalhadores independente do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo de “liberar” constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que diminuem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados (1984, p.201).

A população excedente relativa é necessária para a valorização do capital, portanto é uma condição de existência do capital o desemprego em massa. Logo, o desemprego cresce com a acumulação do sistema do capital. Neste processo, o capital precisa encontrar à sua disposição a força de trabalho.

Outras implicações da produção da superpopulação relativa facilitam em proporções cada vez maiores o sobretabalho para os trabalhadores ativos, ocupados do processo de produção, além de o capital contribuir para a ociosidade forçada de um grande contingente da população supérflua. Estes determinantes aceleram o enriquecimento dos capitalistas. A esse respeito, Marx afirma:

O acréscimo do capital variável torna-se então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores ocupados. Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair determinado *quantum* de trabalho de um número menor de trabalhadores, ao invés de extraí-lo de modo tão barato ou até mesmo barato de um número maior de trabalhadores. No último caso cresce o dispêndio do capital constante proporcionalmente à massa de trabalho posto em ação; no primeiro caso ele cresce mais devagar. Quanto maior a escala da produção, tanto mais decisivo é esse motivo. Seu peso cresce com a acumulação do capital (1984, p.203).

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, mais trabalho é explorado neste processo que é ao mesmo tempo causa e consequência da acumulação. Nesse sentido, com o avanço da acumulação produtiva do capital, mais trabalho é posto em ação, mas com um número cada vez menor de trabalhadores. Os trabalhadores, como são contratados no menor número possível, são condicionados a trabalhar mais, visando compensar os que estão desempregados – a exemplo, um trabalhador faz o serviço de muitos –, portanto, poucos trabalhadores para mais trabalho e com um salário que não corresponde a tal quantidade de trabalho incorporado na mercadoria. Esta é uma das consequências do desemprego na sociedade capitalista. De acordo com nosso autor:

A produção de superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança ainda mais rapidamente do que a revolução técnica do processo de produção, de qualquer maneira já acelerada com o progresso da acumulação e o correspondente decréscimo proporcional da parte variável do capital em relação à constante. Se os meios de produção, ao crescer em volumes e eficiência, se tornam meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é modificada de novo pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores (1984, p.203).

Isso significa que, com o desenvolvimento do capitalismo, estes componentes do capital que no começo do desenvolvimento capitalista eram investidos na mesma proporção, são agora investidos de maneira inversamente proporcional, pois quanto mais crescem, de um lado, as forças produtivas, mais diminui, de outro, a quantidade de força de trabalho investido para o funcionamento da produtividade. A classe trabalhadora, portanto, é forçada à ociosidade devido ao sobretrabalho de outra parte da classe trabalhadora, cuja condição propicia o enriquecimento do capitalista individual e acelera a produção do *exército industrial de reserva*.

A partir dessas argumentações podemos destacar o fenômeno do desemprego, que já começa no início do processo de industrialização e se intensifica com a expansão das forças produtivas. Os trabalhadores são submetidos à valorização do sistema do capital, e esta condição os coloca à mercê do capital; uma das contradições e consequências desse processo é o trabalho sem estabilidade ou o desemprego para a maior parte dos trabalhadores. Marx explicita:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra e vice-versa torna-se um meio

de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (1984, p.203).

No século XXI esta realidade, apesar de constituir um momento diferenciado dos primórdios da sociedade capitalista, se mantém como um traço essencial; o sobretrabalho impulsiona o controle do capital sobre o trabalho de maneira devastadora e impulsiva, pois o capital incita de forma brutal um aumento de trabalho até o limite das forças dos trabalhadores. Desta forma, o sobretrabalho de alguns engrossa as fileiras do desemprego, pois os que ainda estão inseridos na produção trabalham com mais intensidade e em alguns casos aumentam o limite da jornada de trabalho. Assim, com o desemprego de grandes contingentes de massas apáticas, o capital faz avançar sua produção de forma incontrolável e degradante do ponto de vista do trabalho. A contratação do trabalho vai depender do movimento do capital, e o salário dos trabalhadores também entra neste processo. Assim, o desemprego regula os salários dos trabalhadores. Marx adverte que:

Grosso modo os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contratação do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada (1984, p.204).

Como já vimos, o movimento do ciclo da produção influencia de modo significativo o número de trabalhadores, e com eles o preço do salário, de acordo com a oferta e a procura do trabalho, ou seja, pelo movimento em que são divididos os trabalhadores: exército ativo ou exército de reserva. Como diz Marx: “A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital” (1984, p.205). Através da superpopulação relativa é incrementado o impulso do capital para controlar os trabalhadores ativos da produção. Como já foi mencionado, o capital precisa dispor de trabalhadores liberados da produção para pôr em funcionamento, quando conveniente, a produção de mercadorias. Com a maquinaria não só os trabalhadores diretos são deslocados, mas sua equipe de trabalho. Marx ressalta que:

O que é “liberado” não são os trabalhadores diretamente deslocados pela máquina, mas igualmente sua equipe de reserva e – com a expansão

costumeira do negócio sobre sua velha base – o contingente adicional regularmente absorvido. Estão agora todos ‘liberados’ e todo novo capital com desejo de funcionar pode dispor deles. Se atrair estes ou outros, o efeito sobre a demanda geral de trabalho será nulo, enquanto esse capital for exatamente suficiente para livrar o mercado de tantos trabalhadores quantos a máquina nele lançou (1984, p.205-206).

Portanto, todos serão liberados e todo novo capital pode dispor deles:

O impulso que capitais adicionais em busca de aplicação teriam dado, em outras circunstâncias, à demanda geral de trabalho é, portanto, em cada caso, neutralizado até o limite em que bastam os trabalhadores postos na rua pela máquina. Isso quer dizer, portanto, que o mecanismo da produção capitalista cuida para que o acréscimo absoluto de capitais não seja acompanhado por nenhuma elevação correspondente da demanda geral de trabalho. E a isso o apologeta chama de uma compensação para miséria, sofrimentos e possível aniquilamento dos trabalhadores deslocados durante o período de transição, que os desterra para o exército industrial de reserva! A demanda de trabalho não é idêntica ao acréscimo do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se duas potências mutuamente independentes interagissem (1984, p.206).

É importante destacar que, com a maquinaria, muitos trabalhadores ficaram à margem da produção. Com o desenvolvimento e expansão das forças produtivas impulsionadas pela acumulação do capital, a demanda de trabalho decresce na mesma proporção. Quanto mais cresce a oferta de trabalho, mais trabalhadores estarão no exército industrial de reserva. O homem, portanto, passa a ser o apêndice da máquina. A própria lógica do sistema fornece a base para que o crescimento do capital não seja condição para o crescimento de trabalhadores inseridos na produção. A acumulação do capital multiplica as fileiras do exército industrial de reserva, aumentando a pressão dos ocupados a porem em ação um dispêndio maior de força de trabalho em comparação com os desocupados neste processo. Com o exército industrial de reserva, o capital exerce seu domínio sobre os trabalhadores.

A partir da acumulação capitalista começa a produção cada vez mais ampliada do desemprego em massa e esta função devastadora do sistema do capital condiciona os trabalhadores às mais diversas formas de exploração, manipulação, subserviência etc. Esta é a condição do capital para controlar os trabalhadores na forma do desemprego.

Também sob a regência do capital é intensificada a concorrência entre os trabalhadores, e neste processo, qualquer tipo de solidariedade entre os trabalhadores (empregados e desempregados) ameaça a acumulação capitalista; assim, com o desenvolvimento do capital é incrementada a concorrência entre os trabalhadores. Para

continuarem vivos, os trabalhadores vendem o mais barato possível sua força de trabalho, devido à intensificação da concorrência. Marx esclarece que:

Assim que, portanto, os trabalhadores desvendam o segredo de como pode acontecer que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, e que na medida em que a força produtiva de seu trabalho cresce, até mesmo sua função de meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles; assim que descubrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles depende inteiramente da pressão da superpopulação relativa; assim que eles, então mediante *Trade's Unions* etc., procuram organizar uma atuação conjunta planejada dos empregados com os desempregados para eliminar, enfrentar e enfraquecer as ruínas, conseqüências daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe, o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação da 'eterna' e, por assim dizer, 'sagrada' lei da demanda e oferta. É que toda solidariedade entre os empregados e desempregados perturba a ação livre daquela lei (1984, p.206).

O capital consegue controlar os trabalhadores mediante a concorrência dos trabalhadores; por conseguinte, uma vez retirada a rivalidade entre os trabalhadores, poderia ser ameaçada a ordem já existente, pois o trabalhador produz não para si mesmo, mas para outro: os proprietários dos meios de produção e da força de trabalho. Nesses termos, o tempo de trabalho, na sociedade capitalista, pertence à autovalorização do capital¹⁷. Esta valorização do capital, através do trabalho alienado, fragiliza o desenvolvimento das necessidades reais da humanidade. O trabalhador é, portanto, nada mais que força de trabalho, e todo o seu tempo pertence ao capital, pois o que interessa ao sistema do capital é um maior dispêndio de força de trabalho. Esta condição de exploração é possível com o aumento do domínio do capital sobre o trabalho, e esta relação contraditória ainda é mais intensa com a pressão da superpopulação relativa sobre os que ainda se encontram na produção.

Com a concentração e a centralização do capital as contradições imanentes ao sistema são ainda mais reificadas. O trabalhador neste processo é arrastado para a concorrência devido ao aumento do desemprego, por isso o desemprego é um dos instrumentos de controle do capital sobre o trabalho. Todavia, o que é construído pelos homens pode ser também superado por eles com a união dos empregados e desempregados¹⁸, quando desvendarem o

¹⁷ Como demonstra Marx: “Tempo para a educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo – e mesmo no país do sábado santificado – pura futilidade! Mas em seu impulso cego, desmedido em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho”. MARX, K. *O capital*. Vol. I, tomo 1, São Paulo. Abril Cultural, 1983, p. 211.

¹⁸ Marx no “*Manifesto do Partido Comunista*” já assinalava que: “Os comunistas não ocultam suas opiniões e objetivos. Declaram abertamente que seus fins só serão alcançados com a derrota da ordem social existente. Que

que é de fato o funcionamento do sistema do capital. Podemos entender, a partir dessas argumentações, que a construção do exército industrial de reserva favorece a dependência absoluta dos trabalhadores ao capital, impulsionando, desta forma, diferentes formas de existência da superpopulação relativa, que Marx irá definir como líquida ou fluente, latente e estagnada. Sobre essas categorias nos debruçaremos no próximo item.

1.4 A Lei Geral da Acumulação Capitalista: as diferentes formas da superpopulação relativa

De acordo com Marx, todo trabalhador faz parte da superpopulação relativa durante o tempo em que estiver desocupado parcialmente ou inteiramente. “A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis” (1984, p.206). Portanto, a superpopulação relativa alcança tanto os que estão desocupados como aqueles que estão ocupados na produção de forma parcial. Na atualidade, podemos dizer que é uma condição em que o trabalhador é inserido no trabalho de forma precária, sem vínculos empregatícios ou nas fileiras do desemprego.

As formas líquida, latente e estagnada, que Marx descreve com precisão, dependem das mudanças das fases do ciclo da indústria, ora nas crises, ora em tempos de negócios fracos:

Nos centros da indústria moderna – fábricas, manufaturas, siderúrgicas, minas etc. – trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em maior proporção, de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala da produção. A superpopulação existe aqui em forma fluente (1984, p.207).

Assim, na forma fluente da superpopulação relativa, os trabalhadores perdem o trabalho por um tempo com a queda da produção, e com a volta do processo da produção uma parte dos trabalhadores pode retornar ao trabalho. Portanto, um número cada vez mais reduzido é empregado. O tamanho da indústria é o tamanho de desempregados. Nas palavras de Marx:

Tanto nas fábricas propriamente ditas como em todas as grandes oficinas, em que a maquinaria entra como fator ou em que ao menos a moderna divisão do trabalho é aplicada, precisa-se maciçamente de trabalhadores masculinos até ultrapassarem a juventude. Uma vez atingindo esse termo, só

as classes dominantes tremam diante de uma revolução comunista. Os proletários não têm nada a perder nela, além de seus grilhões. Têm um mundo a conquistar. Proletários de todos os países, uni-vos!” (p.66). MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 56-66.

um número muito reduzido continua sendo empregado no mesmo ramo de atividade, enquanto a maioria é regularmente demitida. Esta constitui um elemento da superpopulação fluente, que cresce com o tamanho da indústria (1984, p.207).

Outro determinante da população fluente é o impulso do capital em reduzir ao limite o número de trabalhadores mediante o progresso da divisão do trabalho e o funcionamento da maquinaria, mas com a incorporação de homens jovens. Portanto, neste estágio do capital, precisava-se de muitas massas de trabalhadores jovens, no entanto a própria contradição do sistema do capital limitava o crescimento natural da classe trabalhadora. Segundo Marx:

O consumo da força de trabalho pelo capital é, além disso, tão rápido que o trabalhador de mediana idade, na maioria dos casos, já está mais ou menos esgotado. Ele cai nas fileiras dos excedentes ou passa de um escalão mais alto para um mais baixo. Justamente entre os trabalhadores da grande indústria é que deparamos com a duração mais curta de vida (1984, p.207).

Assim, a necessidade de trabalhadores ocupados depende das necessidades de acumulação do capital. O capital, por sua vez, desgasta até o limite a força de trabalho, e quando esta não se acha mais compatível com o progresso da produção, o capitalista não isenta o trabalhador do desemprego. Com isso, o crescimento da grande indústria ocorre na mesma proporção do crescimento dos operários explorados. A produção do capital aumenta com a divisão do trabalho cada vez mais generalizada, a partir da introdução das máquinas a serviço do capital, pois diminuem os custos da produção, aumentam os lucros para o capital e a dependência do trabalho assalariado ao capital. E quanto mais rápido é o crescimento do capital, mais é intensificado o controle do capital sobre o trabalho.

Na forma latente, a superpopulação relativa é identificada na agricultura, que também sob o controle do capital não é um processo diferente no que se refere à situação dos trabalhadores a serviço do grande capital. Marx nos esclarece que:

Assim, que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou à medida que se apoderou dela, decresce, com a acumulação do capital que aí funciona, a demanda de população trabalhadora rural de modo absoluto, sem que sua repulsão, como na indústria não-agrícola, seja completamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. [Manufatureiro aqui no sentido de toda a indústria não-agrícola]. Essa fonte da superprodução relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com o pé no pântano do pauperismo (1984, p.207-208).

O processo do caráter explorador do capital não é diferente na agricultura, ocorrendo a diminuição de trabalhadores nesse setor. O destino imposto para os trabalhadores deslocados da produção é seu fluxo para a cidade.

Já a terceira forma, chamada estagnada, da superpopulação relativa é a parte do exército ativo de trabalhadores com ocupação irregular: “Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizado pelo máximo de tempo de serviço e mínimo de salário” (1984, p.208).

A condição dos trabalhadores, nesta categoria, é brutal, pois perdem definitivamente o emprego, mas se encaixam em ocupações precárias com baixos salários. A superpopulação relativa estagnada é uma condição necessária ao fluxo do desenvolvimento do capital, pois torna-se uma reserva para o capital, na hora em que ele precisar dos braços disponíveis. No entanto, do ponto de vista do trabalho, é uma forma que fragiliza ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, já que, como alternativa de sobrevivência, os trabalhadores são submetidos a trabalhos cada vez mais precários. Muitos trabalhadores, neste processo, inevitavelmente cairão nas fileiras do pauperismo, à mercê da caridade pública. Nas palavras de Marx:

Finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinqüentes, prostitutas, em suma lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro: os aptos para o trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês e se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada de negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1960, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a suas imobilidades, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador, e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. (1984, p.208-209).

Tendo em vista as modificações de vida da classe trabalhadora no transcurso do desenvolvimento do capital com a introdução da maquinaria, mais e mais trabalhadores são repelidos da produção e com isso aumenta o grau de dependência em relação ao capital, pois a força de trabalho só é utilizada quando esta valoriza o capital, porquanto do contrário não passa de um peso morto. O capital investe na força de trabalho apenas pela necessidade de

continuar produzindo, e se a produção exigir uma quantidade cada vez menor, o capital eliminará o excedente, tornando o exército industrial de reserva ainda maior. Esta é a lógica do sistema do capital: quanto mais se desenvolve a riqueza socialmente produzida, mais e mais trabalhadores são repelidos do processo de produção.

O desemprego nesse processo conduz também o pauperismo para uma grande massa de trabalhadores. Portanto: “O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza” (1984, p.209). Sob essas condições, o desemprego e o pauperismo estão articulados; ambos são fundamentados no modo de produção estritamente capitalista e o sistema do capital é nutrido e revigorado por esses dois fenômenos, favorecendo assim o controle do capital sobre o trabalho. Como expõe Marx:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com a potência da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a *lei absoluta geral da acumulação capitalista* (1984, p.209)

A *lei geral da acumulação* capitalista é, de um lado, o desenvolvimento do capital que, por conseguinte, gera uma classe possuidora de riquezas, mas que não trabalha, pois se apropria do trabalho de outrem, o do proletariado. De outro lado, ocasiona o crescimento absoluto do proletariado que, por sua vez, é desapropriado de seus meios de produção, produzindo assim valor novo para o capital, através da exploração de seu trabalho. E, quanto mais se desenvolve a riqueza social, mais aumenta o exército industrial de reserva, sendo as mesmas as formas que possibilitam a força de trabalho disponível e o desenvolvimento do capital; portanto, a produção e a acumulação capitalista ajustam o número de trabalhadores para a valorização do capital. “A primeira palavra deste ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva; a última palavra, a miséria de camadas sempre crescente do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do pauperismo” (1984, p.209).

Com o progresso da produtividade através do trabalho, os meios de produção são colocados em movimento com um dispêndio de força de trabalho cada vez mais decrescente. Esta é uma realidade que fundamenta a base do capital, pois nesse processo são os meios de produção que determinam o número de trabalhadores no processo produtivo. Portanto, “quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para autovalorização do capital” (1984, p.209). Isso significa que, de fato, quanto maior a riqueza, maior será a pobreza. A vida humana para o capital não tem valor se ela não proporcionar o lucro.

A força de trabalho como mercadoria é a alavanca da acumulação capitalista. O trabalhador vende sua força de trabalho para poder existir enquanto trabalhador; ele não considera o trabalho como parte de sua vida, pois o produto de seu trabalho não lhe pertence. Nesta relação de dependência em relação ao capital, o capitalista despede o trabalhador quando achar conveniente para a valorização do capital. Mas esta relação de dependência é imanente ao sistema capitalista, já que o trabalho não pode deixar de ser explorado pelo capital, pois do contrário renunciaria a sua existência, fortalecendo, assim, o poder de domínio do capital. No entanto, o capital também depende do trabalho, pois o capital é trabalho acumulado, e sem o trabalho o capital desaparece. É por essa razão que o capital exerce seu domínio ao trabalho, e por isso é mais vantajoso para o capital a concorrência entre os trabalhadores. Marx esclarece:

Segue portanto que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, acumulação da miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, Isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (1984, p.210).

A superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, ou o que chamamos de desemprego, é o produto necessário da acumulação capitalista, e em cada fase histórica do sistema do capital as contradições inelimináveis do próprio sistema do capital se intensificam e se desenvolvem; sua tendência é aumentar ainda mais a dominação do capital ao trabalho assalariado, aumentando a escravidão dos trabalhadores. Afinal, os trabalhadores se tornam mercadorias a serviço dos que as compram, os capitalistas.

Marx demonstra na *Lei Geral da Acumulação Capitalista* que a alavanca da acumulação capitalista é a população trabalhadora excedente – o que foi possível com a utilização de novas máquinas que facilitaram uma maior produtividade com menos trabalhadores – uma condição de existência do modo de produção especificamente capitalista; portanto, o objetivo do capital é o desemprego cada vez mais crescente. No entanto, é importante esclarecer que o fenômeno do desemprego em massa tem limites, pois o capital precisa de trabalhadores na produção, ele não pode desenvolver seus objetivos sem o trabalho produtivo assalariado.¹⁹ Hoje o desemprego não se limita ao exército industrial de reserva, já que este fenômeno cresce em proporções maiores em todos os setores da produção e dos serviços.

Sobre o fundamento que legitima o controle do capital sobre o trabalho, o fenômeno do desemprego é inerente à sociedade de classes, e seus efeitos no mundo do trabalho, através da expansão desmedida da acumulação, põem em risco a sobrevivência dos homens. Este fenômeno se expressa, de certa forma, na precarização do emprego, pois sem estabilidade no emprego os trabalhadores se submetem a qualquer atividade para continuarem vivos. Assim, o desemprego é a alavanca do desenvolvimento capitalista; ele é necessário para a acumulação do capital, e nestes termos uma forma de controle do capital sobre o trabalho.

No próximo capítulo iremos abordar os fundamentos que impulsionaram as bases para o surgimento do controle do sistema do capital sobre o trabalho de modo direto com a transformação da força de trabalho em mercadoria, e como o desemprego neste processo se torna um instrumento de controle à medida que ajusta os trabalhadores aos imperativos da reprodução sociometabólica do capital.

¹⁹ Como assevera Marx: “Se a classe inteira dos operários assalariados fosse aniquilada pela maquinaria, que horror para o capital, o qual sem trabalho assalariado deixa de ser capital!” MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital. In: *Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 65.

CAPÍTULO 2. O FENÔMENO DESEMPREGO: O CONTROLE DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO

Como vimos no capítulo anterior, o fenômeno do desemprego passa a ser uma das estratégias de acumulação do capital. As consequências do desemprego impulsionaram o mais dinâmico processo de acumulação articulado à concentração e centralização de capitais, momento em que é cada vez mais modificada a composição orgânica do capital, para liberar cada vez mais a força de trabalho supérflua em troca de um maior investimento nos meios de produção, como a utilização da maquinaria. Este processo dinâmico que propiciou o desenvolvimento do sistema do capital gerou o aumento do controle do capital sobre o trabalho na forma do desemprego. É a partir dessas argumentações que iremos abordar os fundamentos do controle do capital sobre o trabalho. Portanto, o momento presente trata sobre o controle do capital sobre o trabalho a partir da relação conflituosa entre capital e trabalho, mediante a mercantilização da força de trabalho. Com o aumento das forças produtivas o capital impulsiona e ativa uma série de contradições que intensificam ainda mais o seu controle, fornecendo as bases para os problemas que a humanidade enfrenta hoje com a ativação dos limites absolutos. Mediante o aumento das forças de realinhamento do capital com a utilização das máquinas, a questão do desemprego é ainda mais intensificada, favorecendo o aumento do controle sobre o trabalho.

2.1 A mercadoria força de trabalho: uma forma de controle da ordem sociometabólica do capital

A força de trabalho é o próprio trabalho em movimento. Como afirma Marx²⁰: “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (1983, p.139). Portanto, a força de trabalho é a capacidade ativa para o trabalho; a partir do trabalho é posta em movimento a coisa produzida com a incorporação tanto da personalidade quanto da corporalidade física do trabalhador.

²⁰ MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. Abril Cultural, 1983, p. 189.

Na sociedade capitalista, com o processo de acumulação do capital, a força de trabalho torna-se mercadoria, objeto de uso para quem a comprar e troca para quem a vender. Mas, de acordo com Marx, esta mercadoria é distinta das outras “pelo fato de que seu consumo cria valor e valor maior do que ela mesma custa” (1983, p.189). Esta é a razão por que o capitalista compra a força de trabalho. O consumo da mercadoria pertence agora a quem a comprou, portanto a força de trabalho como mercadoria é consumida pelo capitalista. Para Marx:

A natureza peculiar dessa mercadoria específica, a força de trabalho, faz com que com a conclusão do contrato entre comprador e vendedor, seu valor de uso ainda não se tenha verdadeiramente transferido para as mãos do comprador, o seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado *quantum* de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força (1983, p.143).

A força de trabalho é distinta das outras mercadorias pelo fato de que seu valor de uso verdadeiramente não é transmitido de imediato com a conclusão do contrato entre capitalista e trabalhador, mas seu valor de uso aparece depois da ativação da força de trabalho, pois com a produção, mediante o trabalho, o capitalista lucra em proporções maiores com o término do uso da força de trabalho. Deste modo, no processo de produção, como o valor de troca da força de trabalho já está definido antes de entrar em circulação, o que o trabalhador produz é muito maior que o valor de sua força de trabalho proposta anteriormente na hora do contrato. Portanto, o trabalhador produz muito mais do que o necessário para o valor de sua força de trabalho. Ou seja, o valor de seus meios de subsistência. Deste modo, de acordo com Marx:

Em todos os países com modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de ter funcionado durante o prazo previsto no contrato de compra, por exemplo, no final de cada semana. Por toda a parte, portanto, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele deixa consumi-la pelo comprador, antes de receber o pagamento de seu preço; por toda a parte, portanto, o trabalhador fornece crédito ao capitalista (1983, p.143).

Neste processo, mesmo já definido o seu valor de troca, o trabalhador receberá em forma de salário depois de seu funcionamento, e a força de trabalho é a única mercadoria que adianta para seu comprador, o capitalista, o valor de uso da força de trabalho. Este é um processo mistificador na relação capital e trabalho, que aliena o homem. Mas é com esta

dinâmica que o capitalista lucra e o sistema do capital se reproduz, pois ele é nutrido pelo trabalho não pago dos trabalhadores.

O trabalhador tem de reproduzir sua força de trabalho diariamente para ser consumida novamente pelo capitalista. Como demonstra Marx, se a força de trabalho não for vendida, “de nada serve ao trabalhador, ele então a percebe muito mais como uma cruel necessidade natural que sua capacidade de trabalho tenha exigido determinado *quantum* de meios de subsistência para sua produção e constantemente exige de novo para a sua reprodução” (1983, p.143). Na sociedade capitalista, se o trabalhador não conseguir – pela própria dinâmica do sistema do capital – vender sua força de trabalho, ele não pode por em ação sua força de trabalho, e conseqüentemente cairá no exército de reserva.

Neste processo, a relação entre capital e trabalho é posta de modo antagônico, pois a força de trabalho é vendida pelo seu vendedor para suprir seus meios de subsistência, mas para o capitalista a força de trabalho é consumida para satisfazer a produção. De acordo com Marx:

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto, também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado *quantum* de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para a sua manutenção o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho correspondente, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se aciona no trabalho (1983, p. 141).

Assim, a força de trabalho é ativada pela disposição do indivíduo vivo, ela é acionada no trabalho. E para se reproduzir enquanto tal, precisa suprir seus meios de subsistência, ou seja, sobreviver. Esta é a luta de muitos trabalhadores, pois muitos tentam a todo custo conquistar uma vaga na corrida contra o desemprego. Podemos assim dizer que no capitalismo, a força de trabalho tratada como mercadoria demonstra a intensificação da subordinação do trabalho alienado pelo capital. Esta é uma condição para alcançar a forma mais desenvolvida do sistema do capital, a mercantilização da força de trabalho. Como assevera Mészáros²¹:

²¹ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Paulo César e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editora, 2002.

Graças à desumanização do trabalho vivo, transformado em uma mercadoria que só pode funcionar (como uma força produtiva) e biologicamente se sustentar (como um organismo) adentrando a estrutura – e se submetendo às exigências materiais e organizacionais – das relações de troca dominantes, os principais obstáculos que limitavam pesadamente o escopo e o dinamismo dos sistemas produtivos anteriores são removidos com sucesso (2002, p.622).

Assim, com a mercantilização da força de trabalho, com a subsunção do trabalho ao capital, a produção é ampliada com mais intensidade, pois os obstáculos para a produção são radicalmente superados. Neste processo, o trabalho vivo torna-se um instrumento de produção conforme os interesses de autoexpansão do sistema do capital. Como a força de trabalho torna-se mercadoria para o próprio trabalhador, o resultado da produção torna-se produção de mercadorias, portanto, sem a força de trabalho como mercadoria; o sistema do capital não se desenvolveria de forma madura e global. Sob o domínio do capital todos os produtos são convertidos em mercadorias, assumem a forma de mercadoria, somente na produção capitalista os valores de uso são subordinados aos valores de troca. Com isso o capital domina os homens. Neste processo de domínio do capital sobre o trabalho, as necessidades do homem enquanto gênero humano são subordinadas aos imperativos do sistema de reprodução sociometabólica do capital. Assim o capital controla a totalidade das relações sociais e humanas.

No intercâmbio entre as mercadorias, no qual a força de trabalho é mercadoria, troca-se equivalente por equivalente: o capitalista paga pela mercadoria força de trabalho e a consome como qualquer outra mercadoria. Como diz Marx ²²: “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, *actu*, força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potência*” (1983, p.149).

Assim, a força de trabalho é utilizada, ativada, quando é vendida para o seu comprador, o capitalista; portanto, na produção de mercadorias, o produto do trabalho humano é realizado para e sob controle do capitalista, e o trabalhador não produz para si mesmo, mas para o capitalista. Nesse processo a quantidade de força de trabalho a ser consumida pelo capitalista dependerá dos interesses de autoexpansão do sistema do capital. Dessa forma, o desemprego é um fenômeno ineliminável da ordem do sistema do capital. Neste processo de controle o trabalhador não trabalha para si mesmo, mas para o capitalista; é

²² MARX, Karl. *O capital*. Vol. I, 1983, p.149.

por isso que o aumento do desemprego é sempre crescente quanto mais o capital acumula e se desenvolve. Marx diz que:

Nosso capitalista põe-se então a consumir a mercadoria que ele comprou, a força de trabalho, isto é, ele faz o portador da força de trabalho, o trabalhador, consumir os meios de produção mediante seu trabalho. A natureza geral do processo do trabalho não se altera, naturalmente, por executá-lo o trabalhador para o capitalista, em vez de para si mesmo (1983, p.154).

Para Marx o consumo da força de trabalho pelo capitalista, através do processo de trabalho, mostra dois fenômenos peculiares. Primeiro, a partir do controle do trabalho sob o capital. “O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija”. No processo de trabalho sob o controle do capital, a produção é realizada sem desperdícios visando um maior lucro para o sistema do capital. Segundo, o produto do trabalho é do capitalista e não do trabalhador. “Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho” (1983, p.154).

Do ponto de vista do capitalismo o processo de trabalho é apenas consumo de mercadoria. “O processo de trabalho é um processo que o capitalista comprou, entre outras coisas que lhe pertencem.” (1983, p.154). O capitalista faz o trabalhador trabalhar de forma útil, pois é a única mercadoria que produz maior valor que ela mesmo custa. Para Marx:

O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non*, pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. [...] na verdade o vendedor da força de trabalho, como qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro (1983, p.159-160).

O valor de uma mercadoria corresponde ao custo de sua produção; no caso da força de trabalho corresponde ao valor da sua reprodução enquanto trabalhador. O capitalista consome a força de trabalho antes de pagar o seu valor, como analisamos anteriormente. O vendedor da

força de trabalho, por sua vez, adianta o seu próprio salário para o seu comprador. Nesta relação social entre o capital e o trabalho, o homem é tratado como coisa e seu valor na forma de salário é sempre reduzido ao limite em proveito do lucro para o capitalista. O trabalho, portanto, como não tem uma parte do lucro do processo da produção fica à mercê de seu salário, que nem mesmo é suficiente para seu desenvolvimento enquanto gênero humano. Marx²³ já afirmava nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” que: “A lista de salários que abastece o sustento do trabalhador durante o trabalho é a mais baixa e unicamente necessária, e um complemento apropriado para criar a família a fim de que a categoria dos trabalhadores não seja extinta” (2006, p.63).

Além dos baixos salários, os trabalhadores ainda enfrentam a concorrência entre eles, pois como o capital não absorveu toda a massa de trabalhadores, muitos foram submetidos às fileiras da superpopulação devido ao aumento do desemprego. Neste processo o desemprego regula os salários, aumenta a jornada de trabalho, precariza o trabalho. Com isso o capital controla o trabalho, e como consequência a vida humana torna-se mais degradante e desumana. Esta contradição é ativada pela subordinação do trabalho ao capital.

É dessa forma que o capital controla o processo de produção de mercadorias e até mesmo a força de trabalho. O capitalista, neste processo, espera sempre obter o máximo de consumo da força de trabalho, de forma cada vez mais alienante, com o maior dispêndio de exploração. Esta exploração é ainda mais intensificada quando o desemprego está às vistas. Pois o desemprego, como vimos no primeiro capítulo, é a alavanca da acumulação do sistema do capital, e enquanto grandes massas humanas estão nas fileiras da superpopulação, os que ainda estão inseridos no processo de trabalho sofrem com a exploração de um maior dispêndio de sua força de trabalho para aumentar a produtividade e suprir a população excedente. Antes de qualquer coisa, o desenvolvimento do capital só é possível com a utilização da força de trabalho enquanto mercadoria; é por isso que a mercantilização da força de trabalho é um dos fundamentos do controle do capital pelo trabalho de forma direta, pois neste processo o capital controla não somente a vida humana, mas o processo de produção, sempre a favor da expansão e da acumulação do capital.

Com a redução da força de trabalho em mercadoria o sistema do capital controla de forma direta os meios para a produção e também o próprio trabalho. E essa tendência é mais intensificada com o desenvolvimento das forças produtivas através da acumulação e da divisão do trabalho. Com isso, cada vez mais os trabalhadores – nos limites do capitalismo –

²³ MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. Alex Martins. São Paulo: Martin Claret. 2006.

tornam-se mais dependentes do trabalho alienado, pois se não colocarem em dispêndio sua força de trabalho em troca de salário não poderão sobreviver enquanto trabalhadores.

Marx, ao tratar da divisão do trabalho, demonstra a intensificação da subordinação do trabalho ao capital. Nesta relação, o trabalhador torna-se alienado, fica diminuído no processo de produção. Nas palavras do autor:

Como resultado da divisão do trabalho, por um lado, e da acumulação do capital, por outro, o trabalhador torna-se mesmo mais inteiramente dependente do trabalho e de um tipo de trabalho particular, demasiadamente unilateral, automático. Por este motivo, assim como se ele se vê diminuído espiritualmente e fisicamente à condição de uma máquina e se transforma de ser humano em simples atividade abstrata e em abdômen, também se torna em progressão mais dependente de todas as oscilações no preço corrente, no emprego do capital e nos caprichos do rico. Deste modo, o crescimento da classe de homens que são inteiramente dependentes do trabalho aumenta a competitividade entre os trabalhadores e baixa o seu preço. No sistema industrial, esta situação dos trabalhadores atinge o clímax (2006, p.68).

Enquanto o capital acumula, quando aliena o produto do trabalho dos trabalhadores, com a divisão do trabalho os trabalhadores não só são concorrentes entre si mesmos, mas são concorrentes entre as máquinas. Nas palavras de Marx: “Uma vez que o trabalhador foi diminuído a máquina, a máquina pode com ele concorrer” (2006, p.69). Assim, com o aumento das forças produtivas, através da divisão do trabalho, a riqueza da sociedade aumenta, entretanto o trabalhador, enquanto homem, é empobrecido. O capital coloca para a vida humana a mais degradante condição. Esse é um dos agravantes impulsionados pelo controle do capital sobre o trabalho.

Com o trabalho alienado, os trabalhadores não se reconhecem na produção, pois o produto do trabalho é algo separado do trabalhador. O trabalhador é reduzido a máquina, ele não é visto como homem, mas como uma mercadoria produtiva. E como toda mercadoria, só é vendida se houver um comprador interessado; quando não, estão condenados ao exército de reserva. Neste processo de contradições imanentes aos imperativos do sistema do capital o aumento do acirramento da concorrência entre os trabalhadores em busca de trabalho é ainda mais intensificado.

No processo de desenvolvimento do sistema do capital, o desemprego faz parte da lógica do sistema de reprodução sociometabólica do capital. Tal fenômeno ocorre quando o controle do capital sobre o trabalho é ainda mais intensificado, pois o desemprego, conhecido também como exército de reserva, é uma condição para o desenvolvimento do capital, já que no momento em que as personificações do capital precisam de força de trabalho, encontraram

uma grande massa disponível. Essa contradição só é possível com a mercantilização da força de trabalho.

Como vimos, no processo de produção capitalista o trabalhador é arrastado para a concorrência devido ao aumento do desemprego, e com a crise do capital as contradições aumentam em proporções cada vez maiores, pois os trabalhadores (ao disporem de sua força de trabalho como mercadoria) não são poupados, mas são consumidos até o limite máximo em proveito do lucro. A crise do capital é um fenômeno que acompanha o sistema do capital desde sua origem, e a cada momento de crise as contradições imanentes à lógica do sistema do capital são ainda mais intensificadas. Hoje, grandes estudiosos sobre a temática da crise falam de uma crise estrutural do sistema do capital, uma crise inédita na história da humanidade, pois ela foi capaz de ativar os limites absolutos do sociometabolismo do capital²⁴.

No processo de desenvolvimento do sistema do capital, como a produtividade não está a serviço do homem enquanto gênero humano e sim em benefício da autoexpansão e acumulação do sistema do capital, muitos trabalhadores ficam à mercê das necessidades de acumulação do capital. A questão do desemprego nesse processo torna-se um instrumento de controle do sistema do capital sobre o trabalho, no sentido de levar grandes contingentes de massas de trabalhadores à desumanização com o fenômeno do desemprego, tornando a força de trabalho cada vez mais supérflua. Para Marx:

As multidões de trabalhadores, sempre cada vez mais amontoados, nem sequer têm a certeza de que sempre terão emprego. A indústria, que os convocou, apenas lhes permite viver quando deles precisa; logo que os possa dispensar, abandona-os sem a menor preocupação. Assim, os trabalhadores que foram despedidos vêm-se obrigados a oferecer o seu corpo e o seu trabalho por qualquer preço aceitável (2006, p.79).

A incerteza de ser empregado pelo capitalista é uma constante no modo de produção capitalista, e a cada momento histórico tal contradição aumenta em proporções gigantescas. Na forma do desemprego os trabalhadores são submetidos a qualquer tipo de atividade remunerada para continuarem se reproduzindo enquanto trabalhadores; o desemprego neste processo é uma condição para pôr em movimento a lógica do sistema sociometabólico do capital.

²⁴ Sobre os determinantes e as consequências de uma crise estrutural do capital, ver o próximo capítulo.

A partir da força de trabalho como mercadoria, os trabalhadores são uma potência ativa quando as determinações de lucro do sistema do capital assim o exigirem. Neste processo os trabalhadores são contratados exclusivamente para os interesses dos lucros e não para a diminuição do desemprego. É por isso que o controle do capital na forma do desemprego é a cada momento histórico intensificado. Com isso, mais e mais trabalhadores engrossam as fileiras do pauperismo, pois sob o controle do capital o trabalho é condicionado aos imperativos do sistema. Como demonstra Marx:

A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, à qual está sujeita a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas. Se a oferta excede a procura, um dos elementos que compõe o preço – lucro, renda da terra, salários – será pago abaixo do seu valor; uma parte da procura destes fatores será retirada do uso e o preço corrente seguirá para o preço natural. Mas onde existe uma extensa divisão do trabalho é extremamente difícil para o trabalhador orientar o seu trabalho para outras aplicações, e por causa da sua subordinação ao capitalista é o primeiro a sofrer dificuldades (2006, p.66).

Desse modo, o trabalhador é subordinado ao capitalista; aquele necessita vender sua força de trabalho a qualquer custo, para continuar vivo como trabalhador. Com isso o capital condena o trabalhador à mais brutal forma de sobrevivência, sujeitando-o às exigências do capitalismo. “*O trabalhador não ganha necessariamente quando o capitalista ganha, mas perde forçosamente com ele*” (2006, p.66). E em momentos de recessão a situação dos trabalhadores é ainda maior na forma do desemprego e aumento do pauperismo, fragmentando ainda mais os trabalhadores nesse processo.

A fragmentação do trabalho no desenvolvimento do sistema do capital é algo fundamental na relação capital e trabalho, como forma de manter o controle sobre o trabalho. No entanto, a manutenção da fragmentação do trabalho não pode ser vista como algo absoluto, permanente, pois, de acordo com Mészáros²⁵, a competição entre os fragmentos do trabalho é secundária, “no sentido de ser subsidiária à administração do antagonismo estrutural entre capital e trabalho” (2002, p.714). Com a fragmentação do trabalho, o sistema do capital se reproduz. É por isso que Mészáros afirma que:

²⁵ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

Se a competição entre a totalidade fragmentada do trabalho não fosse uma determinação secundária ou subsidiária, mas primária articulação e operação do sistema, estaria mantido o comando do capital sobre o trabalho em uma base permanente, graças ao fracasso necessário do trabalho na defesa dos seus interesses como única alternativa viável à ordem estabelecida. Contudo, a fraqueza do trabalho internamente dilacerado e fragmentado, do qual o capital continuamente retira a sua força, é também, em última análise, a fraqueza do capital poder fermentar. Pois sem a divisão e a fragmentação interna do trabalho – as quais o capital pode fermentar e, por meio de suas formações estatais, até certo ponto intensificar legislativamente, mas sobre a qual não pode exercer controle absoluto – o domínio do capital sobre a sociedade não pode ser sustentado indefinidamente. A fragmentação e a competição características das formas de trabalho social “atrofiado/travestido” sob o domínio do capital não são apenas *capazes* de suspensão; caso se espere a sobrevivência da humanidade, elas deverão *forçosamente* ser suspensas (2002, p.714).

As condições favoráveis ao desenvolvimento do sistema do capital não são resultado direto do processo de reprodução econômica, mas o sistema do capital para se manter enquanto tal precisa controlar o trabalho. Uma das formas de controle é a fragmentação do trabalho; com isso o sistema do capital se afirma e se reproduz. Quando Mészáros afirma que a fragmentação do trabalho é secundária, se refere ao dinamismo controlador do sistema do capital ao fazer fragmentar o trabalho, mas não pode exercer o seu controle indefinidamente, pois se a manutenção do trabalho fragmentado fosse mantida de modo permanente, o sistema do capital manteria seu controle de modo absoluto. Assim, somente com a superação do capital e seus antagonismos estruturais seria suprimida a forma de dominação do trabalho sob o capital, pois no âmbito do capital o desenvolvimento do gênero humano é limitado em proveito da expansão da reprodução sociometabólica do capital, através da imposição da divisão do trabalho regida pelo domínio do capital. Para Mészáros:

Esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva – da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se *estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos (2002, p.99).

No entanto, a necessidade inevitável do sistema do capital de extrair o máximo possível de trabalho excedente não basta para impor a divisão social hierárquica do trabalho. Pois, como afirma Mészáros: “É também forçoso que ela seja apresentada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida” (2002, p.99).

Assim, a relação contraditória entre capital e trabalho é repassada com uma aparência de transação entre iguais, entre proprietários de mercadorias (de um lado, proprietários dos meios de produção; de outro, proprietários de força de trabalho), com direitos iguais no processo da produção. Nas palavras de Mészáros: “Em larga extensão isto se deve ao modo fetichizado de administrar a relação entre capital e trabalho, com sua tendência mistificadora de esconder a coerção implacavelmente dominante, que aparece como coisa normal e sob a aparência enganadora de contratos livremente acordados” (2002, p.710). É por isso que Marx²⁶ assevera:

É preciso reconhecer que nosso trabalhador sai do processo de produção diferente do que nele entrou. No mercado ele, como possuidor da mercadoria “força de trabalho”, se defrontou com outros possuidores de mercadorias, possuidor de mercadorias frente a possuidores de mercadorias. O contrato pelo qual ele vendeu sua força de trabalho ao capitalista comprou, por assim dizer, preto no branco, que ele dispõe livremente de si mesmo. Depois de concluído o negócio, descobre-se que ele não era “nenhum agente livre”, de que o tempo de que dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, de que, é verdade, seu explorador não o deixa, “enquanto houver ainda um músculo, um tendão, uma gota de sangue para explorar”. Como “proteção contra a serpente de seus martírios”, os trabalhadores têm de reunir suas cabeças e como classe conquistar uma lei estatal, uma barreira social intransponível, que os impeça a si mesmos de venderem a si e à sua descendência, por meio de contrato voluntário com o capital, à noite e à escravidão! (1983, p.237-238).

Os trabalhadores são livres para vender sua força de trabalho. Mas não são realmente livres e nem iguais, pois são forçados a vender a sua força de trabalho para continuar vivos. Uma liberdade entre desiguais (os possuidores das forças produtivas e os possuidores da força de trabalho), pois afinal não há nenhuma igualdade entre capitalistas e trabalhadores, pelo contrário. No decorrer da exposição vimos que os interesses do capital e do trabalho são estruturalmente diferentes. Marx ainda acrescenta que:

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo.

²⁶ MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, p. 237-238.

O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esperta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral (1983, p.145).

Marx expõe nessa citação a essência das relações entre os homens no capitalismo, uma relação que é objetivada por meio da compra e venda das mercadorias. Uma relação juridicamente igual com aparência de liberdade, mas que na verdade é uma relação de exploração que não tem nada de igual e livre. O único fim é este: lucro para o capitalista e um salário para o possuidor da força de trabalho. A liberdade é a do capital para explorar o trabalho, a fim de ganhar dinheiro. De acordo com Marx:

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (1983, p. 140).

Deste modo, a exploração do homem pelo homem mediante o sistema do capital é intensificada no capitalismo com a separação dos produtores dos seus meios de produção, momento histórico que resultou na mercantilização da força de trabalho e conseqüentemente no maior controle do capital sobre o trabalho. Mas em relação antagônica entre capital e trabalho não é algo natural. Como assevera Marx:

A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural e tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social (1983, p.140).

Assim, na relação capital e trabalho, os maiores prejudicados são os trabalhadores, pois os interesses de acumulação do capital estão acima das necessidades dos homens. O capital é criado pelos próprios homens, mas domina toda a humanidade, tornando-a alienada. Tal alienação gera obstáculos para o próprio desenvolvimento da humanidade. Todavia, o que é construído pelos homens pode ser também superado por eles. Nas palavras de Lessa e

Tonet²⁷: “A mesquinha existência que o capitalismo possibilita aos homens não é o ‘único’ futuro possível para a humanidade, ‘a única vida social possível’, mas apenas o futuro possível enquanto durar a regência do capital” (2008, p.92).

O modo como se constitui a sociedade burguesa, através da expansão cada vez mais acentuada do lucro e como consequência o aumento da exploração para grandes massas de trabalhadores, é uma forma que aliena as relações sociais. Em meio a essas contradições iminentes do sistema do capital podemos dizer a essência do controle do capital sobre o trabalho, no capitalismo, é o tratamento do homem como mercadoria. A força de trabalho reduzida a mercadoria impulsiona uma série de antagonismos, pois enquanto o capitalista for o dono dos meios de produção e da força de trabalho, os homens serão condenados aos imperativos do sistema, e com isso ao desemprego, à fome, à violência, ao pauperismo. Nesse processo alienador, o que é humano torna-se coisa e a coisa produzida, humano. Assim, o valor da força de trabalho não é visto pelo capitalista como expressão produtiva de um indivíduo humano, mas como uma mercadoria qualquer. Portanto, não há capitalismo humanizado, mas é iminente do sistema do capital a reprodução da miséria humana, pois não há consenso possível entre os interesses do trabalho e do capital. Tais interesses são antagônicos.

2.2 A relação capital: o controle do capital sobre o trabalho

Como vimos em algumas passagens do item anterior, o sistema do capital só pode se desenvolver e consolidar com o domínio direto do controle do capital sobre o trabalho via mercantilização da força de trabalho. Assim, as condições de existência do sistema do capital, no capitalismo resultam no surgimento de duas classes fundamentais, a burguesa e a proletária; de um lado, os donos da produção; de outro, os donos da força de trabalho. Como ensina Marx²⁸:

Suas condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social (1983, p. 140).

²⁷ LESSA, Sergio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo. Ed: Expressão Popular, 2008, p. 92.

²⁸ MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

O capital nesse processo depende do trabalho para acumular em proporções cada vez maiores. O trabalhador, na sociabilidade capitalista, é compelido a vender sua única mercadoria de que ele dispõe, a força de trabalho. Com este mecanismo fetichista, o trabalho, no capitalismo, torna-se dependente dos imperativos do sistema do capital. Portanto, há uma dependência entre capital e trabalho, mas que é uma dependência conflitante, pois os interesses são antagônicos: de um lado, o lucro e a produção para expandir e acumular; de outro, a sobrevivência dos trabalhadores em troca de um salário que, como vimos, é um valor apenas suficiente para sua reprodução como trabalhador. Isso foi possível com a superação da sociedade feudal. Nas palavras de Marx²⁹:

A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela. O produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre da força de trabalho, que leva a sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisa ainda ter escapado do domínio da corporação, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação para a servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vencedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhe foram roubadas. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (1984, p.262).

Tudo começa com a separação dos trabalhadores dos seus meios de produção. Tal artimanha, no início da formação da sociedade capitalista, foi imprescindível para que os homens se tornassem livres dos seus meios de subsistência. A condição de trabalho assalariado piorou a condição dos trabalhadores, pois com a efervescência do desenvolvimento de uma nova sociedade muitos trabalhadores foram condenados às leis do sistema do capital, num círculo vicioso que perdura até hoje. Assim, o processo que cria a relação-capital se apoia na separação do trabalhador dos seus meios de produção. Foi um processo nada amigável, mas desumanizador e sanguinário. Com isso, a acumulação do capital é possível por meio do trabalho alheio. Como demonstra Marx, a acumulação do capital só pode ser realizada a partir de determinadas circunstâncias que possibilitem a produção capitalista. É nesse processo que Marx constata que

²⁹ MARX, Karl. *O capital*. Vol. I tomo II, 1984, p. 262.

duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres em duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando pelo contrário livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista (1984, p.262).

Para expor a relação-capital é inevitável mencionar outra vez a força de trabalho como mercadoria, pois esta forma desumana de controle impulsiona uma série de antagonismos que são fundamentais para a consolidação da produção capitalista. Para entendermos sobre a relação de dependência entre capital e trabalho, é necessário entendermos esse processo. Pois, como assevera Marx:

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóia sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (1984, p.262).

A consequência da separação dos trabalhadores dos seus meios de produção foi o aumento da exploração do homem pelo homem, portanto, a relação-capital foi fundada por esse processo. Com a separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, fundamentou-se a relação-capital e esse modificou a estrutura de toda a sociedade em sua totalidade, pois o que era produzido para as necessidades da comunidade – cuja produção era o próprio homem quem determinava o que produzir – agora passa a ser produzido para as necessidades de auto-valorização do sistema do capital, e com isso a produção de mais capital e a produção de trabalhadores reduzidos a trabalhadores assalariados³⁰.

Deste modo, como demonstra Marx: “O ponto de partida do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a servidão do trabalhador. A

³⁰ Não é de nosso interesse, nos limites deste tema, analisar o trabalho assalariado no capitalismo. Mas é importante esclarecer que nossa perspectiva é que nem todo trabalho assalariado é produtivo, mas todo trabalho produtivo nos limites da sociedade capitalista é trabalho assalariado, pelo fato de que a força de trabalho é mercadoria que o capitalista compra. Para maiores esclarecimentos acerca de trabalho assalariado e produtivo, recorrer a LESSA (2007).

continuação consistiu numa mudança de forma dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em capitalista” (1984, p. 263). Podemos dizer que o que fundamenta tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista é a servidão do trabalho ao capital mediante a força de trabalho como mercadoria. São frutos de um mesmo processo.

O capital é capital muito antes do advento do capitalismo; sua forma de sujeitar os trabalhadores é transformada nas suas fases de modo de produção, no entanto, no capitalismo, o sistema do capital é ainda mais explorador e desumano, aumentando ainda mais a servidão dos trabalhadores. Pois, no processo de consolidação do desenvolvimento da sociedade capitalista, os trabalhadores são ainda mais explorados e escravizados pelo capital, no entanto juridicamente livres e iguais. Para nosso autor:

O que faz época na historia da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo (1984, p.263).

A produção capitalista começa quando um número maior de trabalhadores é ocupado por um capitalista individual e o processo de trabalho é ampliado em larga escala. De acordo com Marx³¹: “A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadorias, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista” (1983, p.257).

Assim, o determinante para a produção capitalista é um maior número de trabalhadores produzindo a mesma mercadoria, sob a determinação de um capitalista. Nesse processo os meios de produção são desenvolvidos e ampliados, aumentando ainda mais a exploração de um número maior de trabalhadores. Marx³² observa que: “A autoridade que o capitalista enquanto personificação do capital assume no processo imediato de produção, a função de que ele se reverte como condutor e dominador da produção é essencialmente diferente da autoridade na base da produção com escravos, servos etc.” (1985, p.313-314). Isso é possível, pois é na forma mais desenvolvida do capital, na sociedade capitalista, que o

³¹ MARX, Karl. *O capital*. Vol. I. Ed. Abril Cultural: São Paulo, 1983.

³² MARX, Karl. *O capital*. Vol. III, tomo: 2. Ed. Abril Cultural: São Paulo, 1985.

sistema do capital controla de forma direta o processo de produção e reprodução do trabalho, aumentando, desta forma, uma tendência constante do capital de sempre manter sob controle o trabalho, pois mediante o trabalho o capital aumenta as suas potencialidades, concentrando ainda mais a produção de riquezas.

Portanto, o controle do capital sobre o trabalho é impulsionado de forma direta na medida em que a força de trabalho se torna mercadoria e, como mercadoria, o trabalho humano é submetido aos interesses do capital na forma do capitalista. Esta contradição impulsiona a submissão dos trabalhadores, pois são condenados a uma sobrevivência desumana, na ânsia cada vez mais insuperável de ter um emprego para poder continuar vivo. No entanto, a realidade nos mostra uma inclinação cada vez mais acentuada do aumento do nível de desemprego. É uma condição ineliminável do sistema do capital e somente é possível com a mercantilização da força de trabalho, pois afinal uma mercadoria só é consumida se ela tiver um valor de uso e um valor de troca. No caso da força de trabalho, ela é consumida pelo capitalista de acordo com as necessidades de reprodução do próprio sistema do capital e não do trabalho. Por isso o desemprego é uma das formas de controle do sistema do capital.

Na forma do desemprego, o domínio do capital sobre o trabalho, torna o trabalhador embrutecido e mais explorado pelo processo de produção, pois o desemprego, por ser um fenômeno que pertence à lógica do sistema do capital, como vimos no capítulo anterior, ele nutre a boa saúde do capital, além de precarizar o trabalho, aumentar a insegurança dos trabalhadores, fornecendo as bases que mantêm o controle do capital sobre o trabalho.

É por isso que nos limites da sociedade capitalista os trabalhadores são impossibilitados de exercer o domínio sobre sua vida, pois com o trabalho alienado, as personificações do capital dominam o trabalhador, garantindo o círculo vicioso da ordem sociometabólica do capital. Como assevera Mészáros³³:

A questão é que, sem entender a *perspectiva circularidade* do sistema do capital – mediante a qual o trabalho, sob a forma de trabalho *objetivado*, *alienado*, se torna capital e, como *capital personificado*, enfrenta e domina o trabalhador –, não há como escapar do círculo vicioso da auto-reprodução ampliada do capital como o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história. Pois, o poder que domina o trabalhador é o poder circularmente transformado do próprio trabalho social, que assume uma forma ‘atrofiada, travestida’ e se afirma na ‘situação *fetichizada* em que o *produto é o proprietário do produtor*’. Em outras palavras, o ‘caráter social’ etc., do trabalho do trabalhador o enfrenta, tanto

³³ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Paulo César e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

‘conceitualmente’ como ‘de fato’, não apenas como alheio, mas hostil e antagônico, como também *objetivado* e *personificado* no capital. Assim, para ser capaz de romper o círculo vicioso do capital, como forma de controle sociometabólico, é necessário enfrentar o fetichismo do sistema do capital em sua forma plenamente desenvolvida (2002, p.707-708).

Deste modo, os trabalhadores são dominados pelo sistema do capital pela própria dinâmica de como a reprodução do sistema do capital é posta pelo trabalho social dos homens, assumindo uma forma travestida alienante, pois o processo de produção é que domina o homem, e não o contrário. A produção torna-se algo estranho ao trabalhador; ele não se reconhece devido ao caráter da mercantilização da força de trabalho, tornando-se trabalho personificado. É por isso que o capital se torna o mais poderoso modo de controle. No entanto, o rompimento somente é possível com o enfrentamento deste modo alienante de controlar os homens na sua forma mais desenvolvida, no capitalismo.

No capitalismo, a relação-capital impulsiona um círculo vicioso cada vez mais embrutecedor, pois aumenta, em cada fase de seu desenvolvimento, a exploração sobre o trabalho através da extração do trabalho excedente. É uma relação de compulsão cada vez mais desumana, pois assume uma forma de dominação mais intensificada no capitalismo, como demonstra Mézáros: “A forma de dominação pela qual o capital – trabalho alienado e objetivado – comanda em sua auto-reprodução circular sobre o trabalho é muito diferente das formas anteriores de dominação” (2002, p.708).

O domínio do capital sobre o trabalho é impulsionado de forma cada vez mais alienante e desumanizadora, pois sob os imperativos do capital, a força de trabalho é condenada a várias formas de dominação. Uma delas é o fenômeno do desemprego, que acarreta uma série de antagonismos como: diminuição de salário, precarização do trabalho, aumento do trabalho flexível, pauperismo para um número cada vez mais crescente de trabalhadores. Todas essas contradições são impulsionadas e conduzidas pelo funcionamento do capital como comando sobre o trabalho. A existência do capital só é possível com a sua capacidade de exercer o domínio sobre o trabalho, acentuado de acordo com as mudanças históricas. Ele desempenha um papel que domina todas as relações humanas e sociais. Nas palavras de Mézáros:

A condição crucial para a existência e o funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer *comando sobre o trabalho*. Naturalmente, as modalidades pelas quais este comando pode e deve ser exercido estão sujeitas às mudanças históricas capazes de assumir as formas mais desconcertantes. Mas a *condição absoluta* do comando objetivado e alienado sobre o trabalho – exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e

possíveis – deve permanecer sempre. Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena histórica (2002, p.710).

Portanto, a existência do capital depende de sua capacidade de controlar e dominar o trabalho; é por isso que quanto mais o capital é ampliado e desenvolvido, suas relações tornam-se mais exploradoras e reificadas. Em tempos de crise esta tendência de controle é mais acentuada, tendo em vista o entrave na produção. Mas, superadas suas crises periódicas, com o desenvolvimento expansionista, o sistema do capital supera progressivamente as resistências que encontra, com isso domina ainda mais todo o processo de reprodução da sociedade capitalista, através da exploração dos trabalhadores, que nesse processo é a alavanca para a acumulação do sistema sociometabólico do capital.

O círculo vicioso do capital controla até mesmo as “personificações do capital³⁴”, e suas formas de dominação são determinadas pelos imperativos de reprodução e autoexpansão do sistema do capital. Como o controle do capital sobre o trabalho é o fundamento para a existência do funcionamento do capital, este controle é imanente à lógica do sistema, pois do contrário o capital deixaria de existir.

Neste processo, entendemos que o sistema do capital é um processo e a cada momento histórico ele se reproduz mediante o seu controle sobre o trabalho, portanto, seu papel controlador é anterior ao capitalismo, mas neste tipo de sociedade seu domínio dá-se de forma direta e embrutecedora, pois os interesses do capital são o determinante para a produção, e não as necessidades da humanidade em geral. O trabalho, diferentemente do capital, não pode ser superado, pois em qualquer tipo de sociedade o trabalho sempre irá existir – a sobrevivência da humanidade em qualquer sociedade depende do trabalho –; por consequência, a humanidade pode superar o domínio do sistema do capital mediante a luta da classe trabalhadora, com o objetivo de transcender o modo como o capital controla a vida dos homens. Assim, o capital, que a tudo domina, deve ser superado, e neste processo a exploração do trabalho, o aumento do desemprego, a miséria, entre outras contradições iminentes do sistema do capital, serão eliminadas. É por isso que Mészáros³⁵ afirma:

Qualquer tentativa de ganhar controle sobre o capital tratando-o como uma ‘coisa material’ ligada a uma ‘relação simples’ com seu proprietário privado – em vez de instituir uma alternativa sustentável ao seu processo dinâmico, ‘em cujos vários momentos ele nunca deixa de ser capital’ – pode apenas resultar em fracasso catastrófico. Nenhum mecanismo jurídico pode, por si

³⁴ Sobre as personificações do capital, ver o Capítulo 4, item 4.3.

³⁵ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. César Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

só, remover o capital, como *comando* necessário *sobre o trabalho*, do processo sociometabólico sob as circunstâncias que prevaleceram historicamente durante tanto tempo e que inevitavelmente foram herdadas após a revolução (2002, p.712).

A relação–capital é estruturada de forma antagônica, pois é pelo trabalho alienado que o capital se fundamenta e se nutre. As personificações do capital, que representam o sistema do capital, são parasitas do trabalho. É pelo trabalho que a riqueza social é produzida, no entanto é apropriada pelos meios de produção, e como a força de trabalho foi comprada para executar determinada função, o trabalhador não tem o direito de possuir o que produziu mediante a propriedade privada. Neste processo, o capital sem o trabalho e o trabalho alienado sem o capital são incapazes de se reproduzir por si próprios. No capitalismo, o controle do capital é possível com a reprodução contínua da relação capital e trabalho. Como demonstra Mészáros:

O que torna a relação-capital sustentável durante determinada época histórica é que, na ausência da alternativa sociometabólica requerida, capital e trabalho – e não o proprietário privado capitalista e suas posses materiais juridicamente salvaguardadas – estão inseparavelmente associados no processo de reprodução material, incapazes de sobreviver por si próprios sem reprodução contínua de um e de outro, assim como de seu antagonismo estrutural. Entretanto, não *apesar* desta contraditoriedade, mas precisamente *por causa* dela, a relação-capital é constituída e mantida em existência, como um *sistema orgânico*, afirmando a si mesma como *processo de reprodução ampliada do capital*, em cujos vários momentos “é sempre capital” (2002, p.713).

Assim, o que sustenta a relação-capital é a associação entre capital e trabalho, um reproduz o outro no mesmo processo de alienação e antagonismo, afirmando seu processo de reprodução sociometabólico. Com isso, o capital é fortalecido pela afirmação do comando sobre o trabalho. Para Mészáros:

Uma vez que deixe de dominar e explorar implacavelmente o trabalho – como esperava a noção ilusória do ‘trabalho participativo compartilhado poder com o capital’, ao projetar uma forma ‘iluminada’ do capital e seu dedicado ‘mercado social’ como a estrutura de uma feliz relação futura –, o capital perde a capacidade de controlar completamente o processo sociometabólico (2002, p.713).

O capital controla o processo de reprodução do sistema a partir do controle sobre o trabalho. Se esta condição for superada, o capital deixa de ser capital. Pois, como assevera Mészáros: “Seu êxito depende, portanto, do fortalecimento – seja por meio da compulsão econômica direta seja pela força política – da submissão permanente do trabalho. Isto acontece devido à combinação sob a autoridade da maquinaria de produção mais avançada do

capital” (2002, p.716). Por isso que o capital a todo custo tenta sempre manter o domínio sobre o trabalho.

Na atualidade, o acirramento dos problemas econômicos e sociais, mediante a crise estrutural do capital, torna-se mais insuportável, pois, como vimos em outras passagens, o domínio do capital sobre o trabalhador pode exercer outras funções, dependendo dos imperativos expansionistas do sistema de reprodução sociometabólica do capital. Na forma do desemprego, o capital controla todos os passos dos trabalhadores, pois muitos, para continuarem se reproduzindo como trabalhador – garantir seu emprego, mesmo que seja temporariamente –, são submetidos às mais terríveis relações de trabalho, como diminuição dos direitos trabalhistas, corte de férias, diminuição salarial, precarização acentuada do trabalho entre outras implicações. Essa é uma tendência do sistema do capital, pois para continuar a reprodução do capital, grandes massas humanas são exploradas nas atribuições de suas funções ou quando não estão fazendo parte das fileiras cada vez mais numerosas dos desempregados.

As relações de produção são dinâmicas, e a cada fase histórica do processo de reprodução do sistema do capital são ampliadas as contradições e os maiores prejudicados são os trabalhadores. Até mesmo as concessões reivindicadas pelos trabalhadores no processo de luta foram convertidas em estratégias de lucro, ampliando o controle do capital sobre o trabalho. É nesse processo que o desemprego aumenta em proporções maiores e a utilização da maquinaria a serviço do capital, desde o começo do desenvolvimento do capital até a atualidade, intensifica ainda mais a exploração do trabalho com o aumento do desemprego, pois com o incremento da maquinaria foi possível ao sistema do capital extrair um maior dispêndio de trabalho com menos trabalhadores na produção, resultando no desemprego como forma de controle.

2.3. A maquinaria e o aumento do desemprego: expressão do controle do capital sobre o trabalho

Com o desenvolvimento das forças produtivas, o capital aumentou o seu domínio sobre o trabalho mediante a utilização da máquina. Esse antagonismo se intensifica, pois grandes massas humanas são substituídas pela maquinaria, para pôr em ação uma maior produtividade para o capital. Os que ainda continuam no trabalho sofrem com a maior intensidade no processo de produção, já que ocorre a diminuição do valor de sua força de

trabalho para suprir seus meios de subsistência, enquanto aumenta sua valorização para incrementar a produtividade mediante o trabalho não pago.

Deste modo, a cada fase histórica do domínio do capital, o trabalho torna-se mais alienado e complexo. Com a utilização da maquinaria, a exploração e a intensificação do problema do desemprego são ainda maiores. Pois utilizada como capital, sua finalidade não é aliviar o trabalho humano, mas pelo contrário, sua função é aumentar a extração da mais-valia mediante a jornada de trabalho. De acordo com Marx³⁶, a maquinaria: “Igual a qualquer outro desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia” (1984, p.7).

Assim, a compulsão do capital é sempre produzir o lucro, que somente é extraído com o trabalho excedente pela mais-valia, o trabalho não pago do trabalhador. Tal antagonismo coloca para o destino da humanidade uma desumanização em proveito da valorização do capital. Não é finalidade da maquinaria aliviar o trabalho humano, mas intensificá-lo, na medida em que extrai uma porção maior de mais-valia.

Com a utilização da maquinaria, mediante a cooperação do trabalho socializado ou coletivo, que se torna uma necessidade para a produção, as relações humanas e sociais sofrem uma dinâmica diferente das outras épocas anteriores ao capitalismo. Com a dinâmica do desenvolvimento do sistema do capital, uma família inteira de trabalhadores é condenada ao trabalho para que possa sobreviver. Como diz Marx:

O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalho individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda a sua família (1984, p.23).

Assim, com a utilização da maquinaria para a reprodução do sistema do capital, o valor da força de trabalho de um homem é reduzido, a ponto de um homem não poder sustentar a sua família. Agora o núcleo familiar precisa vender a força de trabalho para sobreviver. Como vimos na *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, o aumento da indústria expandiu o número de seus súditos para o trabalho assalariado. Agora mulheres e crianças são impulsionadas à condição de trabalhadores assalariados. Nas palavras do nosso autor:

³⁶ MARX, Karl. *O capital*. Vol. I, Tomo 2, 1984.

A maquinaria também revoluciona radicalmente a mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista. Com base no intercâmbio de mercadorias, o pressuposto inicial era que o capitalista e o trabalhador se confrontariam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias: um, possuidor de dinheiro e de meios de produção; outro, possuidor de força de trabalho. Mas agora, o capital compra menores ou semi-dependentes. O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos (1984, p.23).

O capital impulsiona o trabalho infantil e o feminino para que a família sobreviva e todos se tornem trabalhadores assalariados. Do contrário, a manutenção da família não seria possível. Ocorre nesse processo uma maior exploração de mulheres e crianças como força de trabalho mais barata. Com isso, a classe trabalhadora é submetida às mais diversas formas de exploração e degradação do trabalho, gerando sérias implicações, como a animalização humana. O trabalhador é condicionado a cada momento para os imperativos do sistema do capital. Um controle que é intensificado e em que o sistema do capital é ampliado e consolidado.

Assim, o processo de reprodução do capital mediante o incremento da maquinaria só é possível com a exploração cada vez mais acentuada dos trabalhadores. Com a maquinaria, o capital pode aumentar a produtividade do trabalho, quando encurta o tempo por trabalho necessário à custa de uma maior exploração e intensificação do trabalho excedente. Dessa forma o capital pode prolongar a jornada de trabalho além do limite natural do trabalho humano. De acordo com Marx, a maquinaria, portanto: “Cria, por um lado, novas condições que capacita o capital a dar livre vazão a essa tendência constante e, por outro lado, novos motivos para aguçar seu apetite voraz por trabalho alheio” (1984, p.29). Porque é com a utilização da maquinaria que o capital consegue extrair com mais intensidade o aumento das forças produtivas mediante o trabalho. Neste processo, aguça ainda mais o interesse contínuo dos capitalistas por mais riquezas. Para Marx: “A grandeza do ganho estimula a voracidade por mais ganho” (1984, p.31).

No entanto, para o trabalho a utilização da maquinaria a serviço do capital não tem nada de favorável, pois com o desenvolvimento da maquinaria, o capital variável é cada vez mais reduzido em comparação com o capital constante. Com isso a maquinaria provoca o desemprego de grandes parcelas da população e uma maior exploração da força de trabalho, pois a mais-valia só pode ser produzida pelo capital variável, o trabalho humano. Neste processo, o capital provoca maior exploração para os que estão inseridos na produção – o

número de trabalhadores diminui, no entanto o trabalho para os que ainda estão na produção é dobrado. Marx demonstra que:

Dada a duração da jornada de trabalho, a taxa de mais-valia é determinada pela proporção em que a jornada se divide em trabalho necessário e mais-trabalho. O número de trabalhadores simultaneamente ocupados depende, por sua vez, da proporção entre a parte variável do capital e a constante. Agora, é claro que a produção mecanizada, como quer que expanda, mediante o aumento da força produtiva do trabalho, o mais-trabalho à custa do trabalho necessário, só alcança esse resultado ao diminuir o número de operários ocupados por dado capital. Ela transforma parte do capital, que antes era variável, isto é, que se convertia em força de trabalho viva, em máquina, portanto em capital constante, que não produz mais-valia (1984, p.31).

Assim, a taxa de mais-valia é determinada pela proporção de como é dividida a jornada de trabalho – em trabalho necessário, que é o valor para os meios de subsistência dos trabalhadores, e o mais-trabalho, que é o lucro do capitalista, o trabalho excedente –, e com o desenvolvimento do sistema do capital, o capital constante é mais investido do que o capital variável; assim, grandes massas de trabalhadores são repelidas pela produção. Isso significa que menos trabalhadores serão ocupados no processo de produção, no entanto, como só é possível extrair mais-valia do trabalho humano e de um tipo de trabalho³⁷, o capitalista aumenta a produtividade mediante a intensificação do trabalho com menos trabalhadores inseridos. É daí que o capitalista extrai a mais-valia relativa.

Portanto, com a utilização da maquinaria ocorre o aumento do mais-trabalho, mediante a força produtiva do trabalho à custa do trabalho necessário. Com isso, o salário é reduzido em proporções cada vez maiores. É assim que o capital consegue extrair o sobretrabalho de um número cada vez mais reduzido de trabalhadores na produção, aumentando desta forma o desemprego em massa. No processo de produção, o fenômeno do desemprego tem limites estruturais, tendo em vista que só é possível extrair a mais-valia mediante a força de trabalho ativa. Pois o capital existe mediante o controle do trabalho. Sobre a redução da potência ativa da força de trabalho no processo produtivo, Marx esclarece que:

³⁷ Só é possível a extração da mais-valia do trabalho produtivo, aquele que transforma a natureza. Ele é capaz de valorizar o capital. Nas palavras de Marx: “O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é sorte mas azar” (p.106).

Há, portanto, na aplicação da maquinaria à produção de mais-valia, uma contradição imanente, já que dos dois fatores da mais-valia que um capital de dada grandeza fornece ela só aumenta um, a taxa de mais-valia, porque reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se evidencia assim que, com a generalização da maquinaria em um ramo da indústria, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se torna o valor social que regula todas as mercadorias da mesma espécie, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, ao prolongamento mais violento da jornada de trabalho, para compensar a redução do número relativo de trabalhadores explorados por meio do aumento do mais-trabalho não só relativo, mas também absoluto (1984, p.31).

Assim, a serviço do grande capital, a maquinaria não só produz mercadoria mediante o trabalho humano, mas produz uma população supérflua. Neste processo são equivalentes funcionais o aumento da extração da mais-valia e a intensificação de um número cada vez mais reduzido de trabalhadores. Isso é evidenciado com a consolidação do capitalismo, através do aumento do mais-trabalho de forma relativa e absoluta. Como esclarece Marx:

Se, portanto, a aplicação capitalista da maquinaria produz, por um lado, novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho e revoluciona o próprio modo de trabalho, bem como o caráter do corpo social de trabalho, de tal maneira que quebra a oposição do capital contra essa tendência, ela produz, por outro lado, em parte mediante a incorporação do capital de camadas da classe trabalhadora antes inacessíveis, em parte mediante a liberação dos trabalhadores deslocados pela máquina, uma população operária excedente, compelida a aceitar a lei ditada pelo capital. Daí o notável fenômeno na história moderna de que a máquina joga por terra todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico de que o meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital (1984, p.32).

A luta pela diminuição da jornada de trabalho foi concebida pelo capital, pois foi favorável ao sistema mediante a utilização da maquinaria no processo de produção. Para tanto, Marx opina que:

Assim, que a revolta cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força a jornada de trabalho e a ditar, inicialmente às fábricas propriamente ditas, uma jornada normal de trabalho, o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas. Ao mesmo tempo ocorreu uma modificação no caráter da mais-valia relativa. Em geral o método de produção da mais-valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, mediante maior força produtiva do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo (1984, p.33).

Nesta fase histórica do capitalismo, o sistema do capital pode conceber a redução da jornada de trabalho; no entanto, com esta atitude ele converteu os ganhos aparentes dos trabalhadores para o próprio benefício do sistema, pelo fato de montar uma nova estratégia para a manutenção de sua expansão de forma expansiva. Uma das estratégias foi a utilização da maquinaria que forneceu as bases para a extração da mais-valia relativa³⁸. Esta iniciativa consciente do sistema do capital piorou as condições de existência dos trabalhadores, no sentido de sua redução no processo produtivo e dispêndio maior de força de trabalho, para assegurar uma maior produtividade, substituindo o prolongamento da jornada de trabalho.

Importa lembrar que o prolongamento da jornada de trabalho é anterior ao capitalismo. Como o sistema do capital precisa a todo custo controlar os trabalhadores para pôr em movimento sua dinâmica expansionista, o capital utiliza várias formas de ajustamento, todas elas contrárias aos interesses do trabalho; uma delas é o prolongamento da jornada de trabalho. Sobre esta forma de controle, Marx ensina que:

O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital – isso é a produção de mais-valia absoluta. Ela constitui a base do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção de mais-valia relativa. Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em suas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais (1984, p.106).

No prolongamento da jornada de trabalho, na qual é extraída a mais-valia absoluta, o trabalhador produz além do valor de sua força de trabalho. Esta é a condição que fornece as bases para a extração da mais-valia relativa, que é gerada a partir da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho. A mais-valia relativa é uma categoria específica da sociedade capitalista. Para Marx: “Ela supõe portanto um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital.” (1984, p.106).

³⁸ Sobre a categoria mais-valia iremos expor algumas referências, que a nosso ver são indispensáveis para analisar o processo de exploração do capital sobre o trabalho. No entanto, nos limites deste texto, não é de nosso interesse fazer um estudo aprofundado sobre a mais-valia, até porque esta categoria merece uma análise aprofundada.

Neste processo, a mais-valia absoluta, como fornece as bases para o sistema do capital se desenvolver e consolidar, surge em um período histórico anterior ao capitalismo propriamente dito, pois, de acordo com Marx, uma mais-valia absoluta se fundamenta na subordinação formal do trabalho ao capital; já a mais-valia relativa está presente na sociedade capitalista já consolidada, exercendo com isso a subordinação real do trabalho ao capital. Ela é consolidada com novas formas de exercer a produção, como a utilização da maquinaria. Não podemos perder de vista que até o momento em que existir o sistema do capital como uma forma sociometabólica de controle, sempre existirá a relação entre mais-valia absoluta e relativa; ambas caminham juntas, de acordo com os interesses do sistema do capital. Nas palavras de Marx:

Basta mera alusão a formas híbridas, em que a mais-valia não é extraída do produtor por coação direta nem sucedeu a subordinação formal deste ao capital. O capital ainda não se apoderou aqui diretamente do processo de trabalho. Ao lado dos produtores autônomos que exercem seus ofícios ou lavram a terra de modo tradicional, patriarcal, surge o usurário ou o comerciante, o capital usurário ou o capital comercial, que os suga parasitariamente. A predominância dessa forma de exploração numa sociedade exclui o modo de produção capitalista, para o qual, por outro lado, como nos fins da Idade Média, pode constituir a transição (1984, p.106).

Sobre tais argumentos Mézáros acrescenta:

Os exemplos de Marx para ilustrar as formas pré-capitalistas de ‘subsunção formal do trabalho ao capital são o *capital usurário* e o *capital mercantil*’. Em contraste, a especificidade histórica da forma de dominação capitalista plenamente desenvolvida é o que ele denomina de ‘*subsunção real do trabalho ao capital*, caracterizada pela produção em larga escala, envolvendo ciência e maquinaria e assegurando o predomínio da mais valia *relativa*, em contraste com a prevalência da mais-valia *absoluta*, sob as condições da subsunção formal do trabalho. Dominação da força de trabalho, de um modo ou de outro, é o que todas as formas de produção compartilham com a produção do capital, com exceção do sistema comunista primitivo fundado na propriedade *comunal*, que Marx considera “surgida naturalmente” (2002, p.708).

Marx³⁹ ainda expõe que:

Se a produção da mais-valia absoluta basta a subordinação meramente formal do trabalho ao capital, por exemplo, que artesões, que trabalhavam antes para si mesmos ou como oficiais de um mestre de corporação, tornam-se agora trabalhadores assalariados sob controle direto do capitalista, mostrou-se, por outro lado, como os métodos para a produção da mais-valia

³⁹ MARX, Karl. *O capital*. Vol. I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

relativa são, ao mesmo tempo, métodos para a produção da mais-valia absoluta. Mais ainda, o desmedido prolongamento da jornada de trabalho apresentava-se como produto mais característico da grande indústria. O modo de produção especificamente capitalista deixa de ser ao todo simples meio para a produção de mais-valia relativa, tão logo tenha-se apoderado de todo um ramo de produção e, mais ainda, de todos os ramos decisivos da produção. Ele torna-se agora a forma geral, socialmente dominante, do processo de produção (1984, p.106-107).

O aumento da exploração dos trabalhadores mediante a subordinação formal e real do capital sobre o trabalho é um agravante estrutural do sistema, que somente será superado com a ruptura dos antagonismos gerados pelo controle do capital. Assim, o controle do capital na forma do desemprego é um agravante que se fundamenta desde a estrutura de formação do sistema do capital.

Com a consolidação do capitalismo, surgiram novas técnicas para o avanço produtivo, que geraram novos motivos para o prolongamento da jornada de trabalho. É por isso que a mais-valia absoluta se desdobra com o incremento da mais-valia relativa. Esta tendência incontrolável por lucros libera um número cada vez maior dos trabalhadores do processo produtivo. Os que ainda continuam no processo de produção sofrem com mais intensidade a exploração da intensificação do trabalho.

Voltemos agora para a exposição acerca da redução da jornada de trabalho. Como já foi colocado, o sistema do capital utiliza as mais variadas estratégias para exercer seu domínio sobre o trabalho. Nas palavras de Marx:

Outra coisa, porém, ocorre assim que redução forçada da jornada de trabalho, com o prodigioso impulso que ela dá ao desenvolvimento da força produtiva e à economia das condições de produção, impõe maior dispêndio de trabalho, ao mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condenação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta. Essa compreensão de maior massa de trabalho em dado período de tempo conta, agora, pelo que ela é: como maior *quantum* de trabalho. Ao lado da medida de tempo de trabalho como “grandeza extensiva”, surge agora a medida de seu grau de condensação. A hora mais intensa da jornada de trabalho de 10 horas contém, agora, tanto ou mais trabalho, isto é, força de trabalho despendida, do que a hora mais porosa da jornada de trabalho de 12 horas (1984, p.33).

Com a diminuição da jornada de trabalho, a produção ampliada é compensada com um maior esforço do trabalho humano, no entanto com menos trabalhadores na produção. Mobilizando uma tensão maior no processo de trabalho, possibilitando uma série de antagonismos e reificações, na medida em que alguns trabalhadores são mais explorados

enquanto outros caem nas fileiras do desemprego. Essa tendência desumana impulsionada pelo capitalismo estimula a dependência do trabalhador em relação à máquina.

O que caracteriza o modo de produção capitalista é a acumulação de mais-valia, que também é um determinante para o controle do capital sobre o trabalho. Para Marx⁴⁰: “O capital produz essencialmente capital, e só o faz à medida que produz mais-valia” (1985, p.313). A mais-valia é simplesmente lucro para o capitalista; com ela a produção de capital no capitalismo é fundamental. Com a mais-valia, o sistema do capital é autonomizado pelo trabalho, mas está em oposição ao próprio trabalho. A mais-valia reduz ao máximo possível o tempo necessário para o trabalho e, com isso, leva à diminuição do salário. Esta categoria é extraída do trabalhador por um processo mistificador e alienante, no qual o trabalho é explorado, pois a extração da mais-valia é uma categoria que resulta no desenvolvimento das forças produtivas do capital. Como assevera Marx:

A produção para o valor e para a mais-valia inclui, como se mostrou ao longo do desenvolvimento da análise, a tendência sempre operante de reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, isto é, seu valor, abaixo da média social de fato vigente. O impulso no sentido de reduzir o preço de custo a seu mínimo torna-se a mais forte alavanca para a elevação da força produtiva do capital (1985, p.313).

Como assevera Marx⁴¹:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve de autovalorização do capital (1984, p.105).

Como vimos no Capítulo 1, se o capital variável é diminuído, logo o capital irá compensá-lo com o aumento de exploração dos que ainda estão na produção, e com isso aumenta a taxa da mais-valia e a oferta de trabalho torna-se independente da quantidade de trabalhadores. Essa é uma das bases que fundamentam o desemprego em massa. Como explicita Marx⁴²:

⁴⁰ MARX, Karl. *O capital*. Vol. III, tomo: 2. Ed. Abril Cultural: São Paulo, 1985.

⁴¹ MARX, Karl. *O capital*. Vol. I, tomo: 2. Ed. Abril Cultural: São Paulo, 1984.

⁴² MARX, Karl. *O capital*. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Uma diminuição do capital variável pode, portanto, ser compensada por um aumento proporcional no grau de exploração da força de trabalho, ou o decréscimo do número dos trabalhadores empregados por prolongamento proporcional do dia de trabalho. Dentro de certos limites, a oferta de trabalho explorável pelo capital torna-se, portanto, independente da oferta de trabalhadores. Ao contrário, um decréscimo na taxa de mais-valia deixa a massa da mais-valia inalterada, se aumenta, na mesma proporção, a grandeza do capital variável ou o número dos trabalhadores ocupados (1983, p.240).

Assim, a mais-valia só se origina da parte variável do capital, em que a massa da mais valia é a soma entre a taxa de mais-valia e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados. A diminuição da força de trabalho é compensada pela exploração dos que ainda estão no processo produtivo, portanto a exploração da força de trabalho e até mesmo o prolongamento da força de trabalho em alguns casos são consequências do desemprego de uma grande parcela de trabalhadores. Por isso o desemprego na forma de controle do capital é fundamental para a extração de um maior dispêndio de força de trabalho. Assim, a dominação do capital sobre o trabalho, mediante a maquinaria, se completa na grande indústria, aumentando a alienação dos trabalhadores. Nas palavras de Marx⁴³:

Enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável (1984, p.43).

A intensificação do controle do capital sobre o trabalho, através da maquinaria a serviço do sistema do capital, impulsiona uma desumanização intensa, já que o conteúdo de seu trabalho é modificado, ou seja, o trabalhador não se reconhece na produção, além do que, é a máquina que determina as condições de trabalho e não o trabalhador, mas este é usado no processo produtivo. Essa é uma condição que intensifica cada vez o desemprego. Para Marx:

Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da maquinaria está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A

⁴³ MARX, Karl. *O capital*. Vol. I. Tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho (1984, p.48).

Antes, a potência ativa da força de trabalho tinha como instrumentos ferramentas para o processo de trabalho, mas com o desenvolvimento das forças produtivas e dos meios para a produção, surge a máquina que executa todas as atividades que antes eram executadas pela atividade de muitos homens. Com a máquina ocorre o aumento do desemprego e a potência da força de trabalho é extinta para dá lugar ao trabalho produtivo via maquinaria; com isso a força de trabalho de muitos trabalhadores sai de circulação. Prosseguindo com Marx:

O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, inunda, por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrotando o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. Para os trabalhadores pauperizados, deve ser grande consolo acreditar, por um lado, que seu sofrimento seja apenas ‘temporário’ (*a temporary inconvenience*), por outro, que a maquinaria só se apodere paulatinamente de todo um setor da produção, ficando reduzida a dimensão e a intensidade de seu efeito destruidor. Um consolo bate o outro. Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seus efeitos são maciços e agudos (1984, p.48-49).

Nesses termos, onde a maquinaria é utilizada, os trabalhadores são condenados a um intenso comando do capital sobre o trabalho, na forma do desemprego. Este processo de extinção do anterior modo de produção mediante a necessidade da força de trabalho imediata acaba trazendo uma série de consequências devastadoras para a sobrevivência dos trabalhadores, pois a grande massa de força de trabalho acaba sendo relativamente substituída pela maquinaria. A dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas, impulsionada pela exploração dos trabalhadores, não é um processo temporário, mas sim permanente, pois o objetivo primordial do capital é a sua expansão e valorização em detrimento da sobrevivência do trabalhador mediante seu trabalho. Dentro dos limites desse novo contexto histórico, o capitalismo estimula novas condições para o trabalho. Como assevera Marx:

A configuração automatizada e alienada que o modo de produção capitalista imprime em geral às condições de trabalho e ao produto do trabalho em confronto com o trabalhador desenvolve-se pois com a maquinaria, numa antítese completa. Daí, pela primeira vez, com ela, a revolta brutal do trabalhador contra o meio de trabalho (1984, p.49).

Com as mudanças no setor da produção, o trabalho tornou-se mais desumanizado, a maquinaria também foi usada como forma de controle do capital sobre o trabalho, no sentido de conter os trabalhadores aflitos por suas condições de subsistência. Como demonstra Marx, a maquinaria não apenas impulsiona o trabalho assalariado supérfluo. Nas palavras do autor: “Aberta e tendencialmente, o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalhador. Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as periódicas revoltas operárias, greves etc., contra a autocracia do capital” (1984, p.51). Pois com a utilização das máquinas os capitalistas puderam escapar das exigências dos trabalhadores.

Assim, no período de transição muitos trabalhadores foram deslocados de suas oficinas para as grandes indústrias, mas quando não encontravam emprego, foram lançados fora do processo de produção. O deslocamento dos trabalhadores dos seus meios de produção só aumentou as forças de trabalho para a exploração; com isso os efeitos da maquinaria “[...] atingem o trabalhador como o mais temível dos flagelos” (1984, p.56).

No setor da indústria os trabalhadores também são deslocados a todo momento, pois também, com as mudanças periódicas do desenvolvimento das forças produtivas, massas de homens são desempregadas num abrir e fechar de olhos, dificultando seu retorno a outros tipos de atividades, já que, com a divisão do trabalho, os trabalhadores faziam um tipo de atividade, diferentemente do período artesanal – quando dominavam todo o processo da produção. Podemos então demonstrar, a partir de Marx, que:

Atrofiados pela divisão do trabalho, esses pobres diabos têm tão pouco valor fora de seu velho círculo de atividade que só conseguem acesso a alguns poucos ramos inferiores de trabalho, portanto, ramos constantemente saturados e sub-remunerados. Além disso, cada ramo industrial atrai anualmente novo afluxo de seres humanos, que lhe fornece seu contingente para a substituição e crescimentos regulares. Assim que a maquinaria libera parte dos trabalhadores até então ocupados em determinado ramo industrial, o pessoal de reserva também é redistribuído e absorvido em outros ramos de trabalho, enquanto as vítimas originais em grande parte decaem e perecem no período de transição (1984, p.56).

Com o progresso do sistema do capital, muitos trabalhadores foram liberados dos seus ofícios anteriores, restando-lhe o acesso a atividades de ramos inferiores. Esse é o processo desumanizador do sistema do capital. Com isso, cada vez mais trabalhadores são repelidos da produção em benefício exclusivo do lucro. A diminuição constante dos trabalhadores no processo de produção é um resultado da utilização da maquinaria a serviço do capital, que impulsiona ainda mais a exploração do trabalho, ampliando o controle do capital sobre o trabalho, pois o trabalho fica à mercê da autovalorização do capital. Assim, a maquinaria

torna-se um instrumento para liberar cada vez mais os trabalhadores dos setores da produção, e os que ainda estão inseridos na produção são mais explorados de forma extensiva e intensiva.

Com a compulsão do capital em sempre ampliar a apropriação do trabalho excedente para garantir sua autovalorização, o capital coloca para o destino da humanidade um grau de reificação ainda maior, na medida em que se expande em proporções cada vez maiores. Deste modo, sob o comando do capital, o trabalho não toma a decisão para a sua atividade, mas são as personificações do capital que controlam toda a produção, e os trabalhadores ficam submetidos aos imperativos do grande capital. Nesse contexto de antagonismos os trabalhadores não têm escolhas sobre seu destino, nos limites da sociedade capitalista.

Um dos processos de controle do capital é o fenômeno do desemprego, pois, como instrumento que nutre a base que mantém o sociometabolismo do capital, torna-se um dos mecanismos que impulsionam a instabilidade e a precarização cada vez mais frequentes de grandes massas humanas.

Hoje a condição que o trabalhador enfrenta é a dos trabalhos precários, sem garantias trabalhistas ou desempregos, uma realidade presente para grandes massas de trabalhadores. As necessidades do capital estão sempre em confronto com as necessidades reais do homem, pois seu único impulso é garantir a extração do trabalho excedente – para a obtenção dos lucros, que é necessidade do capital.

Na produção capitalista, o sistema do capital adquire uma forma plenamente desenvolvida. No entanto, não podemos perder de vista a essência da reprodução sociometabólica do capital, pois em outras formas de produção na relação-capital sempre existiu uma relação de compulsão em qualquer modo de produção, mas somente no capitalismo a extração da mais-valia é ampliada através da exploração direta dos trabalhadores no processo de produção.

O controle do capital sobre o trabalho é um agravante que desumaniza as relações humanas, sociais e produtivas. Esta é uma estratégia que aumenta em proporções maiores, enquanto durar o sistema do capital. O desemprego também é um agravante deste controle e desencadeia uma série de antagonismos na forma de pauperismo e miséria.

Assim, com esta nova fase do sistema do capital, são estimuladas novas formas de exploração do trabalho com eficácia, que superaram todas as formas de produção anteriores. Nas palavras de Marx⁴⁴:

⁴⁴ MARX, Karl. *O capital*. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

O capital evolui, além disso, para uma relação coercitiva que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que exigia o estreito círculo de suas próprias necessidades vitais. E como produtor de laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador da força de trabalho, o capital supera em energia, exorbitamento e eficácia todos os sistemas de produção anteriores baseados em trabalho forçado direto (1983, p.244).

Neste processo de modificações na estrutura da ordem sociometabólica do capital, do ponto de vista do processo de valorização do capital e não como necessidade humana, no capitalismo as condições de existência dos trabalhadores são radicalmente alteradas. A força de trabalho torna-se mercadoria e fica à mercê das necessidades da valorização do capital por força de trabalho ativo. Neste processo, os trabalhadores dependem da produção, e não o contrário. Com isso ocorre o aumento da exploração da força de trabalho, impulsionada pela consequência do desemprego para grandes contingentes de trabalhadores. O sistema do capital é baseado no tempo excedente do trabalho, portanto, é a base de dominação de uma classe sobre a outra, pois o capitalista depende do trabalho alheio. Nas palavras de Marx: “O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais-valia” (MARX, 1983, p.144). Assim, para Marx, o segredo da mais-valia está na compra e venda da força de trabalho como capital.

O passo mais importante para alcançar a maturidade do capital é a utilização da força de trabalho como mercadoria, e nesse processo histórico o capital controla toda a produção e a sociedade de forma direta, a partir do trabalho assalariado. O domínio do capital se sustenta sobre a apropriação da mais-valia. As contradições iminentes ao sistema se sustentam na exploração do trabalho. Desde o momento em que os trabalhadores foram separados por seus meios de produção, esta condição se tornou a alavanca para o processo de acumulação do capital e o aumento de forma direta do domínio do capital sobre o trabalho.

O incremento da mais-valia ocorre com uma mudança no processo de trabalho: de um lado, o lucro intensificado, e de outro, a exploração do trabalho. Mesmo a existência da mais-valia relativa não elimina a mais-valia absoluta. Hoje, a mais-valia absoluta adquire uma nova forma de extrair o lucro mediante o trabalho produtivo. Com o trabalho flexível ocorre um aumento significativo da intensificação do trabalho vinculado a um maior tempo para a produção.

Constatamos, até agora, como é exercido o controle do capital sobre o trabalho, mediante a força de trabalho como mercadoria, as estratégias do sistema do capital para a sua auto-expansão desenfreada e como o desemprego passa a ser um instrumento de controle do capital sobre o trabalho, por meio da permanência e da intensidade desse fenômeno.

É nesse processo que emerge um novo padrão de desemprego, que se apresenta como um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capital. O grau de profundidade do modo de produção capitalista e as condições atuais de exploração da força de trabalho daí decorrentes são intensificadas, colocando uma série de antagonismos para a própria sobrevivência da humanidade. O novo padrão do desemprego não está predominantemente restrito ao trabalho produtivo, como no tempo de Marx, mas atinge também o setor dos serviços. Abrange agora a totalidade da força de trabalho, não mais apenas os trabalhadores apáticos, como vimos no primeiro capítulo; atinge agora os setores qualificados, tanto em países desenvolvidos quanto na periferia do capitalismo. Essa é uma condição imposta pelos antagonismos do sistema do capital através da ativação dos limites absolutos do sistema do capital, cujo agravante expõe os limites de sobrevivência da humanidade. No próximo capítulo iremos nos dedicar aos indicativos da ativação dos limites absolutos do capital mediante, à crise estrutural do capital e como o desemprego adquire uma nova forma mediada pela manutenção do controle do capital sobre o trabalho.

3. AS CRISES DO SISTEMA DO CAPITAL E A ATIVAÇÃO DOS LIMITES ABSOLUTOS: a tendência permanente do desemprego como forma de controle da ordem sociometabólica do capital

Considerando a estrutura do processo de controle do sistema do capital, mediado pelo impulso ao lucro, o desemprego, desde sua origem, se estrutura como um dos fenômenos mais dinâmicos da reprodução sociometabólica do capital, gerando contradições para o próprio sistema do capital, ao passo que se torna, de um lado, a alavanca para a acumulação vinculada à taxa de lucro (ora crescente, ora em queda) e, de outro, este fenômeno se estrutura de forma explosiva para o sistema. O desemprego desde sua origem é, de acordo com Marx, persistente e permanente, sendo uma das estratégias para a autoexpansão do sistema do capital.

Na atualidade, desde a década de 1970, o desemprego passa a ter uma nova fase como forma de controle da ordem do capital, em face da crise estrutural do sistema capital, ativando neste processo os limites absolutos do capital.

Neste capítulo, para entendermos a nova fase do desemprego como forma de controle do capital, partimos inicialmente da história das crises do capital, as quais em dado momento (de expansão ou recessão do capital) se caracterizam por contradições que respondem diretamente ao trabalho a partir do desemprego, provocando variações na taxa de lucro do capital, tendo em vista que só o trabalho produtivo é capaz de produzir mais-valia (que é a finalidade do capital). Na perspectiva de analisar o desemprego contemporâneo como forma de controle do capital sobre o trabalho, partiremos de Mészáros para demonstrar que o desemprego é um dos limites absolutos do capital, ativado pela crise estrutural do sistema, impulsionando uma série de antagonismos insuperáveis nos limites desta sociabilidade.

3.1. As crises cíclicas do sistema do capital e o fenômeno do desemprego: a tendência progressiva da diminuição da taxa de lucro

Vimos anteriormente como o capital controla o trabalho e, nesta relação, como o trabalho é explorado pelo capital, levando assim o trabalho alienado a objetivar o processo de produção e reprodução do sistema do capital em sua forma capitalista. Esta forma de controle direta é impulsionada pela força de trabalho como mercadoria. Neste processo, o capital controla o trabalho, e com isso o sistema do capital se desenvolve e se consolida pela contínua necessidade por lucros, a partir da subordinação da vida dos homens. Como já foi exposto, o

capital, como um processo dinâmico, não é uma simples relação; ele controla a vida dos homens em cada momento histórico, dependendo de suas necessidades de reprodução. Como afirma Pimentel⁴⁵:

O capital como um processo histórico-social vem se transformando, apresentando-se sob diferentes formas, a partir dos próprios estádios de seu desenvolvimento. Portanto, é no interior desse processo que ele vai constituído sua natureza, sua forma de dominação e de controle sociometabólico que passará a exercer sobre a produção social, interferindo diretamente na vida dos indivíduos (2007, p. 55).

O processo dinâmico de reprodução do capital se estrutura dependendo das necessidades do sistema, adquirindo novas formas de controle para assegurar o seu dinamismo em proveito do lucro. Assim, o sistema do capital para controlar e expandir utiliza instrumentos de controle; um deles é o fenômeno do desemprego, que passa a ser um mecanismo para a alavanca da autoexpansão da ordem sociometabólica do capital, a fim de assegurar seu único objetivo: o lucro, e não para satisfazer as necessidades reais da humanidade. Para Marx, “A finalidade da produção capitalista porém é a valorização do capital, isto é, a apropriação de mais-trabalho, produção de mais-valia, de lucro” (1986, p. 190).

Para atingir seus objetivos de autoexpansão, o capital procura sempre ampliar a produção, articulada à circulação, ao consumo, à concentração e à centralização de riquezas. No entanto, a harmonia entre produção e consumo nem sempre é objetivada em todos os momentos de realização da produção, pois a própria expansão do desenvolvimento capitalista põe limites para a produção do capital em proporções maiores. Quando ocorre qualquer entrave ao processo de produção, resultam as crises que são chamadas de crises cíclicas ou periódicas. Com a crise cíclica a questão do desemprego pode ser respondida de forma relativa em benefício do próprio sistema de reprodução do capital, pois o desemprego em massa diminui em termos proporcionais a taxa de lucro.

Num período de crises cíclicas, as quais resultam da contradição entre produção e consumo (mas não põem em risco a expansão do capital como tal), o capital começa a dar sinais de estagnação com a queda da taxa de lucros, com a redução de níveis de produtividade, sem mencionar as implicações da crise para os trabalhadores na forma do desemprego, a superpopulação relativa – que se expressa na diminuição sempre crescente da incorporação da força de trabalho no mercado, redução do padrão de vida etc. Esse é o

⁴⁵ PIMENTEL, Edlene. *Uma “nova questão social”?* raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje. Maceió: Edufal, 2007.

contexto em que impera uma das contradições da acumulação do capital, pois, como vimos no primeiro capítulo, a busca sempre crescente para aumentar a produtividade do trabalho fornece as bases para as mudanças na composição orgânica do capital, na tendência sempre crescente da diminuição do capital variável, se comparado ao capital constante. Este processo é uma contradição, pelo fato de que a diminuição da parte variável gera uma pressão na diminuição da taxa de lucro.

No que se refere à queda da taxa de lucro e sua relação com a superpopulação relativa, Marx⁴⁶ já tinha exposto que a tendência real da produção capitalista, cuja base é a exploração do trabalho, se desenvolve de modo contraditório, tendo em vista que o decréscimo relativo do capital variável gera o crescimento do capital global “cuja conseqüência imediata é que a taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua” (1986, p.164).

Como vimos no primeiro capítulo, a lei do modo de produção capitalista tem por base o decréscimo relativo do capital variável, se comparado ao capital constante; deste modo, a tendência do capital em termos proporcionais em eliminar um número maior de capital variável, a partir do desenvolvimento do trabalho, impulsiona um agravante para a própria dinâmica do crescimento do capital, pois com o investimento cada vez maior no capital constante, ou seja, os meios de produção, ocorre também o capital excedente a promover o barateamento do produto, na medida em que contém uma soma menor de trabalho. Essa é uma das razões para a queda da taxa de lucro. É por isso que a expansão do desemprego tem limites, porque o capital para se reproduzir precisa da exploração do trabalho a partir da extração da mais-valia, aumentando o seu controle sobre o trabalho.

No entanto, para Marx, a queda da taxa de lucro não é absoluta, mas progressiva, ou seja, ela é tendencial. Nas palavras de Marx: “A tendência progressiva da taxa de lucro a cair é, portanto, apenas *uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista* para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho” (1986, p.164). Para o desenvolvimento progressivo da força produtiva do trabalho é indispensável ao capitalismo a queda da taxa de lucro. Podemos dizer que em momentos de crises cíclicas o sistema do capital pode se renovar ao responder à crise aumentando ainda mais as suas forças produtivas. Faz parte da essência do modo de produção capitalista a queda na taxa de lucro, pois as flutuações no mercado dinamizam o sistema do capital ao fazerem aumentar suas forças de autoexpansão a partir do trabalho produtivo.

⁴⁶ MARX, Karl. *O capital*. Vol. IV. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

De acordo com Marx: “A queda da taxa de lucro não nasce de uma diminuição absoluta, mas de uma diminuição relativa do componente variável do capital global, de sua diminuição comparada com o componente constante” (1986, p.167). Entendemos, neste processo, que o investimento relativamente menor do capital variável faz diminuir a taxa de lucro do capital, provocando as crises periódicas. Portanto, dizer que o movimento que fundamenta a crise cíclica do capital como um indicador para a renovação das forças produtivas do trabalho é também o movimento que conduz ao aumento da população relativa, os desempregados. Daí um dos motivos que conduzem o desemprego como forma de controle do capital sobre o trabalho. Como esclarece Marx: “A força produtiva crescente de trabalho gera, portanto, na base capitalista, necessariamente uma superpopulação trabalhadora permanente e aparente (1986, p.171).

No processo de expansão do capital o desemprego passa a ser imanente à lógica de expansão do capital, pois este fenômeno está intimamente relacionado com a queda das taxas de lucro do sistema; é por isso que o desemprego tem limites estruturais para a sua expansão, ou seja, o desemprego não pode desenvolver-se de forma absoluta, mas em termos proporcionais, dependendo da dinâmica do próprio sistema do capital.

A superpopulação relativa “é inseparável do e é acelerada pelo desenvolvimento da força produtiva de trabalho, que se expressa na diminuição da taxa de lucro. A superpopulação relativa se manifesta de forma tanto mais notável num país quanto mais o modo de produção capitalista esteja desenvolvido nele” (1986, p.180).

A tendência do capital, a partir do próprio desenvolvimento do trabalho, é investir em capital constante em detrimento do capital variável, no entanto esta tendência não pode ser considerada de modo absoluto, mas é um processo dinâmico que vai depender do movimento do mercado e dos interesses de aumento da taxa de lucro. Como vimos, a queda da taxa de lucro está intimamente relacionada com a superpopulação relativa, que em certa medida se expande com o desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, à medida que é barateado o capital constante pode acelerar as taxas de lucro. O próprio desenvolvimento das forças produtivas expressa a queda da taxa de lucro. É por isso que uma crise cíclica faz parte da lógica da sociedade capitalista. A tendência do sistema do capital a se expandir de forma global é uma das estratégias que conduz a uma maior produtividade do trabalho. Pois, como demonstra Marx:

Se se envia capital para o exterior, isso não ocorre porque ele não poderia ser empregado no próprio país. Ocorre porque ele pode ser empregado no exterior a uma taxa de lucro mais elevada. Esse capital é, porém, um capital absolutamente excedente para a população trabalhadora ocupada e para o

dado país em geral. Ele existe como tal ao lado da superpopulação relativa, e esse é um exemplo de como ambos existem um ao lado do outro e se condicionam reciprocamente (1986, p.193).

Entendemos, a partir de Marx, que a globalização não é algo gerado pelo sistema do capital na sua forma contemporânea, pois desde seus primórdios o sistema do capital usa esse mecanismo para sua reprodução enquanto tal. O capital enviado para o exterior é uma estratégia para o aumento das taxas de lucro, porquanto o capital excedente para a classe trabalhadora ocupada é empregado no exterior. Para Marx:

À medida que o comércio exterior barateia em parte os elementos do capital constante, em parte os meios de subsistência necessários em que o capital variável se converte, ele atua de forma a fazer crescer a taxa de lucro, ao elevar a taxa de mais-valia e ao reduzir o valor do capital constante. Ele atua em geral nesse sentido ao permitir a ampliação da taxa de produção. Assim ele acelera, por outro lado, a acumulação, por outro, também o decréscimo do capital variável em relação ao capital constante, e com isso a queda da taxa de lucro (1986, p.180).

A necessidade do sistema do capital de um mercado sempre mais amplo aumenta as contradições do sistema do capital devido ao aumento do desemprego que está intimamente relacionado com a diminuição da taxa de lucro. Esse é o movimento do modo de produção capitalista. Para Marx: “A taxa de lucro cai não porque o trabalhador seja menos explorado, mas porque, em relação ao capital empregado, utiliza-se em geral menos trabalho” (1986, p.186). Daí a necessidade sempre constante do trabalho incorporado à produção; daí o desemprego como instrumento de controle do capital tem limites para a sua expansão, pois a todo momento, dependendo do ciclo de reprodução do capital, necessita-se da incorporação do trabalho. É por isso que o desemprego faz parte da dinâmica de reprodução do capital. Isso demonstra que uma crise cíclica gera ou é gerada pelo desemprego.

Nesse processo a própria dinâmica da produtividade do trabalho fornece as bases para as barreiras do sistema, no sentido da diminuição da taxa de lucro. Outro indicador que acelera a taxa de lucro é a acumulação. Para Marx:

A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração do capital e sua centralização mediante a desapropriação dos pequenos capitalistas, mediante a expropriação do resto dos produtores diretos, entre os quais ainda haja algo a expropriar. Por meio disso, por outro lado, a acumulação é acelerada em massa, embora caia, com a taxa de lucro, a taxa de acumulação (1986, p.183).

A queda da taxa de lucro, que está ligada à acumulação, provoca a concorrência entre os capitalistas. Como o objetivo do sistema do capital é a valorização do capital global, se ocorre a queda da taxa de lucro, “retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de reprodução capitalista; ela promove superpopulação, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua” (1986, p.183). A queda da taxa de lucro do capital, como mecanismo imanente à lógica de reprodução do capital, impulsiona uma série de contradições que, no mesmo processo, fornecem as bases para a renovação do sistema do capital, tendo em vista a dinâmica de reprodução do capital ao tentar romper suas barreiras. As barreiras que o próprio sistema do capital cria em sua dinâmica expansionista, de acordo com Marx, “testemunha a limitação e o caráter tão-somente histórico e transitório do modo de produção capitalista; testemunha que ele não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que antes entra em conflito com seu desenvolvimento, em certo estágio” (1986, p.184). Percebemos que as barreiras que o sistema do capital cria em virtude de seu processo de expansão fornecem as bases para a superação do sistema do capital, mas para assegurar seu controle sobre a produção o sistema do capital tenta a todo custo romper suas barreiras. Esta dinâmica contraditória do sistema do capital impulsiona as crises no capitalismo, que de certo modo podem assegurar, mesmo por algum período de tempo, uma produtividade maior para a reprodução do capital.

Vejamos agora, a partir de Marx, como a dinâmica do sistema de reprodução do capital se estrutura antagonicamente no processo de produção:

Os agentes antagônicos atuam simultaneamente uns contra os outros. Simultaneamente com os estímulos para o aumento real da população trabalhadora, oriundos do aumento da parte do produto social global que atua como capital, atuam os agentes que criam uma superpopulação apenas relativa. Simultaneamente com a queda da taxa de lucro cresce a massa dos capitais e lado a lado com ela transcorre uma desvalorização do capital existente, que retém essa queda e dá à acumulação de valor-capital impulso acelerador. Simultaneamente com o desenvolvimento da força produtiva desenvolve-se a composição superior do capital, a diminuição relativa da parte variável em relação à constante. Essas distintas influências se fazem valer ora justapostas no espaço, ora sucessivamente no tempo; periodicamente o conflito entre os agentes antagônicos se desfoga em crises. As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado (1986, p.188).

A dinâmica do desenvolvimento do sistema do capital se expressa a partir das forças produtivas do trabalho, no entanto, o próprio movimento de reprodução do sistema do capital

impulsiona a desvalorização periódica do capital, que por sua vez conduz a paralisações súbitas, e com elas as crises cíclicas e sua relação com a superpopulação relativa. Este é um dos fundamentos que expressa o desemprego como uma das formas de controle da ordem sociometabólica do capital. Marx nos esclarece que:

Superpopulação de capital significa apenas superprodução de meios de produção – meios de trabalho e de subsistência – que podem funcionar como capital, ou seja, que podem ser empregados para a exploração do trabalho em dado grau de exploração, e a queda desse grau de exploração abaixo de dado ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises, destruição de capital. Não há nenhuma contradição em ser essa superprodução de capital acompanhada por uma superpopulação relativa mais ou menos grande. As mesmas circunstâncias que elevam a força produtiva do trabalho aumentam a massa dos produtos-mercadorias, ampliam os mercados, aceleram a acumulação de capital, tanto em massa quanto em valor, e reduzem a taxa de lucro, essas mesmas circunstâncias geraram uma superpopulação relativa e a geram continuamente, uma superpopulação de trabalhadores que não é empregada pelo capital excedente por causa do baixo grau de exploração do trabalho, único grau em que ela poderia ser empregada, ao menos por causa da baixa taxa de lucro que ela, com o grau dado de exploração, proporcionaria (1986, p.193).

A superprodução dos meios de produção, um agravante da crise do capital, é relacionada com o desemprego. Quando a superprodução de capital não é empregada para a exploração do trabalho, ocorrendo a queda do grau de exploração do trabalho, provoca crises, estagnação paralisações etc. É por isso que em tempos de recessão o desemprego aumenta em termos proporcionais ao desenvolvimento das forças produtivas, que neste caso é o excesso de capitais já produzidos, reduzindo as taxas de lucros. A força de trabalho é empregada pelo sistema do capital mediante a extração do aumento da exploração. Em tempos de crise o desemprego é intensificado devido à redução dos níveis de exploração por parte do trabalho. Daí a dinâmica do desemprego no processo de crise do sistema do capital. É por isso que Marx adverte ser

apenas uma necessidade do modo de produção capitalista que o número de assalariados aumente de maneira absoluta, apesar de sua diminuição relativa. Para ele, forças de trabalho já se tornam supérfluas assim que não for necessário ocupá-las diariamente por 12 a 15 horas. Um desenvolvimento das forças produtivas que diminuísse o número absoluto dos trabalhadores, isto é, que capacitasse toda a noção a efetuar sua produção global num período de tempo menor, provocaria [uma] revolução, porque colocaria fora de circulação a maior parte da população. Aqui aparece novamente a barreira específica da produção capitalista e vê-se que ela não é, de maneira alguma, uma forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas da geração de riqueza, mas que, pelo contrário, em certo ponto entra em colisão com esse desenvolvimento. Essa colisão aparece parcialmente em crises periódicas, que decorrem da transformação redundante ora desta, ora daquela parte da

população trabalhadora, em seu antigo modo de ocupação. Sua barreira é o tempo excedente dos trabalhadores. O tempo excedente que a sociedade ganha não interessa. O desenvolvimento da força produtiva só lhe é importante à medida que aumenta o tempo de mais-trabalho da classe trabalhadora e não à medida que diminui o tempo de trabalho para a produção material de modo geral; assim se move na antítese (1986, p.198).

O caráter expansivo do desemprego tem limites estruturais, tendo em vista que este fenômeno é funcional ao sistema do capital. Por isso as crises fazem parte da história do capitalismo, para que o sistema se renove na dinâmica sempre crescente de ora repelir uma massa de trabalhadores do processo reprodutivo, ora absorver uma parte desta demanda. Esse é o movimento da reprodução do sistema do capital no capitalismo. Como vimos, as crises cíclicas acompanham o sistema capitalista desde seus primórdios, ou seja, não existe capitalismo sem crise. Segundo Netto e Braz⁴⁷:

A análise teórica e histórica do modo de produção capitalista comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida do capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise (2006, p.157).

A história do capitalismo também é a história das crises, pois fazem parte do desenvolvimento do sistema do capital as crises econômicas. Assim, não se podem eliminar as crises no capitalismo; elas serão superáveis em um tipo de sociedade em que a regência do capital sobre o trabalho for suprimida. Elas se expressam a partir das contradições do modo de produção capitalista ao impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e, como consequência, o aumento relativo do desemprego. As crises, por sua vez, são o modo de existência do capitalismo, por isso a última coisa que o capital poderia desejar é a superação das crises cíclicas de modo permanente, pois elas não destroem a lógica do sistema do capital, mas reproduzem o próprio sistema através do aumento da realização do capital.

No entanto, mesmo que uma crise periódica não atinja a totalidade do sistema do capital, em todas as esferas da reprodução do sistema do capital, o mercado sofre algumas alterações significativas: as mercadorias não são vendidas na mesma proporção da sua produção, e com isso a produção é diminuída e até mesmo paralisada; os preços e os salários sofrem alterações, as empresas são fechadas, acarretando o desemprego e a miséria para

⁴⁷ BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. As crises e as contradições do capitalismo. In: *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

grande parte dos trabalhadores. Com isso, grandes contingentes de trabalhadores são dispensados do processo de produção, e a capacidade de consumir torna-se decrescente conforme Marx:

Mas como as coisas são, a reposição dos capitais investidos na produção depende, em grande parte, da capacidade de consumo das classes não produtivas; enquanto a capacidade de consumo dos trabalhadores está limitada em parte pelas leis de salário, em parte pela circunstância de só serem empregados enquanto puderem ser empregados com lucro para a classe capitalista. A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite (1985, p.24).

A superpopulação relativa pode fazer cair a taxa de lucro; portanto, o limite de consumo da sociedade não é a única causa das crises, pois elas fazem parte do modo de produção capitalista, já que a própria lógica do sistema do capital gera empecilhos para a dinâmica de acumulação, pois, com a diminuição dos salários os trabalhadores, que também são consumidores, o consumo é limitado, além do aumento do desemprego em larga escala, enquanto o capital se desenvolve. Desse modo, fazem parte da natureza do sistema do capital suas crises, pois, como assevera Mézáros⁴⁸,

crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas freqüentemente sonhem com (ou ainda reivindicuem a realização de) exatamente isso (2002, p.795).

Com a crise cíclica, o capital pode superar as suas barreiras imediatas e aumentar ainda mais o seu domínio em relação ao trabalho. Marx⁴⁹ descreveu a consequência de uma crise periódica: “O capital já desembolsado está então de fato desocupado em massa, porque o processo de reprodução está paralisado. Fábricas ficam paradas, matérias-primas se amontoam, produtos acabados abarrotam, como mercadorias, o mercado” (1985, p.24). Com esse tipo de crise, o capital fica ocioso pelos entraves na produção, no entanto, é uma paralisação temporária, pois o capital se renova a cada período de crise com uma diminuição relativa da superpopulação. A partir da crise, em dado momento podem ocorrer variações de

⁴⁸ MÉZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Paulo César Castanheira e Sergio Lessa, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

⁴⁹ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Vol. III. Tomo: 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

aumento do emprego⁵⁰, à medida que o trabalho empregado na produção gere lucro para o capital. Portanto, num contexto de crises cíclicas, a questão do desemprego pode sofrer variações em dado momento, pois este fenômeno, como demonstra Marx, mesmo permanente e persistente, não atinge a totalidade da força de trabalho de forma global, como acontece no período da crise estrutural, pois a questão da superpopulação relativa, o desemprego, adquire outro desdobramento: ele continua sendo uma estratégia do capital para a produção, no entanto seu agravamento pode acarretar uma série de contradições; uma delas é o agravamento da pobreza e da criminalidade etc. que causa transtornos econômicos, sociais e políticos.

3.2. A crise estrutural do capital: a nova fase do desemprego na atualidade

Nas últimas décadas, a crise do capital resultou numa série de contradições com impactos no trabalho, na forma do desemprego em massa. Na atualidade, a diminuição da taxa de lucro tem sido uma constante em quase todos os setores da produção, tendo em vista que estamos diante de uma crise estrutural que atua de forma global no sistema do capital. Esta realidade implica mudanças no setor da produção, na forma do desemprego em massa, trazendo a sua permanência de forma global. Daí a intensificação do desemprego como controle do capital sobre o trabalho. Nesse contexto, o desemprego torna-se explosivo para o próprio sistema do capital, pois a gravidade da crise estrutural fornece as bases para uma nova fase do desemprego.

Diferentemente de uma crise cíclica, a crise estrutural desde a década de 1970 afeta todas as esferas do modo de produção do capital. Assim, importa esclarecer que a crise estrutural do capital que experimentamos hoje é, segundo Mészáros, a mais severa da história da humanidade. Como resposta à crise estrutural o sistema incorpora novas formas de acumulação através da produção destrutiva mediante a reestruturação produtiva⁵¹,

⁵⁰ Na dinâmica do impulso da produção capitalista, tendo em vista o aumento da produtividade, é comum vermos em alguns setores da produção índices de aumento de emprego – mesmo de modo relativo. Nestes termos, o exército de reserva é favorável para o sistema do capital na forma capitalista. Do contrário, o aumento incontrolável do desemprego de forma absoluta geraria a própria falência do sistema do capital. Este é um dos motivos por que o desemprego é uma das formas de controle do capital.

⁵¹ No que diz respeito à reestruturação produtiva como determinante do capital destrutivo, podemos identificar que para o desenvolvimento do capitalista “torna-se necessário adotar a forma mais radical de desperdício – isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riquezas acumuladas e de recursos elaborados – como meio dominante de ordenamento do capital superproduzido. A razão pela qual tal mudança é possível, nos parâmetros do sistema estabelecido, é porque consumo e destruição são equivalentes funcionais do ponto de vista perverso

impulsionando uma série de antagonismos jamais vistos anteriormente, pois são contradições ainda maiores e mais graves em relação à época de Marx, pois como o sistema do capital é um processo, quanto mais se expande mais aumentam suas contradições.

A partir da crise estrutural do capital as contradições imanentes à lógica do capital tornam-se mais agudas no que se referem ao aumento da taxa de exploração dos trabalhadores, com a desregulamentação cada vez mais crescente dos direitos trabalhistas, restrições de intervenção do Estado no setor das políticas públicas, estabelecendo novas relações de produção por meio de trabalhos precários. Porém tais medidas não foram capazes de resolver a crise do capital, que perdura até hoje. O sistema do capital não é capaz de extirpar as causas das crises, mas tenta remediar as suas consequências, pois não vai pôr em xeque a sua reprodução incontrolável.

Como demonstra Mészáros⁵², o “sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação (2002, p.100). Portanto, o objetivo do sistema é a acumulação dos lucros em escala crescente, mesmo que para isso uma grande massa de trabalhadores esteja nas fileiras do exército de reserva, como vimos nos capítulos anteriores. Neste processo é imanente a lógica do sistema do capital uma tendência sempre crescente de criar um mercado mundial. Qualquer limite que dificulte esta tendência coloca uma barreira para o objetivo do capital, que é a acumulação para o lucro.

O sistema do capital procura sempre romper essa barreira que ele mesmo cria, pois sua produção se fundamenta em contradições que são ora superadas, ora repostas pelo próprio sistema. O capital jamais se submeteu a controle duradouro ou a restrições de qualquer espécie. Nas palavras do autor: “Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de autoexpansão e o processo de acumulação. Tais ajustes constituíam em contornar os obstáculos e resistências encontrados, sempre em que ele fosse demoli-lo” (2002, p.100). Por conseguinte, o sistema de reprodução do capital só era compatível com ajustes (limitados) na medida em que efetivava a sua dinâmica de expansão e lucro para contornar os obstáculos que ele mesmo criou, pois com a consolidação do controle do capital sobre a produção e sobre os homens, as contradições

do processo de ‘realização’ capitalista. [...] Isto é, o consumo humano de valores-de-uso correspondente às necessidades – ou o ‘consumo’ através da destruição, é decidido com base na maior suscetibilidade de um ou de outro para satisfazer o conjunto dos requisitos da auto-reprodução do capital sob circunstâncias variáveis” (p.60). MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo, Ensaio. Série pequeno formato 5, 1989.

⁵² MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Paulo César castanheira e Sergio Lessa, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

iminentes ao sistema são impulsionadas de modo cada vez mais ameaçador para a própria sobrevivência da humanidade.

No processo dinâmico de expansão do capital entendemos que uma crise cíclica é estruturalmente diferente de uma crise estrutural, pois aquela aparece com a superprodução que atinge uma ou algumas das estruturas internas do capital, que é a produção, consumo e circulação em que é realizada a expansão do sistema do capital articulada com o desemprego relativo de grandes massas de trabalhadores. Essas dimensões são fundamentais para o capital. Já uma crise estrutural atinge as três dimensões em seu conjunto. É por isso que Mézáros⁵³ aduz que:

É importante fazer esta distinção porque, dadas as interconexões objetivas e as determinações recíprocas em circunstâncias específicas, até mesmo um bloqueio temporário de *um* dos canais internos pode emperrar todo o sistema com relativa facilidade, criando desse modo a *aparência* de uma crise estrutural, quando surgem algumas estratégias voluntaristas resultantes da percepção equivocada de um bloqueio temporário como crise estrutural (2002, p.799).

Deste modo, por mais que seja severa uma crise cíclica, ela não põe em questão o sistema do capital. Com a crise estrutural são ativados os limites absolutos do capital, pois o capital já não pode mais responder a seus imperativos expansionistas, porquanto a fase de ascendência histórica do capital se esgota; com isso o capital se fundamenta na produção destrutiva. Este processo ativou os limites absolutos do capital, que é quando não há possibilidade de ajustes definitivos. O sistema do capital “transforma suas potencialidades positivas em realidade destrutivas” (2002, p.614). É por isso que os recursos utilizados nas crises cíclicas não dão conta de uma crise estrutural do capital, como afirma Mézáros. No caso do desemprego, em meio a uma crise cíclica, este fenômeno poderia ser considerado temporário, pois no período do auge da produção muitos trabalhadores poderiam ter seus empregos de volta; no entanto, com a crise estrutural, esta realidade não pode ser vista como temporária. As contradições geradas pelo sistema do capital se agravam com a crise estrutural, pois afinal o sistema do capital tem seus limites últimos ativados.

A crise estrutural perdura desde a década de 1970, e nela os antagonismos do sistema do capital estão se agravando em todos os campos da produção e de modo global. Esta é uma tendência que faz parte da contradição do capitalismo, trazendo graves consequências para a vida humana. Através da crise estrutural, o sistema impõe para a humanidade uma série de

⁵³ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. César Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo: Editorial, 2002.

contradições, tais como: o aumento da desigualdade social, o desemprego crônico e o acirramento da questão social.

Em tempos de crise estrutural, as condições para prosseguir com sua dinâmica de expansão e acumulação são cada vez mais danosas para o conjunto da humanidade e para a viabilidade do próprio sistema, ativando, desta forma, sua incontornabilidade como sistema reprodutivo.

Com a ativação dos limites absolutos do sistema do capital, um fenômeno nunca antes visto na história da humanidade aumentou ainda mais as perturbações da autoexpansão do capital. Essas perturbações não são superadas, mas acumuladas, pois o capital jamais irá resolver as suas contradições.

Vimos que para continuar atingindo seus objetivos, quais sejam expandir e acumular, o capital exerce o seu domínio através da exploração da força de trabalho, tratando o homem como mercadoria. Essa condição de tornar-se mercadoria coloca para os trabalhadores, seja no setor da produção ou no setor de serviços, uma insegurança no trabalho, pois a qualquer momento, dependendo das necessidades do capital, os que estão empregados podem se apresentar como fazendo parte do *exército de reserva*. Melhor dizendo, são expulsos do processo de produção, passando à condição de desempregados e caindo nas malhas da pauperização.

Com a incessante necessidade de expansão, o próprio capital gerou limitações históricas, impondo sua lógica desumanizadora e cruel sobre a vida humana. Assim, no século XX o capital tentou “superar as limitações sistêmicas do capital”. Com as limitações impostas pela crise que desencadeou duas guerras mundiais, o capital é forçado a controlá-las, gerando uma instabilidade em relação à empregabilidade.

Neste contexto, os que são prejudicados pela incontornável busca do capital pelo lucro são os trabalhadores, tendo em vista que a crise do capital alcançou a totalidade do sistema, sendo, por isso, considerada por Mézáros como estrutural.

A crise estrutural atinge a totalidade do sistema do capital tanto no âmbito universal (afetando todas as áreas da produção) como global (não atinge apenas alguns países ou conjunto de países). Deste modo, como a crise estrutural afeta todos os aspectos da produção do capital e não se restringe a alguns países, o capital é incapaz de resolver suas contradições.

Para Mézáros, a novidade

da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua

gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na "administração da crise" e no "deslocamento" mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (2002, p.796).

Quatro aspectos principais fundamentam a novidade da crise estrutural. Portanto, uma crise estrutural está baseada dentro de uma lógica que põe em xeque os aspectos principais da estrutura da acumulação capitalista. Pois esta crise não está mais restrita a uma esfera particular da produção, mas afeta a totalidade do sistema do capital em sua forma global, já que atinge tanto os países periféricos quanto os países de primeiro mundo, e ela é permanente, sem solução imediata. Assim, a crise estrutural afeta todo sistema do capital e não apenas alguns aspectos do sistema do capital. Ela atinge o conjunto da humanidade, afeta a totalidade de todas as relações sociais e humanas. Para Mészáros:

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (2002, p.797).

Uma crise cíclica pode superar os limites relativos do capital, pode minimizar os efeitos das contradições imanentes à lógica do capital; elas são passíveis de solução, mas a crise estrutural do capital é irreversível e qualquer alternativa para a sua solução agrava ainda mais sua dimensão.

O desemprego como controle em face da crise estrutural acirra ainda mais os problemas sociais e econômicos, aumentando as contradições que a humanidade enfrenta hoje. Neste processo as perturbações sociais são frequentes, tendo em vista a severidade da crise estrutural, pois qualquer tentativa de responder às contradições do sistema do capital nos limites desta sociedade não supera os problemas da humanidade, nem na forma do desemprego, nem em qualquer outra contradição imanente à lógica do sistema. Como afirma Mészáros:

Sendo assim, o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – *no interior* do próprio sistema relativamente autônomo. Justamente por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvendo, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo (2002, p.797).

Como já mencionamos, diferentemente de uma crise cíclica, a crise estrutural do capital afeta o funcionamento do mecanismo de autoexpansão do sistema do capital, atingindo, assim, as três dimensões internas do sistema. Na percepção de Mészáros, “uma crise estrutural não está relacionada aos limites *imediatos*, mas aos limites *últimos* de uma estrutura global” (2002, p.797). Os limites imediatos estão associados a deslocamentos parciais que, mesmo severos, não são capazes de pôr em questão a ordem sociometabólica do capital, mas pelo contrário, como assevera Mészáros,

“[...] as contradições parciais e ‘disfunções’, ainda que severas em si mesmas, podem ser deslocadas e tornadas difusas – dentro dos *limites últimos* ou *estruturais* do sistema – e neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças ou tendências contrárias, que podem até mesmo ser transformadas em forças que ativamente sustentam o sistema em questão” (2002, p.797).

É o caso da crise de 1929-33. Mesmo sendo uma crise severa, ela pôde impulsionar um maior dinamismo ao sistema do capital. Nas palavras do autor: “O fato é que, por maior que fosse a crise, ela estava longe de ser uma crise estrutural, ao deixar um grande número de opções abertas para a sobrevivência continuada do capital, bem como para a sua recuperação e sua reconstrução mais forte do que nunca em uma base economicamente mais saudável e mais ampla” (2002, p.793). Pois uma crise cíclica apenas penetra em uma das dimensões fundamentais do funcionamento do capital.

Como já foi mencionado acima, são três as dimensões fundamentais para o funcionamento contínuo do capital, quais sejam: “produção, consumo e circulação/distribuição/realização” (2002, p.798). Essas dimensões se fortalecem por um longo tempo e promovem a motivação interna do sistema do capital. A interação entre essas dimensões supera a limitação imediata de cada uma delas. Como assevera Mészáros: “(por exemplo, a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa)” (2002, p.798).

Ainda de acordo com Mészáros:

Certamente, a crise não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas acima mencionadas. Não obstante, as disfunções de cada uma, consideradas, devem ser distinguidas da crise fundamental do todo, que consiste no *bloqueio sistemático* das partes constituintes vitais (2002, p.799).

As três dimensões fundamentais do capital, em curso do desenvolvimento real, se fortalecem por um longo tempo, motivando, assim, a dinâmica do desenvolvimento do capital, superando as limitações imediatas, colocando uma aparência de superação das barreiras.

De acordo com Mészáros: “Assim, os limites parecem verdadeiramente ser meras barreiras a serem transcendidas, e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital” (2002, p.798). Enquanto estas dimensões internas estiverem funcionando, não pode haver uma crise estrutural. Nas palavras do autor:

Pode haver todos os tipos de crises, de duração, frequência e severidade variadas, que afetam diretamente umas das três dimensões e *indiretamente*, até que o obstáculo removido, o sistema como um todo, sem, porém, colocar em questão os *limites últimos* da estrutura global. (Por exemplo, a crise de 1929-33 foi essencialmente uma “crise de realização”, devido ao nível absurdamente baixo de produção e consumo se comparado ao período pós-guerra) (2002, p.798).

O capital necessita da produção, circulação e consumo para continuar se expandindo e acumulando, pois se houver qualquer impedimento entre esses componentes, ele entra em crise. No entanto, é necessário lembrar que sempre houve uma problemática relação entre produção e consumo. Sem esses componentes, não há circulação, e para que os objetivos do capital sejam alcançados ele tenta a todo custo manter a sua reprodução à custa da base, que mantém de pé o sistema do capital ao exercer o seu controle sobre o trabalho.

Para continuar produzindo, o capital necessita da harmonia entre a produção e o consumo. Por conseguinte, o sistema do capital se fundamenta na produção destrutiva, pois se o consumo permanecer estável, o capital não acumula; por isso é necessária a taxa de uso decrescente do capital⁵⁴, já que este altera a relação entre produção e consumo, na qual o valor de uso é subordinado ao valor de troca é ainda mais intensificado no consumo cada vez mais rápido.

⁵⁴ Segundo Mészáros, a taxa de uso decrescente do capital é quando os indivíduos consomem o mais depressa possível, pois não que interessa ao capital que a mercadoria seja consumida de forma parcial, pois do contrário a produção ficaria estável. O uso decrescente do capital será analisado no próximo item e para maiores esclarecimentos, ver MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio. Série pequeno formato 5, 1989.

No entanto, a crise estrutural do sistema não está restrita apenas à dimensão socioeconômica. Como esclarece Mészáros:

Dadas as determinações inevitáveis do “círculo mágico” do capital referidas anteriormente, a profunda crise da ‘sociedade civil’ reverbera ruidosamente em todo o espectro das instituições públicas. Nas condições socioeconômicas crescentemente instáveis, são necessárias novas ‘garantias políticas’, muito mais poderosas, garantias que não podem ser oferecidas pelo estado capitalista tal como se apresenta hoje. Assim, o desaparecimento ignominioso do Estado do bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que *a crise estrutural de todas as instituições políticas* já vem fermentando sob a crosta da ‘política de consenso’ há bem mais de duas décadas. O que precisa ser acentuado aqui é que as contradições subjacentes de modo algum se dissipam na crise das instituições *políticas*; ao contrário, afetam toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral (2002, p.800).

A crise afeta todas as relações humanas e todas as esferas de atividade, até mesmo o cotidiano dos indivíduos é afetado pela crise. Na condição de desempregados, as condições de vidas dos indivíduos são ainda mais danosas sob a crise vigente. A crise estrutural está relacionada aos limites últimos do sistema do capital, ameaçando a própria existência da humanidade. Neste processo de contradições o conjunto das relações humanas foi também afetado pela crise estrutural.

Um dos efeitos da crise é a precarização dos serviços sociais. Como demonstra Mészáros,

os serviços sociais mais elementares são submetidos a duros cortes: uma medida verdadeira do ‘trabalho civilizador’ do capital hoje. Contudo, até mesmo tais somas e cortes estão muito longe de ser suficientes para permitir ao capital seguir imperturbável o seu caminho: uma das provas mais evidentes da crise de dominação (2002, p.801).

Mesmo com alternativas de responder à crise do capital, este nunca terá uma solução imediata, pois a crise atinge a totalidade do sistema de modo global. Como assevera Mészáros:

O sistema existente de dominação está em crise porque sua *raison d’être* e sua justificação históricas desapareceram, e já não podem mais ser reinventadas, por maior que seja a manipulação ou pura repressão. Deste modo, ao manter milhões de excluídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de *cinquenta vezes*, põe em perspectiva o absurdo desse sistema de dominação (2002, p.801).

Deste modo, o lado positivo do capital é posto à prova com a recessão econômica, pois o sistema do capital se fundamenta na produção destrutiva, pondo em risco até mesmo a

sobrevivência da humanidade. Esta é a lógica da contradição do modo de reprodução capitalista e sua tendência é aumentar as suas contradições.

No entanto, o capital não irá desistir de sua contínua busca por lucros com isso. Para poder responder à crise estrutural, os cortes em gastos sociais são ainda maiores, no entanto essas medidas não resolveram os problemas mais imediatos do sistema do capital. Para tentar explicar as consequências de uma crise são utilizados mecanismos mistificadores associando os problemas sociais à falta de administração ou à utilização da tecnologia em si mesma. Com os agravantes mencionados acima já não é mais possível esconder os efeitos da crise de dominação. Pois, como afirma Mészáros:

Naturalmente, quando já não é mais possível ocultar as manifestações da crise, a mesma mistificação ideológica que ontem anunciava a solução final de todos os problemas sociais hoje atribui o seu reaparecimento a fatores puramente *tecnológicos*, despejando suas enfadonhas apologias sobre a “segunda revolução industrial”, “o colapso do trabalho”, a “revolução da informação” e os “descontentamentos culturais da sociedade pós-industrial” (2002, p.796).

Com a utilização do fetichismo ideológico, os apologistas do sistema investem em pesquisas para tentar responder às contradições impulsionadas pela própria lógica do capital. Uma delas é o avanço da tecnologia, que acaba mobilizando modificações estruturais no trabalho, camuflando os reais motivos que fundamentam o aumento dos antagonismos, tais como o desemprego crônico, a devastação do meio ambiente, o aumento do pauperismo etc., enquanto os problemas sociais se aglomeram, com o aumento da pobreza. Essas contradições estão presentes e o pleno aumento das forças produtivas impulsiona cada vez mais a intensificação da miséria, evidenciando um grande contraste: de um lado, riqueza; fome e pobreza maciça, do outro lado.

Neste processo, o que era civilizador no sistema do capital encontra um obstáculo no que se refere às necessidades da humanidade. Tal realidade é cada vez mais evidente com a produção destrutiva do capital. Nas palavras de Mészáros:

Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados. O lado humano paralisante deste desenvolvimento é visível não só na obscenidade do “subdesenvolvimento” forçado, mas em todos os lugares, inclusive na maioria dos países de capitalismo avançado (2002, p.801).

O sistema do capital exerce seu domínio mediante as contradições impostas pelos próprios imperativos do sistema, pois enquanto há o desenvolvimento das forças produtivas e

o aumento da produtividade, milhões de pessoas morrem de fome. Mas este é um indicador imanente à lógica sociometabólica do capital, pelo fato de que a produção está para o acúmulo do lucro em detrimento das reais necessidades humanas – pelo desenvolvimento dos indivíduos enquanto gênero humano. Essa é uma tendência em todos os lugares em que há a regência do capital sobre o trabalho. Com isso, ocorre a intensificação da subordinação das necessidades humanas às necessidades de acumulação do capital.

Marx já havia demonstrado em *O Capital* que as necessidades de produção se sobrepõem às necessidades humanas, pois do contrário não seria o sistema do capital:

como poderia, se assim não fosse, faltar demanda das mesmas mercadorias das quais a massa do povo carece e como seria possível ter de procurar essa demanda no exterior, em mercados distantes, para poder pagar trabalhadores em casa a média dos meios de subsistência necessários? Porque apenas nesse contexto específico, capitalista, o produto excedente ganha uma forma em que seu possuidor só pode colocá-lo à disposição do consumo assim que se retransforma em capital para ele. Finalmente, quando se diz que os capitalistas só teriam de intercambiar entre si e comer suas mercadorias, todo caráter da produção capitalista é esquecido e se esquece de que se trata da valorização do capital, não do seu consumo. Em suma, todas as objeções contra as manifestações palpáveis da superprodução (manifestações que não se preocupam com essas objeções) se resumem na idéia de que as barreiras à produção *capitalista* não são barreiras à *produção em geral*, e portanto também não são barreiras a esse modo específico de produção, o modo capitalista. A contradição desse modo de produção consiste, porém, exatamente em sua tendência ao desenvolvimento absoluto das *forças* produtivas, que entra constantemente em conflito com as *condições* específicas da produção, em que o capital se move e em que unicamente se pode mover (1986, p.194).

No capitalismo, o produto excedente só ganha forma se ele for consumido por meio da troca com base no lucro. Desse modo o caráter específico do capitalismo é o consumo de um produto por meio do lucro. É por isso que vemos hoje um grande contingente de famintos de um lado e um grande excedente de produtos do outro. Marx já havia demonstrado o caráter específico do capitalismo ao dizer que as necessidades humanas são submetidas às necessidades do grande capital. Ele ainda constata que: “Não se produzem em demasia meios de subsistência em relação à população existente. Pelo contrário. Produzem-se muito poucos para bastar à massa da população de forma decente e humana” (1986, p.194). Essa é uma realidade que persiste a cada momento que o sistema do capital se reproduz mediante o controle do trabalho. Podemos mencionar a relação deste excedente da produção dos meios de produção com o desemprego. De acordo com Marx:

Não se produzem meios de produção demais para ocupar a parte da população capaz de trabalhar. Pelo contrário. Primeiro produz-se uma parte demasiado grande da população, que efetivamente não é capaz de trabalhar, que por suas circunstâncias depende da exploração do trabalho de outros ou de trabalhos que só dentro de um modo de produção miserável podem valer como tais. Segundo, não são produzidos meios de produção suficientes para que toda a população capaz de trabalhar trabalhe sob circunstâncias mais produtivas, que, portanto, seu tempo absoluto de trabalho seja encurtado pela massa e eficiência do capital constante empregado durante o tempo de trabalho (1986, p.194).

Desse modo, os meios de produção não são para a população trabalhar sob circunstâncias produtivas, mas para os interesses da própria reprodução do capital. Com o aumento das forças produtivas ocorre o emprego do capital constante em detrimento do capital variável; assim, o excedente do capital pode também gerar o desemprego e com ele uma crise de produção. O trabalho somente é empregado na reprodução do sistema do capital se a força de trabalho for extraída de maneira que aumente os lucros, ou seja, o interesse do capital sobre o trabalho é para fazer funcionar meios que possibilitem a exploração do trabalho. É por isso que em meio à crise o desemprego é uma das alternativas do sistema do capital. Como assevera Marx,

periodicamente são produzidos meios de trabalho e meios de subsistência em demasia para fazê-los funcionar como meios de exploração dos trabalhadores à taxa de lucro. São produzidas mercadorias em demasia para poder realizar o valor nelas contidos e a mais-valia encerrada nelas, sob as condições de distribuição e de consumo dadas pela produção capitalista, e poder retransformá-la em novo capital, isto é, levar a cabo este processo sem explosões sempre recorrentes (1986, p.194).

Esse é o círculo vicioso da reprodução sociometabólica do capital. No período de uma crise estrutural o agravamento do desemprego é ainda maior, tendo em vista o acirramento das contradições do sistema do capital devido aos entraves cada vez maiores para sua reprodução. Os trabalhadores são ainda mais prejudicados via desemprego estrutural, condicionando a vida humana à mais brutal forma de desumanização. Esta dominação só é possível com a subsunção do trabalho ao capital, impulsionando cada vez mais uma série de contradições. Assim, a vida humana não é valorizada pelo capital. O homem cada vez mais é tratado como coisa, com a insegurança de a qualquer momento ser supérfluo para o capital. Nas palavras de Mézáros:

Considerando que o capital só pode funcionar por meio de contradições, ele tanto cria como destrói a família; produz a geração de jovem economicamente independente com sua 'cultura jovem' e a arruína; gera as condições de uma velhice potencialmente confrontável, com reservas sociais

adequadas, para sacrificá-las aos interesses de sua infernal maquinaria de guerra. Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital. Se não fosse pelo fato de que o capital necessita do trabalho vivo para sua auto-reprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade. Mas já que tal ‘solução final’ é negada ao capital, somos confrontados com as conseqüências desumanizadoras das suas contradições e com a crise crescente do sistema de dominação (2002, p.802).

Portanto, o capital rege a vida humana, submetendo-a de acordo com os interesses de produção e ampliando, desta forma, a intensificação das reificações. Os homens são necessários para o capital enquanto puderem produzir e gerar lucros para o sistema do capital, quando não são jogados fora como uma coisa qualquer. A partir dessas contradições percebemos que o desemprego como forma de controle da ordem sociometabólica do capital tem um limite estrutural, pelo fato de que o capital necessita do trabalho vivo para gerar sua principal forma de obter o lucro, através da mais-valia. Mas se puder extrair o máximo de dispêndio de força de trabalho de alguns poucos no processo de produção, o desemprego terá um lugar sempre presente enquanto durar a regência do capital sobre o trabalho.

Com a crise do capital, aumenta em proporções gigantescas a sujeição da humanidade aos imperativos destrutivos deste sistema de dominação, pois o capital mais do que nunca precisa manter o seu controle em potência. É por isso que Mészáros⁵⁵ assevera que: “A tendência objetiva inerente à natureza do capital – seu crescimento dentro de um sistema global conjugado com sua concentração e sua sempre crescente articulação com a ciência e a tecnologia – abala e torna anacrônica a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital” (2009, p.54).

Com o desenvolvimento cada vez mais frequente do capital pelo uso da tecnologia e a ciência sempre a serviço do capital, a subordinação do trabalho é uma constante. Com a utilização de grandes tecnologias na produção a serviço do sistema, há cada vez mais o aumento do desemprego, que acaba de alguma forma controlando os que ainda continuam na produção.

Com isso, a alavanca que assegurou a acumulação desde a industrialização, ou seja, o desemprego, se continuar com altas taxas será ainda mais ampliado, vigorando assim a degradação do trabalho, em que direitos assegurados pelos trabalhadores são a cada dia dissipados e superados em nome do lucro e da acumulação. O desemprego está se aprofundando a cada movimento da incontabilidade do sistema do capital. A situação é

⁵⁵ MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ainda mais drástica, com a ativação dos limites do capital, tendo em vista que o controle do capital sobre o trabalho é ainda maior, pois a última coisa que o capital quer é a perda de controle sobre o trabalho. Com isso o novo padrão do desemprego torna-se explícito, pois este fenômeno vem se agravando como um indicador da crise.

Assim, para tentar remediar sua crise estrutural o capital busca formas que incidem diretamente na vida econômica, social, psicológica e cultural dos homens. O desperdício é uma das estratégias do capital para acumular, e a forma como a tecnologia é usada pelo capital contribui para tal objetivo. Entretanto, as severas consequências que o capital imprime aos trabalhadores e às massas populacionais vêm gerando a intensificação da superpopulação, pois as massas dos desempregados aumentam em termos proporcionais, à medida que o capital se desenvolve⁵⁶. Portanto, a diminuição dos postos de trabalho no setor da produção está mais frequente devido ao uso da tecnologia a serviço do capital, que expulsa o maior número possível de trabalhadores de suas funções anteriores, reduzindo assim a quantidade de trabalhadores e ocasionando o desemprego estrutural ou o surgimento de trabalhos precários, sem estabilidade ou garantias trabalhistas. Essa é uma condição gerada pelo sistema do capital que se intensifica a cada momento. O sistema, portanto, não tem limites de exploração, e para conter as crises gera mais desemprego e instabilidade no trabalho.

Podemos entender que enquanto durar este sistema, o capital irá oprimir as condições de trabalho, pois é condição para continuar sua expansão e acumulação. A vida humana tende a se degradar a cada dia, e a contradição gerada pelo capital se intensifica com mais agilidade. Assim, a classe trabalhadora será sempre explorada, e de modo mais intensificado com a ânsia cada vez maior de lucros, em busca de remediar as crises geradas pelo próprio sistema do capital. As manifestações da crise estrutural do capital são devastadoras para a vida humana e

⁵⁶ Sobre o aumento do desemprego recorreremos aos dados fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgados pelo *site*: <http://noticias.r7.com/economia/noticias/crise-faz-desemprego-bater-recorde-no-mundo-20100126.html>. De acordo com a (OIT): “A crise financeira fez o desemprego mundial bater recorde no ano passado, com 212 milhões de pessoas sem trabalho. A taxa de desocupados atingiu 6,6%, segundo informações divulgadas nesta terça-feira (26) pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). Somente no Brasil, o total de desempregados somava até novembro do ano passado 2,6 milhões, segundo pesquisa da Fundação Seade nas seis regiões metropolitanas - Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal. Entre 2007 e 2009, a taxa de desemprego no mundo aumentou 0,9 ponto percentual. Frente a uma situação econômica ainda frágil, a OIT pediu aos países que tomem medidas que favoreçam a criação de postos de trabalho, segundo o diretor-geral da agência, Juan Somavia – Está claro que a prioridade política atual é evitar uma reativação econômica sem empregos. A mesma vontade política que salvou os bancos deve ser aplicada para salvar e criar empregos. Podemos obter isso graças a uma forte convergência das políticas públicas e do investimento privado. O grupo dos 30 países mais ricos do mundo, A OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) prevê altas contínuas do desemprego ao longo de todo este ano, chegando a alcançar máximas em alguns países-membros”.

não terão fim enquanto durar o sistema do capital, pois elas fazem parte da natureza do próprio sistema. Enquanto isso o desemprego como controle do capital é intensificado e dinamizado a favor dos imperativos do sistema. Portanto, entendemos que a contradição do sistema do capital na forma do desemprego crônico é uma tendência cada vez mais presente e incontrolável do sistema do capital, no que se refere à crise estrutural.

Com o fim da ascendência histórica do capital, ativada pela crise estrutural do sistema – que começou com a crise do petróleo –, o desemprego aumenta em termos proporcionais como forma de responder à crise; no entanto, esse procedimento agrava ainda mais os problemas do sistema do capital, ao passo que a partir da superpopulação relativa pode diminuir em termos proporcionais a taxa de lucro. Nas palavras do autor: “Assim, o novo padrão emergente do desemprego como tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual” (2009, p.89). O desemprego adquire proporções maiores, atingindo tanto os trabalhadores não qualificados como os qualificados a nível global. Portanto, em meio às contradições estruturais do modo de produção capitalista “quem sofre todas as conseqüências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas ‘desprivilegiadas’, mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade” (2009, p.69). Esta é a característica do novo padrão do desemprego na atualidade, característica esta ativada pela crise estrutural do sistema como forma de responder às barreiras da dinâmica do sistema do capital.

Hoje o fenômeno do desemprego adquire uma nova forma, uma vez que agora está presente tanto em países avançados quanto em países em desenvolvimento, alcançando ainda os trabalhadores qualificados e não qualificados, pois os índices de desemprego não estão associados à não qualificação do trabalhador, como afirmam alguns teóricos⁵⁷. Assim, enquanto durarem os imperativos do sistema e o aumento das forças produtivas, mesmo em tempos de crise, mais trabalhadores serão expelidos de forma desumana e brutal do processo

⁵⁷ Muitos autores afirmam que o aumento do desemprego está associado à não qualificação do trabalho, tendo em vista que muitos trabalhadores não aderiram à nova realidade regida pelo uso da tecnologia a serviço do capital ou por falta de um investimento por parte do Estado para qualificar a força de trabalho. Na realidade brasileira, Marcio Pochmann afirma que: “Os problemas do mercado de trabalho, quando existentes, se resumiriam à precarização das ocupações geradas, à reduzida qualificação profissional e à alta rotatividade da mão-de-obra. Por isso, a intensificação da qualificação profissional desenharia um papel importante tanto na diminuição do desemprego, graças à adequação da oferta de trabalho às novas exigências das empresas, como na elevação da qualificação dos postos de trabalho existentes”. POCHMANN, Marcio. O desemprego na globalização, a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. Ed. Boitempo, 2005, São Paulo.

de reprodução do capital. O desemprego em face da crise estrutural do sistema do capital torna-se um instrumento de controle contraditório para o próprio sistema, pois seu dinamismo atinge quase todos os ramos da produção, impulsionando, além da diminuição dos lucros, o inconformismo das massas de trabalhadores e podendo gerar transtornos para a dinâmica de reprodução sociometabólica do capital. No entanto, mesmo com o aumento do desemprego de modo permanente, não podemos perder de vista que este fenômeno tem limites de expansão, caso o sistema do capital ainda queira permanecer no comando das relações de produção e humanas.

Todos esses agravantes e o acirramento das contradições impostas pela própria reprodução do sistema só são possíveis mediante a manutenção do controle do capital sobre o trabalho. Assim, o sistema do capital domina o trabalho para assegurar o próprio sistema. Neste processo, o desemprego torna-se um fenômeno que nutre a ordem estabelecida, e assim torna-se um instrumento de controle do capital sobre o trabalho. Os interesses do capital são assegurados pelo funcionamento adequado do controle do sistema do capital sobre o trabalho, impulsionado a contínua exploração do trabalho, que é pressuposto para a expansão e domínio do capital, porque o capital tenta a todo custo manter o nível de seu controle e o desemprego, sendo impulsionado, cada vez mais, para fazer funcionar o controle do trabalho.

Com a ativação dos limites absolutos do capital, a questão do desemprego em nossos dias tornou-se um tema inadministrável para o sistema do capital, no sentido de não propor soluções concebíveis, pois o capital, ao responder às consequências negativas que ele mesmo cria, aumenta ainda mais as contradições. Ao tentar administrar a crise estrutural, grandes massas humanas são expelidas dos seus empregos, e em decorrência ocorre o aumento do pauperismo. Assim, o capitalismo não é a solução de que a humanidade precisa, mas pelo contrário, o aumento dos conflitos da humanidade. Segundo Mészáros⁵⁸:

Em todo país capitalista importante, nega-se oportunidade de trabalho para milhões de homens, obliterando sem cerimônia a lembrança não tão antiga das diferenças com a “cultura jovem”, ao mesmo tempo em que se espreme até a última gota de lucro das sobras de tal cultura. Ao mesmo tempo, alguns milhões de pessoas mais velhas são forçadas a se juntar às filas de doações aos necessitados, enquanto muitos milhões a mais estão sob a imensa pressão de uma “aposentadoria precoce”, da qual a seção mais dinâmica do capital contemporâneo – o capital financeiro – pode sugar durante algum tempo ainda um pouco mais de lucro. Assim, o grupo etário da “geração útil” está encolhendo para uma faixa entre 25 e 50 anos, opondo-se

⁵⁸ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

objetivamente às “gerações indesejáveis”, condenadas pelo capital à inatividade obrigada e à perda da sua humanidade (2002, p.801-802).

As pessoas trabalham para o capital até quando se tornam supérfluas. Deste modo, a crise estrutural impõe novas alternativas para a classe trabalhadora sobreviver, alternativas que degradam ainda mais a humanidade e que tendem a piorar. No entanto, o sistema do capital prossegue em sua busca incessante pela expansão e acumulação cada vez mais intensa. Assim, o sistema do capital se fundamenta nas contradições que ele mesmo cria, pondo inseguranças no trabalho. Qualquer alternativa para aliviar o problema, nos limites do capitalismo, não passa de paliativos imediatos que logo terão de ser substituídos. Nas palavras do nosso autor:

Tipicamente, as soluções propostas nem sequer arranham a superfície do problema, sublinhando, novamente, que estamos à frente de uma contradição interna insolúvel do próprio capital. O que está realmente em jogo é o papel do trabalho no universo do capital, uma vez que se tenha alcançado um nível muito alto da produtividade. Para resolver as contradições assim geradas, seria necessária uma importante reviravolta, que afetasse não apenas as próprias condições imediatas de trabalho, mas também todas as facetas da vida social, inclusive as mais íntimas. O capital, ao contrário, pode produzir somente as condições materiais necessárias para o desenvolvimento do indivíduo social autônomo, de modo a negá-las imediatamente. Também as nega materialmente quando ocorrem crises econômicas, bem como política e culturalmente, quando é do interesse de sua própria e contínua sobrevivência como estrutura final de dominação (2002, p.802).

Assim, o capital não consegue resolver o mais superficial dos problemas. O sistema do capital é regido por essas contradições que também impulsionam conflitos para a própria ordem estabelecida, uma delas na forma do desemprego. Mas para resolver as contradições o papel dos trabalhadores neste processo é indispensável. Em tempos de crise as condições de sobrevivência dos homens são ainda mais danosas, para assegurar a sua dominação. É por isso que o autor adverte que a crise que ora se apresenta é “*uma verdadeira crise de dominação*”. Trata-se de tendência que se complexifica com a ativação dos limites absolutos do sistema. Esta categoria será abordada no item seguinte.

3.3 Sobre a ativação dos limites absolutos do capital: a intensificação do controle do capital sobre o trabalho na forma do desemprego crônico

Na exposição de Mészáros acerca da ativação dos limites absolutos do capital, o autor faz uma análise de quatro aspectos que estão relacionados no que se refere à ativação dos limites absolutos, que são: (1) *o capital transnacional*; (2) *a eliminação das condições da*

reprodução sociometabólica; (3) *a liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva* e (4) *o desemprego crônico: o significado real de “explosão populacional”*. Essas categorias assinaladas pelo autor são os limites absolutos do sistema do capital, que já não podem mais ser sustentados positivamente pelo capital. Nas palavras do autor:

Nas condições do desenvolvimento histórico que hoje se desdobram, esses quatro conjuntos de forças interativas já não representam apenas uma *ausência* (que por si só já seria bastante ruim), mas um *impedimento atuante* para a acumulação tranquila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital. Portanto, ameaça da incontrolabilidade lança uma sombra muito longa sobre todos os aspectos objetivos e subjetivos do modo historicamente singular de que o capital dispõe para controlar a ininterrupta reprodução sociometabólica (2002, p.227).

Os elementos que caracterizam os limites absolutos do sistema do capital não podem ser analisados isoladamente, mas fazem parte de um mesmo processo de contradições e são articulados entre si. O problema desses limites estruturais é o impedimento de qualquer alternativa para uma acumulação tranquila e o funcionamento do sistema do capital como sistema de controle. Estas são barreiras estruturais mediadas por esses limites, ativando, neste processo, a ameaça da incontrolabilidade como forma de manter um maior controle do capital sobre o trabalho.

No entanto não analisaremos cada um dos aspectos dos limites do capital, mas nos deteremos sobre os efeitos da ativação dos limites absolutos do capital para a humanidade e para o próprio capital, e num de seus aspectos que trata sobre o desemprego crônico, que é o nosso objeto de estudo.

O fim da ascendência histórica do sistema do capital dá lugar, no horizonte histórico do sistema de reprodução sociometabólico do capital, à crise estrutural cujo agravante ativou os limites absolutos do capital, atingindo todas as esferas da produção, e de forma global. Nesse processo, as contradições do sistema tornam-se mais estreitas, vinculadas a pretensões da permanência da ordem sociometabólica do capital. No que se refere à ativação dos limites absolutos, Mézáros nos adverte que:

Isso ocorre, porém, a despeito do poder destrutivo, outrora não imaginável, que ora se encontra à disposição de suas personificações, poder este capaz de atingir a humanidade inteira. Essa que parece ser a sua tendência, com certeza, não será seletiva no sentido de destruir somente o seu antagonista histórico, mas inclusive o seu sistema de controle (2002, p.219).

Com a ativação dos limites absolutos do capital, o sistema, como forma de tentar responder a suas barreiras estruturais, se fundamenta na produção destrutiva, a partir do desperdício das mercadorias consumidas. Uma estratégia capaz de não apenas atingir a humanidade, mas o próprio funcionamento do sistema do capital. Com o deslocamento para uma produção destrutiva logo após o período do esgotamento da ascendência histórica, o caráter positivo da sociedade capitalista – no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas do capital – é posto à prova. Este caráter positivo do capital começa a dar sinais de esgotamento com a ativação dos limites absolutos do capital, pois como resposta à crise estrutural, o sistema do capital se fundamenta em atividades destrutivas, colocando sérios desdobramentos para a vida humana. No entanto, o aspecto positivo do sistema do capital não foi abandonado deliberadamente, por completo. Pois, como assevera Mészáros:

A intratável contradição entre a irrefreabilidade do capital e a hoje historicamente inevitável necessidade de restrições básicas esclarece um grande problema futuro. No passado, pelo dinamismo de sua irrefreabilidade, o capital assegurou imenso avanço produtivo e, dessa forma, dirigiu-se para a satisfação potencial das necessidades e aspirações humanas. O fato de que, durante o desenvolvimento histórico, seu irrestrito dinamismo inicial tenha-se voltado contra as condições elementares da sobrevivência humana, com a ativação dos limites absolutos do capital, não significa que a causa positiva do avanço produtivo constante – necessária precondição para realizar as legítimas aspirações humanas – possa ser deliberadamente abandonada (2002, p.221).

Hoje, com a ativação dos limites absolutos, uma das contradições viabilizadas pelo sistema do capital é o fato da busca sempre acentuada de sua irrefreabilidade, e ao mesmo tempo, a necessidade de restrições. A irrefreabilidade do capital sempre existiu; ela impulsionou o avanço produtivo que assegurou as aspirações humanas – um fator positivo do capitalismo –, mas os limites absolutos do capital acarretaram uma barreira estrutural que se defronta com a sobrevivência da humanidade. Mas isso, como assevera Mészáros, não significa que o caráter positivo do capitalismo tenha sido abandonado, pois é através desta sociedade que se fornecerão as bases para outro tipo de sociedade que não tem a regência do capital sobre o trabalho. Pois, com o agravante dos limites absolutos do sistema, a alternativa para a humanidade é outro tipo de sociedade. Nas palavras do autor:

Todo sistema de reprodução tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente. Quando esses limites são alcançados no desenvolvimento histórico, é forçoso transformar os parâmetros estruturais da ordem estabelecida – em outras palavras, as ‘premissas’ objetivas de sua prática – que normalmente circunscrevem a

margem global de ajuste das práticas reprodutivas viáveis sob as circunstâncias existentes (2002, p.216).

Todo modo de produção tem seus limites absolutos, para serem superados somente na transcendência destes da sociedade. A sociedade capitalista atingiu estes limites impulsionando a modificação na estrutura do capitalismo, a partir das circunstâncias expostas pelo próprio sistema de reprodução do capital. É por isso que neste processo as personificações do capital tentam a todo custo manter o controle do capital sobre o trabalho.

Como controle de reprodução sociometabólica, o capital não admite qualquer restrição para seus objetivos de acumulação, pois geradas somente a superação deste sistema é viável para pôr fim às consequências destrutivas pelos limites absolutos do sistema. Nas palavras de Mészáros⁵⁹: “O capital não tem absolutamente qualquer meio de se restringir, tampouco é possível encontrar no mundo uma contraforça capaz de restringi-lo sem superar radicalmente o sistema do capital como tal” (2007, p.65).

Portanto, o sistema do capital é estruturado em antagonismos, em que os problemas estruturais não podem ser superados nos limites do próprio sistema, pois o capital se legitima na contradição. Ele tenta a todo custo manter o controle sobre o trabalho, pois seu modo de funcionamento depende da permanente subordinação do trabalho ao capital. É por isso que para Mészáros⁶⁰:

Qualquer tentativa de modificar esta subordinação estrutural deve ser tratada como tabu absoluto – daí a evidente comprovação de “complexidade insuperável”. Quanto mais mudam as próprias circunstâncias históricas, apontando na direção de uma mudança necessária das contraditórias e cada vez mais devastadoras premissas estruturais irracionais do sistema do capital, mais categoricamente os imperativos de funcionamento devem ser reforçados e mais estreitas devem ser as margens dos ajustes aceitáveis. É por isso que, nas últimas décadas, a máxima de que *não há alternativa* aos ditames materiais prevalecentes se tornou o axioma indiscutível do sistema do capital pelo mundo afora (2002, p.217).

Deste modo, o sistema do capital, através de suas personificações, sustenta a ideia de que esta sociabilidade é insuperável e qualquer alternativa nesta direção é proibida. Quanto mais as contradições do sistema são explícitas, mais o capital reforça seus imperativos de controle sobre o trabalho, fazendo com que cada vez mais o trabalho se ajuste ao domínio do

⁵⁹ MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Trad. Ana Cotrim, São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

⁶⁰ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. César Castanheira e Sergio Lessa, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

capital. Portanto, a evidência de que há alternativa para o sistema de reprodução sociometabólico do capital é posta como algo fora de cogitação, daí o argumento da complexidade insuperável serve para justificar a permanência da regência do capital sobre o trabalho. Para Mészáros:

Assim o argumento tantas vezes apresentado da “insuperável complexidade” – de Max Weber e Hayek e seus atuais seguidores – só é usado para emprestar uma aparência de justificativa racional à permanência absoluta de uma ordem sociometabólica insustentável. Assim, o significado dado à “complexidade” por todos os que escondem atrás dessa idéia suas verdadeiras preocupações e interesses não resulta de que a instituição das indispensáveis mudanças qualitativas seja difícil e exija dedicados esforços combinados, mas porque entrar num empreendimento desse gênero não deveria sequer ser contemplado, e muito menos tentado, na prática (2002, p.216-217).

Portanto, o argumento que é tão propagado no mundo, da sociedade capitalista como insuperável complexidade, o fim da história, é uma aparência para justificar a permanência absoluta do sistema do capital. Esta complexidade insuperável surge das premissas estruturais que garantem a subordinação do trabalho ao capital. De acordo com Mészáros:

Ainda assim, a verdade é que as proclamadas “complexidades insuperáveis” que hoje se tem de enfrentar não surgem a partir de exigências apriorísticas de alguma “ordem econômica ampliada”, mas das premissas estruturais problemáticas do próprio sistema de capital. Precisamente porque esse sistema de controle sociometabólico é *estruturado de maneira mutuamente antagônica* (das menores células ou “microcosmos” que o constituem às mais abrangentes unidades globais de intercâmbio econômico e político), as verdadeiras premissas de seu modo de funcionamento contínuo devem ser organizadas de modo que garantam a subordinação permanente do trabalho ao capital (2002, p.217).

Neste processo, os antagonismos do capital são algo inseparável do sistema, pois é com eles que o capital impulsiona seu domínio sobre o trabalho. Esta condição em que se apoia o sistema do capital faz perpetuar o sistema e retardar a ruptura do regime de controle que o capital exerce sobre o trabalho. Nas palavras de Mészáros:

A maturação da estabilidade de um sistema erigido sobre toda uma série de antagonismos estruturais explosivos é algo absolutamente impensável sem a superposição de camadas artificiais de complexidade, cuja função essencial é a perpetuação da ordem dominante e o retardamento do “movimento da verdade”. Não obstante, como ativação dos limites absolutos do capital, enquanto sistema de reprodução plausível, surgiu em nosso horizonte histórico, já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico (2002, p.217).

No entanto, o mecanismo de retardar o momento da verdade, mediante a ativação dos limites absolutos do capital, já não pode mais evitar o desvelamento do modo de controle do capital impulsionado pelo capitalismo. Desse modo, não será evitada a superação da ordem vigente. Assim, como assevera Mészáros:

Todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente. Quando os limites são alcançados no desenvolvimento histórico, é forçoso transformar parâmetros estruturais da ordem estabelecida – em outras palavras, as “premissas” objetivas de sua prática – que normalmente circunscrevem a margem global de ajuste das práticas reprodutivas viáveis sob as circunstâncias existentes. Isto significa sujeitar a um escrutínio fundamental nada menos do que os princípios orientadores mais essenciais, historicamente dados de uma sociedade, e seus corolários instrumentais-institucionais, pois, sob as circunstâncias da mudança radical inevitável, eles deixam de ser os pressupostos válidos e o quadro estrutural aparentemente insuperável de toda a verdadeira crítica teórica e prática, e transformam-se em restrições absolutamente paralisantes (2002, p.216).

Com a crise estrutural do capital foram ativados os limites intrínsecos do sistema do capital. Quando esses limites são expostos, a partir da própria dinâmica do sistema, não há mais como camuflar a necessidade de transcendência do sistema. E nesse processo as premissas que fundamentam o controle do capital sobre o trabalho terão de ser superadas. Torna-se inevitável a superação do controle do capital sobre o trabalho. Mas é óbvio que o interesse do capital é a inviabilização das lutas contra a reprodução sociometabólica do capital. É por isso que mediante a ativação desses limites o capital tenta romper suas barreiras estruturais, intensificando ainda mais o controle do capital sobre o trabalho. Para Mészáros:

O capital não pode funcionar sem fazer respeitar com maior firmeza do que nunca (até de maneira autoritária, se preciso for) as premissas e os antagonismos estruturais de sua prática. Não fosse por isso, a avaliação racional dos riscos históricos que se apresentam para as condições da própria sobrevivência humana seria de grande ajuda para fazer a balança pender em favor das mudanças necessárias. Entretanto, quando as premissas fundamentais do partido materialmente dominante estão em jogo, argumentos racionais são impotentes para superar a hostilidade à mudança (2002, p.217).

Deste modo, o capital mais do que nunca precisa manter o trabalho sob controle para manter seu objetivo de reprodução incontrolável. Esta garantia de controle faz com que seus antagonismos sejam mais intensificados, mobilizando uma barreira para as mudanças necessárias cujo objetivo não seja o lucro, mas as reais necessidades da humanidade. No

entanto, em meio a esses antagonismos, argumentos racionais não são capazes de viabilizar qualquer mudança favorável à humanidade. Segundo o nosso autor:

As racionalizações de “complexidade insuperável” e seus corolários reveladores, escorados pela potência material da ordem estabelecida, não podem ser convincentemente contra-atacadas nem mesmo pelos melhores argumentos racionais, a menos que estes também estejam plenamente apoiados por uma força material alternativa com viabilidade na prática – uma força capaz de colocar seus novos princípios orientadores e suas instituições organizadoras e produtivas no lugar das premissas práticas dominantes da ordem social dada, que todos os dias demonstram seu anacronismo histórico por meio do recurso, cada vez mais intolerante, ao “não há alternativa” utilizado pelas personificações do capital. Por isso é revelador que em nossos dias até os limitados órgãos defensivos do movimento operário – seus sindicatos e os partidos parlamentaristas tradicionais – tornem-se totalmente impotentes: quer pela integração dos altos escalões de sua liderança aos quadros de um consenso perverso, quer pela mobilização aberta dos artifícios legais de opressão e da força material repressiva do “Estado democrático” contra as atividades anteriormente toleradas do trabalho organizado (2002, p.217-218).

Deste modo, no sistema regido pelo capital, as racionalizações favoráveis à ordem estabelecida não podem ser contestadas. Exceto por argumentos racionais com viabilidade prática, de modo a assegurar uma alternativa ao sistema do capital, capaz de modificar radicalmente a estrutura apoiada no controle do capital sobre o trabalho, em que as premissas do sistema sejam alteradas por princípios nos quais o homem seja de fato livre. O argumento de que não há alternativa, tão bem assimilado pelas premissas do capital, demonstra ao longo da história a impotência do movimento operário em face do capital, através do discurso do consenso. Esta tendência de controle mediante o consenso ou da opressão, se possível, por parte do Estado é um impulso do capital que sempre imperou, dependendo dos interesses do capital, mas com a ativação dos limites absolutos esta tendência foi alterada para pior, pois para assegurar o seu controle o capital oprime ainda mais os trabalhadores, tornando as condições do trabalho ainda mais degradantes. É por isso que Mészáros nos adverte que a alternativa ao sistema do capital não está apoiada nas racionalidades, por mais que sejam contundentes com os melhores argumentos, a não ser que estas estejam alicerçadas plenamente numa força material alternativa com viabilidade na prática⁶¹.

Do ponto de vista do capital o mais assombroso é que seus limites absolutos põem à prova até mesmo o funcionamento seguro do sistema de reprodução sociometabólica. É por

⁶¹ Entendemos por força material a ruptura do sistema não por via apoiada nas racionalidades, mas por um movimento das massas envolvidas no propósito de superar o sistema do capital pela força.

isso que o medo de encontrar um dia o limite absoluto do capital sempre assombrou a teoria liberal/burguesa. Nas palavras de Mészáros:

Nas circunstâncias em que este medo transformou-se numa realidade inevitável – o que está rapidamente acontecendo hoje –, a investigação das condições da produção em si deixa de ser uma questão te ‘tautologia simplória’. Antes, adquire uma posição dramática porque os *limites do capital* colidem com as condições elementares do próprio *sociometabolismo*, e desse modo ameaçam aguda e cronicamente a própria sobrevivência da humanidade (2002, p.526).

Os limites absolutos do sistema, ativados pela crise a partir de 1970, colidem com o próprio funcionamento do sistema do capital, e enquanto o sistema do capital mantiver seu controle sobre o trabalho, as contradições continuarão repercutindo com mais intensidade, pondo em risco até mesmo a sobrevivência da humanidade. No entanto, a ativação dos limites absolutos do capital com implicações destrutivas no processo de produtividade não é uma tendência estrutural para a humanidade, mas para o próprio capital. Segundo Mészáros:

deve-se enfatizar que a expressão “limites absolutos” não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da “ordem econômica ampliada” dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do “não há alternativa”. Esses limites são absolutos para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico (2002, p.220).

Todavia, não devemos ter a ilusão de que o sistema do capital, com o seu impulso para a superação dos limites, irá lidar com a percepção racional de que o sistema do capital atingiu seu limite absoluto. Ao contrário, pois de acordo com Mészáros,

o mais provável é que se tente tudo para lidar com as contradições que se intensificam, procurando ampliar a margem de manobra do sistema do capital em seus próprios limites estruturais. No entanto, como as fundamentações causais responsáveis pela ativação dos limites absolutos desse modo de controle não podem ser discutidas, e muito menos adequadamente resolvidas dentro de tais limites, a correção de alguns dos problemas mais explosivos do espinhoso processo sociometabólico tende a ser procurada de outras formas. Esta correlação ocorrerá por meio da manipulação dos obstáculos encontrados, estendendo-se ao extremo as formas e os mecanismos do intercâmbio reprodutivo no plano de seus efeitos limitadores, hoje deplorados até pelos “capitães de indústria” (2002, p.220).

Assim, como forma de responder aos seus limites absolutos, o sistema do capital, como o mais dinâmico sistema de reprodução sociometabólica, manipula os obstáculos encontrados e tenta lidar com as contradições que ele mesmo cria. Ele manipula as barreiras

encontradas, pelo fato de que não conseguirá nem poderá nunca dissolver suas barreiras estruturais dentro dos limites do sistema do capital. No processo de tentar manipular as suas contradições, as condições para a sobrevivência da humanidade são desconsideradas, pois afinal é incompatível com a razão de ser do capital que os interesses da humanidade, de forma geral, sejam plenamente satisfeitos. Segundo Mészáros, “somente a manipulação retrospectiva da reação aos sintomas e efeitos é compatível com a permanência do domínio da *causa sui* do capital” (2002, p.223). Assim, a causa de ser do capital é manter seu controle sobre o trabalho, como vimos no capítulo anterior. É por isso que a todo momento a exploração do trabalho é sempre crescente.

No entanto, a permanência das contradições imanentes do capital é algo constante, que muitas vezes inviabiliza um limite às manipulações das restrições, pois, como assevera Mészáros:

Diante do fato de que a mais problemática das contradições gerais do sistema do capital é a existente entre a impossibilidade de impor restrições internas a seus constituintes econômicos e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições, qualquer esperança de encontrar uma saída desse círculo vicioso, nas circunstâncias marcadas pela ativação dos limites absolutos do capital, deve ser investida na dimensão política do sistema. Com as crescentes medidas legislativas que já apontam nessa direção, não pode haver dúvida de que o pleno poder do estado será ativado para atender à meta de encerrar esse círculo vicioso do capital, ainda que isso signifique sujeitar quaisquer dissensões potenciais a restrições autoritárias extremas. Igualmente não pode haver dúvida de que o sucesso ou não desta ação corretiva (ajustadas aos limites estruturais do sistema global do capital), apesar de seu caráter evidentemente autoritário e de sua destrutividade, vai depender da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional (2002, p.220).

Deste modo, uma das mais problemáticas das contradições do sistema é a impossibilidade de impor restrições ao seu círculo vicioso e ao mesmo tempo a necessidade atual de manter essas restrições para a própria permanência da reprodução sociometabólica do capital. Diante dessa contradição a saída encontrada é a dimensão política do sistema, com medidas legislativas, ou seja, o Estado é ativado para responder a esta contradição mesmo que para isso sejam necessárias medidas autoritárias. É bom deixar claro que o Estado como *comitê executivo da burguesia* viabiliza certas restrições, via legislações, em benefício do próprio sistema, para a reprodução da ordem sociometabólica do capital. É por isso que para superar os problemas que a humanidade enfrenta hoje, estes não podem ser tratados dentro dos limites do sistema do capital. Somente uma ação da classe trabalhadora articulada com o

movimento socialista é capaz de mudar a estrutura da sociedade vigente, no sentido de superar o sistema do capital. Nas palavras do nosso autor:

De qualquer forma, o que torna os problemas especialmente graves é o fato de que as questões de longe alcance que a humanidade enfrenta na fase atual do desenvolvimento histórico não podem ser evitadas pelo sistema do capital dominante, nem por qualquer alternativa a ele. Apesar disso, por incertezas do momento histórico, esses problemas surgem com a ativação dos limites absolutos do capital e não podem ser devidamente separados nem se pode esperar que sua gravidade deixe de existir como por encanto. Ao contrário, eles permanecem como exigência inadiável de ação corretiva abrangente dos diversos processos de reprodução da humanidade, enquanto o círculo vicioso da presente contingência histórica do capital não for definitivamente consignado ao passado (2002, p.220).

Assim, a saída que a humanidade enfrenta hoje depende da ação dos trabalhadores. Do contrário o capital continuará o seu controle sobre o trabalho, e com a ativação dos limites absolutos do capital esta tendência é ainda mais intensificada, pois quanto mais o sistema de reprodução sociometabólica do capital se sustenta na incontrolável e irrefreável busca por lucros, mais aumenta a exploração dos trabalhadores. Deste modo, as necessidades lucrativas do capital conduzem à precarização da força de trabalho, que se expressa também na diminuição dos empregos, afetando o movimento trabalhista e as formas de organizações dos trabalhadores. Essas medidas são fundamentais para manter o controle do capital sobre o trabalho. A tendência de manter o controle do capital sobre o trabalho, em plena ativação dos limites absolutos do sistema capital, fundamentada numa produção destrutiva como um dos mecanismos de tentar responder a suas barreiras estruturais, acaba gerando um problema ainda mais grave, pois nem mesmo a sobrevivência da humanidade é considerada.

Outro agravante resultante da ativação dos limites absolutos mediados pela crise estrutural do capital é a impossibilidade de viabilizar qualquer tipo de concessão que não seja favorável ao próprio sistema. Num passado não tão distante os relativos ganhos do trabalho eram viáveis. Os ganhos para o trabalho foram temporários, e só possíveis em determinada fase histórica. Como assevera Mézáros:

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram *reversíveis*), obtidos por meio de *organizações de defesa* do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceber esses ganhos, que puderam ser *assimilados* pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto-expansão (2002, p.95).

Todavia, num contexto determinado pela crise estrutural, os antagonismos do sistema tornam-se ainda mais severos, pois abalam o funcionamento da reprodução do capital enquanto sistema totalizador. Nas palavras de Mészáros:

Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema do capital como tal*, pois em nossa própria época histórica, quando a auto-expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam [...], o sistema do capital global é *obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência*, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (2002, p.95).

Os aspectos negativos do sistema tornam-se cada vez mais explícitos, pois na atual conjuntura até mesmo mobilizações de cunho reformista – que não põem em questão as causas essenciais dos problemas que a humanidade enfrenta – não estão sendo solucionadas, pelo fato de que é impossível qualquer alternativa de solução nos limites do sistema do capital. É por isso que Mészáros nos assegura que.

A dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação. Os perigos agora se estendem por todo o planeta; conseqüentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. Para agravar a situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. Assim, nenhuma “questão única” pode, realisticamente, ser considerada a “única questão” (2002, p.95).

O capital não tem mais como conceber certos anseios, pois do contrário poria limites para a produção desenfreada. É o caso da questão única:

Por mais importante que seja – mais que importante, literalmente vital – como “questão única” em torno da qual variedades do movimento verde tentavam articular seus programas de reforma como um meio de penetrar na estrutura de poder e nos processos de tomada de decisão da ordem estabelecida, o incontestável imperativo da proteção ambiental se revelou inadministrável, em virtude das correspondentes restrições necessárias aos processos de produção em vigor exigidas para a sua implementação. O sistema do capital se mostrou impermeável à reforma, até mesmo de seu aspecto obviamente mais destrutivo (2002, p.94-95).

Assim, é possível dizer que nem mesmo o argumento racional sobre a possibilidade da sobrevivência da humanidade é considerado, pois qualquer mobilização contra as imposições e imperativos do sistema de reprodução do capital é desprezado pelo capital.

O sistema do capital tenta a todo custo romper com qualquer alternativa a ele. Para responder às suas contradições iminentes, as condições de existência dos trabalhadores são ainda mais explosivas, e o que foram ganhos se converte em perdas para o trabalho. Esta possibilidade foi concretizada de alguma forma pela precarização da força de trabalho como garantia da acumulação lucrativa do capital com as práticas flexíveis. Tal precarização afetou o movimento trabalhista. De acordo como Mézáros:

As formas organizacionais e suas estratégias correspondentes para obter *ganhos defensivos* para o trabalho foram estritamente temporárias e a longo prazo se tornaram totalmente inviáveis. Jamais houve a oportunidade de instituir o socialismo por meio de reformas graduais dentro da estrutura do modo estabelecido de reprodução sociometabólica. O que criou a ilusão de se estar movendo naquela direção foi precisamente a viabilidade – e, por algumas décadas também a praticidade – de ganhos defensivos, tornados possíveis pela fase, relativamente pouco problemática, de expansão global do capital. Entretanto, sob os efeitos da crise estrutural, até mesmo os elementos parcialmente favoráveis da equação histórica entre capital e trabalho têm de ser derrubados em favor do capital (2002, p.330).

Com a ativação dos limites do capital os relativos ganhos para o trabalho não tinham mais espaço na reprodução sociometabólica do capital. Como demonstra Mézáros:

Os limites desse movimento de recuo, com graves implicações para a permanência do desemprego crônico, não são definidos pela ‘sensibilidade política das sociedades democráticas’, como postularam no passado os apologistas do sistema, ao prover confiantemente a eliminação até mesmo de ‘pequenos bolsões de desemprego’. Ao contrário, estão limitados pelo nível de instabilidade tolerável que acompanha as pressões econômicas e políticas criadas pelo processo inevitável de ajustamento estrutural do capital que se desenrola perigosamente diante de nossos olhos – e que incluem, em lugar de destaque, a tomada de muitos dos ganhos passados do trabalho e o crescimento inexorável do desemprego – ameaçando com a implosão do sistema, não a periferia, mas a região mais avançada (2002, p.330).

A permanência do desemprego crônico além de ser estrutural ao sistema, condena os trabalhadores ao mais drástico de seus antagonismos, pois como os direitos trabalhistas são cada vez mais reduzidos, este fenômeno é cada vez mais impulsionado, perpetuando a instabilidade no emprego, fator este que aumenta o controle do capital sobre o trabalho. Assim, as concessões do passado já não são possíveis, porquanto a crise estrutural do capital fornece as bases para a intensificação do crescimento do desemprego como controle do capital. É por isso que grandes massas humanas são dispensadas de seus empregos.

Com isso, quanto mais o sistema do capital tenta responder às consequências de uma crise sistêmica, mais agrava o problema, provocando a intensificação dos antagonismos que a própria dinâmica do sistema do capital cria na relação capital/trabalho.

O sistema do capital imprime para a vida humana contradições que aumentam e agravam os problemas sociais e econômicos. Como o capital não admite imposições de restrições em sua incontrolável busca por lucros, os maiores prejudicados neste processo são os trabalhadores e qualquer alternativa de buscar possíveis soluções aos problemas iminentes do sistema do capital agrava ainda mais os conflitos.

Nos limites desta sociabilidade não há como satisfazer as reais necessidades da humanidade, e muito menos do trabalho. É por isso que um dos desafios que a humanidade enfrenta é a questão do desemprego, que segundo Mészáros, “[...] traz à baila as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva” (2002, p.224). Deste modo, os obstáculos presentes na própria dinâmica do capital são comuns ao trabalho e aos movimentos de “questão única”, pois, como assevera Mészáros:

O fracasso histórico da social-democracia destacou claramente o fato de que, sob o domínio do capital, somente se podem legitimar as demandas integradas. O ambientalismo, por sua própria natureza (assim como a grande causa histórica da liberação das mulheres), é *não-integrável*. Consequentemente, e apesar de sua inconveniência para o capital, nenhuma causa desse gênero desaparecerá, não importa quantos tropeços e derrotas as formas politicamente organizadas dos movimentos de “questão única” tenham de sofrer no futuro previsível (2002, p.95).

Nesta nova fase de reprodução do capital, o sistema só consegue assimilar demandas integráveis, ou seja, demandas que podem ser legítimas para o funcionamento do capital, e não demandas que podem pôr em questão o sistema, ou algo desfavorável ao impulso de controlar o trabalho. Uma demanda não-integrável, mesmo que seja importante para o futuro, não pode ser assimilada pelo capital com sucesso, porquanto as questões não-integráveis do sistema não são coerentes com o controle do capital sobre o trabalho. Desta maneira, as questões acerca do trabalho não podem ser integradas ao sistema de reprodução sociometabólica do capital. Mészáros ainda adverte que:

O trabalho não é apenas não-integrável (ao contrário de certas manifestações políticas do trabalho historicamente específicas, como a social-democracia reformista, que poderia ser corretamente caracterizada como integrável e na verdade completamente integradas, às últimas décadas), mas – precisamente como a única *alternativa estrutural* viável para o capital – pode proporcionar o quadro de referências estratégico abrangente no qual todos os movimentos

emancipadores de “questão única” podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade (2002, p.96).

A questão do desemprego é, a nosso ver, uma dificuldade não-integrável, pois as promessas do passado acerca do pleno emprego não podem ser mais objetivadas, já que além de o desemprego ser funcional à boa saúde do sistema do capital, este fenômeno se agrava ainda mais com as ativações dos limites absolutos do capital. Em relação ao capital, os obstáculos que entram o objetivo do sistema do capital são ainda aumentados. E agora a humanidade sofre mais do que nunca a intensificação do controle irrefreável do capital sobre o trabalho. Não há possibilidades dentro deste sistema para a satisfação do gênero humano. Assim, uma demanda não integrável é o fato de que o capital não pode cumprir as exigências da superação do desemprego, uma vez que este fenômeno faz parte da lógica do capital. A questão do pleno-emprego é uma exigência que não pode ser efetivada pela dinâmica do sistema de reprodução sociometabólica, pois as promessas que no passado foram postas para os trabalhadores não puderam ser cumpridas. Com a ativação dos limites absolutos, a questão do desemprego muda para pior.

O desemprego em massa agrava as contradições do sistema de reprodução sociometabólica do capital, acarretando a permanência do domínio do capital sobre o trabalho. Esta é uma contradição funcional da ordem do capital. O desemprego hoje não pode ser visto como algo temporário ou suscetível a mudanças no sentido de aliviar o problema, mas como alcançou a totalidade da força de trabalho, torna-se ameaçador para o próprio sistema do capital, já que sua permanência é global. Esta discussão será travada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – O DESEMPREGO CRÔNICO: uma característica explosiva da ordem sociometabólica do capital

Conforme analisamos no capítulo anterior, o desemprego crônico é um dos limites absolutos do capital. Sua permanência atingiu um dos mais antagônicos mecanismos de controle sobre o trabalho, pois como limite absoluto não existe solução imediata, pelo contrário, torna-se explosivo para o próprio sistema de reprodução sociometabólica em sua proporção global, adquirindo uma dinâmica diferente da época de Marx, pois sua abrangência atinge a totalidade da força de trabalho, repercutindo em tudo o que é controlado pelo capital. Já sua expansão tem limites estruturais, tendo em vista de que o capital precisa do trabalho – e um tipo de trabalho, o trabalho produtivo – que se torna alienado. Deste modo, a dinâmica do desemprego, hoje, se expande de forma explosiva para o próprio capital, e o desemprego é impulsionado pelo fenômeno da crise estrutural do capital, que é posta como a crise mais severa da história da humanidade, pois seu caráter destrutivo impõe para o homem uma série de mudanças fundamentais na luta pela sobrevivência. Como resultado dessa crise tem-se a flexibilização do trabalho como um agravante do desemprego, gerando uma instabilidade no emprego e aumentando a insegurança tanto para os trabalhadores que estão inseridos na produção como para os que estão no exército de reserva⁶². Neste capítulo enfocaremos o desemprego como um instrumento de controle na atualidade e sua consequência tanto para o trabalho como para o sistema do capital.

4.1 O desemprego crônico: um antagonismo da ordem sociometabólica do capital

No período em que o sistema do capital estava em expansão, a substituição de força de trabalho não qualificada por qualificada era uma constante, em nome do desenvolvimento econômico. O desemprego não era visto como algo ameaçador, mas um fenômeno necessário para a modernização. A tendência do desemprego, portanto, enquanto estava apenas presente

⁶² Mesmo que o desemprego adquira uma nova fase histórica proporcionada pela crise estrutural do capital, o exército de reserva não deixou de existir, pois dependendo dos interesses de reprodução do capital, esses trabalhadores supérfluos podem voltar – no entanto, cada vez mais reduzidos em número – para a produção. Portanto, a função do exército industrial de reserva, do qual falava Marx, ainda está presente. Partimos do pressuposto de que o sistema de reprodução sociometabólica se estrutura a partir de contradições, uma delas a superpopulação relativa.

em “bolsões de subdesenvolvimento” em países desenvolvidos não despertava a preocupação. De acordo com Mészáros⁶³:

Na medida em que a transformação predominante se dava na substituição do trabalho *não-qualificado* pelo qualificado, envolvendo grandes dispêndios de capital para o desenvolvimento industrial, o assunto podia ser ignorado com relativa segurança, dada a atmosfera de euforia provocada pela ‘expansão’. Em tais circunstâncias, a miséria necessariamente associada a todos os tipos de desemprego – inclusive aquele produzido no interesse da ‘modernização’ – podia ser capitalisticamente justificada em nome de um brilhante futuro de consumo para todos. Naqueles dias, os milhões de pessoas desafortunadas, patéticas e ‘desprivilegiadas’, podiam ser facilmente relegadas à periferia da sociedade. Isoladas como um fenômeno social da “Grande Sociedade” afluyente, elas deveriam responsabilizar exclusivamente a sua própria ‘inutilidade’ (falta de qualificação profissional, “preguiça” etc.) pelos seus apuros e resignar-se a consumir os restos do farto banquete neocapitalista, magnanimamente servidos sob a forma de ‘benefícios-desemprego’ e cupons para o consumo dos excedentes invendáveis de alimentos (2009, p.68).

Em nome da modernização mediante incrementos de tecnologia a serviço do capital, o desemprego poderia ser ignorado com relativa segurança. No entanto, enquanto o capital se expandia, as condições de existência dos trabalhadores eram alarmantes, com o aumento da miséria. Esta condição contraditória de acumular riquezas foi fundamentada na justificativa do consumo para todos. Mas a realizada foi bem diferente, pois o que restou para os trabalhadores que foram repelidos da produção foi a insegurança e a culpa por não estarem qualificados para o trabalho, restando as migalhas dos benefícios-desemprego para que pudessem consumir, ou seja, os benefícios eram fornecidos para os trabalhadores excedentes para que estes pudessem consumir e com isso fazer circular o capital, além de continuarem se reproduzindo enquanto trabalhadores disponíveis para o capital, na hora em que este precisar.

No entanto, o desemprego de muitos trabalhadores não qualificados para poucos trabalhadores qualificados em nome da modernização implicou, segundo Mészáros,

a *reversão* da própria tendência: ou seja, o colapso da ‘modernização’ articulado ao desemprego maciço. Esse aspecto da maior gravidade simplesmente precisa ser ignorado, posto que seu reconhecimento é radicalmente incompatível com a contínua aceitação das perspectivas capitalistas do controle social. Pois a contradição dinâmica subjacente que conduz a uma drástica reversão da tendência de modo algum é inerente à tecnologia empregada, mas à cega subordinação *tanto do trabalho como da tecnologia* aos devastadoras e estreitos limites do capital como árbitro supremo do desenvolvimento e do controle sociais (2009, p.68).

⁶³ MÉSZÁROS, István. 2009. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

A gravidade do desemprego torna-se uma constante, pois sua ascensão não está associada ao uso da tecnologia em si mesma, mas como o capital impulsiona o seu controle sobre o trabalho, fazendo permanecer o desenvolvimento e o controle sociais. O controle do desenvolvimento e do social é uma das marcas da ordem do capital para assegurar a sua reprodução. É por isso que seu reconhecimento continua sendo incompatível aos interesses de reprodução do capital, pois, como vimos no primeiro capítulo, este fenômeno faz parte da boa saúde do sistema do capital. Ele passa a ser uma estratégia de controle na reprodução do sistema do capital. Assim, a nosso ver, o que conduz ao desemprego é a forma como o trabalho é controlado pelo capital. Portanto, podemos afirmar que o desemprego é uma forma de controle impulsionada pela dinâmica do capital.

A partir do processo dinâmico do metabolismo do sistema do capital, o desemprego caminha para a sua intensificação – no entanto, de forma relativa, tendo em vista a sobrevivência do capital –; assim, os empregos disponíveis tornam-se cada vez mais escassos em nome do lucro e como consequência da permanência do controle do capital sobre o trabalho.

As contradições avassaladoras impostas pelo desemprego como controle do capital aterrorizam até mesmo os conservadores da ordem burguesa. Alguns índices extraídos da revista “Carta Capital⁶⁴” demonstram a gravidade do desemprego em tempos recentes:

Quando o desemprego aumentou depois dos choques do petróleo da década de 1970, os governos europeus, pressionados pelos sindicatos fortes, mantiveram os mercados de trabalhos rígidos e tentaram cortar as filas do auxílio-desemprego, incentivando a aposentadoria precoce. Juntamente com os generosos benefícios assistenciais, isso resultou em décadas de alto desemprego ‘estrutural’ e um enorme aumento na parcela de pessoas sem trabalho (2009, p.37).

A revista ainda acrescenta sobre a crise do emprego:

A próxima fase da recessão econômica mundial toma forma: uma crise do emprego. Seus contornos começam a se definir, mas a gravidade, a amplitude e a duração da recessão, juntamente com mudanças na estrutura dos mercados de trabalho, tanto nas economias ricas quanto nas emergentes, sugerem que o mundo está prestes a sofrer o maior aumento de desemprego em muitas décadas (2009, p.34).

⁶⁴ NÓS E O MUNDO: O desemprego em xeque, 25 de março de 2009. São Paulo: Carta Capital.

Com o aumento do desemprego, a preocupação referente a este fenômeno é evidente em muitas partes do mundo, gerando a apreensão até mesmo dos defensores da ordem. Assim, no período de depressão econômica a ameaça do desemprego é constante para os países atingidos. Sem falar que as contratações são ainda menores. Com a recessão econômica provocada pela crise, a questão do desemprego é ainda maior, pois para responder à recessão o capital adota mudanças econômicas que incidem diretamente no trabalho. Até mesmo os apologistas do sistema concordam, a partir dos índices cada vez maiores do fenômeno do desemprego, que este fenômeno atinge tanto os países periféricos como os países avançados. A pesquisa ainda relata que:

Em pesquisa trimestral, a empresa de contratações *Manpower* conclui que, em 23 dos 33 países em que atua, as intenções de contratações das empresas são as mais fracas já registradas. Como as mudanças no desemprego vêm depois as alterações na produção, os índices de desemprego continuariam aumentando mesmo que as economias parassem de encolher hoje (2009, p.34).

As consequências da crise estrutural para o trabalho são cada vez mais intensas; muitas empresas estão enxugando suas despesas, e os maiores prejudicados neste processo são os trabalhadores. Em cada momento de crise o ritmo com que os trabalhadores perdem empregos é ainda maior. Além de conviverem com o trabalho temporário e flexível, convivem com o momento do desemprego em massa. É por isso que a severidade da crise estrutural acarreta um novo padrão de desemprego. A revista ainda expõe que:

Mudanças estruturais nos mercados de trabalho da Europa sugerem que os postos de trabalho vão desaparecer mais depressa do que em crises anteriores. Os contratos temporários proliferaram em muitos países, como uma maneira de contornar as despesas e as dificuldades para demitir trabalhadores permanentes. Grande parte da redução do desemprego europeu no início desta década deveu-se ao rápido aumento desses contratos. O processo hoje caminha no sentido inverso. Na Espanha, o exemplo mais extremo na Europa de um mercado de trabalho “duplo”, toda a perda de empregos de 2008 foi de temporários (2009, p.35-36).

Com os índices cada vez mais elevados de desemprego, a tendência hoje é a ampliação de trabalhos temporários como forma de responder às despesas do sistema do capital e proporcionar o desemprego para os trabalhadores permanentes. O contrato de trabalho temporário é uma das formas para diminuir os índices de desemprego. No entanto, como vimos, o desemprego como forma de controle gera a precarização do trabalho, portanto, o trabalho temporário serviu para responder de forma imediata aos problemas dos

trabalhadores, mas de forma cada vez mais precarizada e sem garantias trabalhistas. A nosso ver, os trabalhos temporários são uma das estratégias do capital para responder a um dos mais explosivos de seus antagonismos, o desemprego crônico. Pois o sistema do capital, como não pode controlar o desemprego pela sua própria dinâmica imanente ao sistema do capital, precariza a força de trabalho, para poder produzir e ampliar seus lucros, já que o capital precisa do trabalho. É por isso que o capital tenta sempre romper com seus antagonismos na forma de controle do capital sobre o trabalho, ainda que precarizando a força de trabalho como forma de extrair o lucro, já que não pode assegurar trabalho para todos os trabalhadores, pela sua própria essência alienadora, do contrário deixaria de ser capital. Assim, cada vez mais os capitalistas contratam os trabalhadores de forma temporária, aumentando a instabilidade no emprego. A pesquisa também demonstra que o Japão

mostra as tensões de um trabalho “duplo”. Sua força de trabalho é dividida de maneira mais acentuada do que a de qualquer outro país industrializado. Os trabalhadores “regulares” gozam de forte proteção. O exército fluente de pessoal temporário, contratado e em tempo parcial, quase não tem nenhuma. Desde os anos 1990, as empresas têm contato crescentemente com esses irregulares, que hoje representam um terço de todos os trabalhadores, ante 20% em 1990 (2009, p.36).

Os trabalhadores temporários quase não possuem garantias de direitos trabalhistas. A precarização da força de trabalho piora as condições de existência dos trabalhadores. Tudo isso em nome da lucratividade do capital, na qual o trabalhador é apenas um instrumento para a produção, tratando o trabalhador cada vez mais como coisa, embora seja uma mercadoria indispensável para a produtividade. No Japão muitos trabalhadores são temporários, e as consequências deste problema são as mais catastróficas. Segundo a revista:

Quando a indústria japonesa entrou em colapso, quase todos os empregos cortados foram de temporários. A maioria não tem direito ao auxílio-desemprego. Estima-se que um terço dos 160 mil que perderam o emprego nos últimos meses também perderam suas casas. No início do ano, centenas de trabalhadores temporários sem-teto montaram uma aldeia de barracas no centro de Tóquio, em frente ao Ministério do Trabalho. O pior está por vir. O desemprego geral, hoje em 4,1%, deverá ultrapassar o pico do pós-guerra de 5,8% em um ano (2009, p.36).

Podemos perceber o quanto o trabalho é precarizado e que suas consequências são cada vez mais drásticas para os trabalhadores. Os problemas do desemprego crônico, se comparados aos países em desenvolvimento, são mesmo mais alarmantes. Ainda de acordo com a pesquisa:

A escala do problema nas economias emergentes é muito mais difícil de avaliar. As evidências esporádicas de queda do emprego são muitas, especialmente na construção, na mineração e nas indústrias voltadas à exportação. Estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sugerem que o número de trabalhadores desempregados nos emergentes cresceu 8 milhões em 2008, para 158 milhões, com índice geral de desemprego ao redor de 5,9%. A OIT projetou vários cenários para 2009. O mais sombrio constatou que poderia haver mais 32 milhões de desempregados no mundo emergente. Milhões voltaram do emprego formal para o setor informal e das cidades para as áreas rurais. Segundo o Banco Mundial, outros 53 milhões estarão em extrema pobreza em 2009 (2009, p.36).

É por isso que o desemprego crônico atinge quase todos os setores da produção. É uma estimativa que ameaça até mesmo os trabalhadores que ainda estão inseridos no processo de produção. Portanto, o problema do desemprego é tão ameaçador que até mesmo organizações como a OIT e o Banco Mundial relatam a severidade do crescimento dos índices de desemprego e suas consequências na forma do pauperismo.

Esta é a consequência que o trabalho tem de pagar em nome da acumulação do sistema do capital. A tendência do desemprego como forma de controle do capital sobre o trabalho está piorando. “Carta Capital” comenta sobre esse processo:

A política americana inclina-se ainda a manter os benefícios mais baixos e os mercados flexíveis, em vez de reduzir a dor do desemprego. Os benefícios para os desempregados são, no mínimo, mais magros do que os da década de 1970. O seguro-desemprego é financiado em conjunto pelos estados e pelo governo federal. Os estados definem o critério de elegibilidade e, em muitos casos, não acompanharam as mudanças na composição da força de trabalho. Em 32 estados, por exemplo, os trabalhadores em tempo parcial não têm direito a benefício. Em geral menos da metade dos desempregados nos EUA recebe assistência (p.37).

Muitas políticas são estabelecidas nas diversas formas e em muitos países, para tentar responder ao desemprego através da implementação de benefícios-desemprego, subsídio de salários para os trabalhadores com demissão programada etc. No entanto, tais medidas não são capazes de resolver o problema do desemprego. Por mais que medidas sejam objetivadas em resposta a este fenômeno, seus efeitos serão ainda mais ameaçadores, pois suas causas não são evidenciadas pelo capital, mas são expostas suas consequências, muitas vezes culpando os trabalhadores pela falta de emprego. Como consta na “Carta Capital”:

Se essas políticas serão suficientes, depende de como a recessão evoluirá. São remédios aplicados na esperança de que a recessão termine logo e a consequente reestruturação industrial seja modesta. Subsidiar semanas de trabalho mais curtas sustenta a demanda hoje, mas impede uma

reorganização a longo prazo. As iniquidades de um mercado de trabalho duplo se tornarão mais evidentes quanto mais o desemprego aumentar. Os políticos parecem esperar o melhor. Diante da velocidade com que suas economias estão se deteriorando, seria melhor se planejarem para o pior (2009, p.38).

O capital ao compensar suas perdas aumenta a taxa de exploração da força de trabalho. Portanto, o desemprego traz em evidência as contradições imanentes do sistema do capital, com riscos mais explosivos para a humanidade. É por isso que Mészáros⁶⁵ adverte:

Todas as medidas criadas para tratar do profundo defeito estrutural do crescente desemprego tendem a agravar a situação, em vez de aliviarem o problema. Seria um milagre se fosse diferente, já que todas as premissas e determinantes causais do sistema devem ser consideradas resolvidas e inalteráveis: a maneira característica de lidar com dificuldades é reforçar de modo implacável a subordinação do trabalho ao capital até nos países ‘democráticos liberais’ (que nos últimos tempos aprovaram leis mais abertamente antitrabalhistas) e ao mesmo tempo fingir que ela não existe neste melhor de todos os mundos realmente plausíveis (2002, p.225).

Com isso, as alternativas para tentar responder às contradições imanentes ao sistema são agravadas ainda mais, pois os problemas estruturais que ora se apresentam são postos a partir de suas consequências e não as suas causas; é por isso que se agrava a situação, pois o capital ao tentar remover as suas barreiras mais explosivas condena os trabalhadores cada vez mais à exploração e ao trabalho supérfluo. Isto só é possível com o reforço de práticas que subordinam o trabalho ao capital; uma delas é o agravante do desemprego crônico, que provoca instabilidade e precarização do trabalho.

Assim, a permanência necessária do controle do capital sobre o trabalho também é fundamentada ideologicamente, pois, como demonstra Mészáros:

A ampla intervenção em todos os níveis e todas as questões direta ou indiretamente pertinentes à permanência do domínio do capital sobre o trabalho (mais do que nunca necessária por causa do aprofundamento da crise estrutural do sistema) se fazem acompanhar da mais cínica mistificação ideológica da única forma viável de reprodução socioeconômica: a idealizada “sociedade de mercado” e as “oportunidades iguais” que supostamente uma sociedade desse tipo oferece a todos os indivíduos (2002, p.225).

Portanto, as respostas do capital para as suas contradições só intensificam a permanência do controle do capital sobre o trabalho, e uma das contradições permanentes é a ameaça do

⁶⁵ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Paulo César e Sergio Lessa, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

desemprego maciço. Pois o problema do desemprego não atinge apenas a parte menos privilegiada do capital, ele está presente em todos os lugares em que haja o domínio do capital. É por isso que o desemprego não pode ser visto como algo temporário; ele é permanente enquanto durar o domínio do capital em todas as relações entre os homens. Neste processo contraditório em que é legitimado o sistema do capital, as oportunidades iguais não são uma demanda integrável ao capital, pois este se fundamenta na desigualdade dos indivíduos. Como diz Mészáros:

O remédio para dar seguimento às deficiências e “disfunções” devidas ao desemprego crônico em todos os países sob o domínio do capital, em rigorosa conformidade aos parâmetros causais do sistema do capital, é visto em termos de “maior disciplina do trabalho” e “maior eficiência”, resultando de fato na redução dos níveis salariais, na crescente precarização da força de trabalho até nos países capitalistas avançados e no aumento generalizado do desemprego (2002, p.225).

Como o desemprego torna-se explosivo para o próprio capital, e em dimensão global, o sistema incorpora estratégias para tentar responder às disfunções impulsionadas pelo desemprego crônico. Estas medidas, como remédio para a consequência do desemprego, agridem ainda mais as condições de trabalho e sobrevivência dos trabalhadores. Pois cada vez mais o capital tenta intensificar o seu controle mediante a disciplina no trabalho, redução salarial, trabalho temporário etc.

Desse modo, a pressão que o desemprego crônico exerce sobre o trabalho é cada vez mais intensificada. Podemos dizer que o desemprego crônico é uma contradição estrutural para o sistema, pois este fenômeno foi gerado pelo desenvolvimento do capital e hoje torna-se um agravante para o próprio sistema, pondo desta maneira um indicador para um aumento cada vez mais frequente do controle do capital sobre o trabalho.

Outra contradição gerada pelo desemprego é a forma como o capital tenta driblar seus antagonismos via precarização do trabalho, pois com os salários cada vez mais reduzidos, os trabalhadores, que também são consumidores, não conseguem consumir na mesma proporção dos objetivos do capital. Como assevera Mészáros:

Subjugar ou reprimir a força de trabalho – com a cooperação ativa de suas lideranças políticas e sindicais –, em nome da disciplina do trabalho, do aumento da produtividade, da eficiência do mercado e da competitividade internacional, não é uma solução realista, apesar das vantagens *parciais* que podem *temporariamente* disso derivar para uma ou outra seção do capital competitivo. Em seu teor, essas medidas não combatem a tendência à recessão global – e, no devido momento, depressão – pela simples razão de que é impossível espremer o “poder de compra crescente” (necessário para uma “expressão saudável”) de salários que encolhem e do deteriorado

padrão de vida da força de trabalho. Apesar de todos os esforços e recursos da intervenção do Estado e da teoria econômica capitalista, ninguém conseguiu resolver esta contradição particular (nem os bitolados representantes implacáveis da “direita radical” no governo e nas empresas) nem jamais conseguirá (2002, p.225-226).

Assim, as estratégias do capital para tentar conter seus obstáculos para a acumulação são estratégias temporárias que de certa forma podem ser vantajosas, mas que podem se desdobrar em mais antagonismos para o sistema do capital. Mesmo que seja contraditório o fato de os trabalhadores serem reprimidos pelos imperativos do sistema, é fundamental que o capital mantenha o seu controle sobre o trabalho, através da pressão salarial e de outras implicações desfavoráveis para o trabalho. Esta tendência do capital de acarretar um maior domínio no trabalho estrutura a ordem estabelecida como a mais dinâmica de toda a história. Portanto, a sujeição do trabalho ao capital é viável pelo domínio dos meios de produção inclusive da própria força de trabalho como mercadoria. A precarização do trabalho – uma consequência da redução do salário – é proporcionada pela redução do tempo necessário para a produção impulsionada como forma de responder a suas barreiras estruturais. Nas palavras de Mészáros:

O caso é que, para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o “tempo necessário de trabalho” (ou o “custo do trabalho na produção”), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em força de trabalho *supérflua*. Ao fazer isso, o capital simultaneamente subverte as condições vitais de sua própria reprodução ampliada (2002, p.226).

O desemprego, na mesma proporção que é impulsionado pelo capital na ânsia por lucros, é também um indicativo explosivo para o próprio capital. O desemprego é uma forma de manter o controle do capital sobre o trabalho; o fenômeno é usado como resposta aos entraves da produtividade e como limite absoluto. O desemprego é radicalmente agravado, com proporções ameaçadoras e permanência cada vez mais destrutiva. É por isso que acerca da ativação dos limites absolutos do capital, Mészáros afirma que:

As condições necessárias para assegurar e manter o bom funcionamento do sistema – um sistema de controle *par excellence* ou nada –, na ausência da alternativa socialista, geralmente escapam ao controle do capital, levantando o espectro da incontrolabilidade destrutiva. Aqui a contradição é realmente explosiva (2002, p.226).

Como vimos no capítulo anterior, com o fim da ascendência histórica, o capital tenta amenizar suas contradições mais explosivas, e todas as tentativas conduzem para o dinamismo

cada vez mais ameaçador, tanto para a sobrevivência da humanidade como para a permanência do capital como sistema ativo. É um dos motivos que caracterizam o desemprego como uma tendência explosiva.

Nesse contexto da produção destrutiva, segundo Mészáros, o desemprego leva a um caráter de contradição:

Pois ele tende a produzir *dinamite social* dentro da estrutura do sistema do capital, independentemente das formas de solução procuradas. Neste sentido, considerando em si mesmo, o desemprego sempre crescente mina a estabilidade social, trazendo consigo o que até os círculos oficiais reconhecem ser “consequências indesejáveis”, depois de muitos anos de negar que as tendências negativas de desenvolvimento denunciadas tivessem algo a ver com o câncer que é o desemprego crônico. Elas vão desde uma taxa de criminalidade crescente (especialmente entre jovens) até denúncias violentas de agravos econômicos e formas de ação direta (por exemplo, a revolta de massa contra um “imposto de pedágio”, que foi a causa da queda da primeira-ministra Margaret Thatcher na Inglaterra), trazendo o perigo de graves agitações sociais. Por outro lado, o que deveria ser uma alternativa óbvia à deteriorização do emprego – que às vezes é defendida por reformadores bem-intencionados – não tem a menor chance de aprovação (2002, p.343).

Deste modo, as consequências do desemprego crônico tornam-se cada vez mais graves e sem soluções para o futuro. Este fenômeno, portanto, é estruturado de forma contraditória, pois a sede sempre presente do capital de aumentar uma população cada vez mais supérflua acaba por impor limites no poder de compra desta população. Neste processo, os indicadores do desemprego demonstram que em muitos casos este fenômeno pode estar associado com a criminalização e a violência, com consequências indesejáveis para a dinâmica do capital. Portanto, os efeitos do desemprego são devastadores e danosos para o próprio sistema do capital, além da ameaça frequente da instabilidade no emprego para os trabalhadores⁶⁶. O desemprego, hoje, passa a ser incontrolável pelo próprio sistema, ameaçando a estrutura da sociedade capitalista, pelo fato de esse fenômeno atingir a totalidade do sistema, podendo impulsionar uma tendência de agitações das massas desempregadas ou os empregados que

⁶⁶O caráter do desemprego como uma dinamite social é expresso nas reivindicações dos trabalhadores em diversos lugares na luta contra o desemprego e na defesa dos direitos sociais no contexto da crise. Na particularidade brasileira, houve em 2009 uma passeata contra demissões organizada pelas centrais sindicais: “Em São Paulo, o encontro começou por volta das 10h, em frente à FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), na avenida Paulista, na pista sentido Consolação. Em seguida, a passeata seguirá até a Bolsa de Valores de São Paulo”. [...] “O ato reivindica redução dos juros, defesa dos direitos trabalhistas, investimento em políticas sociais e redução da jornada de trabalho sem redução de salários”. “Temos uma pauta imensa contra a crise, mas que se resume na palavra de ordem: defesa do emprego e redução dos juros”, disse, em nota, Antonio Carlos Spis, membro da executiva nacional da CUT. Além das centrais sindicais (Força Sindical, CUT, CGTB, Nova Central, UGT e CTB), a manifestação terá a presença de movimentos sociais e estudantis. (www.folha.com.br Folha online. Acesso: 24/9/10).

estão a um passo do desemprego. Com tal afirmativa não estamos dizendo que a condição de miséria pode gerar uma consciência, mas o notável é que o agravamento do desemprego vem despertando, mesmo que de maneira relativa, agitações coletivas como forma de resistência à perda dos empregos. No entanto, tais resistências não têm sido até agora capazes de resolver os problemas do agravamento do desemprego, pois tais reivindicações não são capazes de superar esse fenômeno. Enquanto isso, os problemas da humanidade estão sendo agravados. A revista “Carta Capital⁶⁷” esclarece que este fenômeno resultam em conflitos na sociedade:

A história mostra que o alto desemprego não é apenas um problema econômico, mas também um barril de pólvora político. Os mercados de trabalho fracos correm o risco de instigar a xenofobia, especialmente na Europa, onde esta é a primeira crise desde que a imigração disparou. A liderança da China está aterrorizada com a perspectiva de revolta social em razão do crescente desemprego, especialmente entre a elite urbana (2009, p. 36).

Como vimos, esta conjuntura pode estimular conflitos na sociedade, devido à intensificação das consequências do desemprego em massa, acirrando as expressões da questão social. O desemprego não está apenas restrito ao campo econômico, mas sua expansão atinge também o campo político. O desemprego na atualidade torna-se uma certeza em todas as partes do mundo.

No entanto, mesmo que a gravidade do desemprego esteja associada ao modo como o capital controla o trabalho, mesmo que este fenômeno seja uma dinamite social, as causas da explosão populacional (desemprego crônico) são ignoradas e deturpadas. Nas palavras de Mészáros: “É deturpada como se fosse devida apenas a desenvolvimentos tecnológicos e às descobertas científicas básicas, e portanto, como se fosse devida à ‘aparência de leis naturais’” (2002, p.320). Alguns autores, como Rifkin, defendem a ideia que o fim do emprego está associado ao uso crescente da tecnologia; outros, num passado não tão distante, como Malthus, afirmam que a questão da superpopulação relativa está associada a leis naturais, como se esse fenômeno fosse deslocado das contradições iminentes do próprio sistema de reprodução sociometabólica. Tais argumentos sobre o desemprego são deslocados dos fundamentos ontológicos da estrutura da sociedade burguesa; por isso as causas do desemprego são constantemente deturpadas. Na verdade, o desemprego desde sua origem é algo construído socialmente em benefício da própria reprodução sociometabólica do capital. É por isso que Mészáros argumenta que:

⁶⁷ NÓS E O MUNDO: O desemprego em xeque. 25 de março de 2009. São Paulo: Revista Carta Capital.

Assim, uma vez que se ignoram os parâmetros estruturais dados e as limitações do sistema sob o qual operam as forças produtivas humanas e materiais (inclusive, evidentemente, as forças produtivas científicas e tecnológicas), os únicos remédios aceitáveis – no caso de se reconhecerem os princípios da instabilidade – são, mais uma vez, os que puderem ser considerados externos à dinâmica social real, com o que se tenta prender a tampa na panela enquanto se atiça o fogo responsável pelo aumento da pressão. Os remédios externos assumem a forma ou de uma pregação vazia – por exemplo, “os trabalhadores têm de entender que já passou o tempo do pleno emprego” e “ninguém pode ter um emprego vitalício” etc. – ou, de maneira mais realista e cruel, de imposição de medidas autoritárias, em nome da ‘autonomia dos indivíduos’ (para que se contentem com empregos em tempo parcial) e do amor à liberdade individual (para ser dirigido contra os órgãos coletivos tradicionais de defesa dos interesses da população trabalhadora). Em outras palavras, os pilares duplos da sabedoria dos realistas são: (1) *torne a força de trabalho precarizada*, e (2) *transforme em criminosos os que protestam contra*. Pois, se o sistema não tem condições de enfrentar a intensificação das contradições, ninguém deve nem pensar em lutar por outra alternativa (2002, p.320-321).

Com isso, o sistema quando avalia os perigos da instabilidade mediados pelo desemprego, tenta responder considerando este fenômeno como algo externo à estrutura do sistema do capital. Essa atitude agrava ainda mais as sequelas do desemprego, pois os trabalhadores são ainda mais penalizados pelos limites do capital em responder a seus antagonismos na forma da precarização da força de trabalho. Assim, o sistema do capital só acumula em proporções cada vez maiores os seus problemas mais intrínsecos. Na verdade, como vimos no decorrer deste texto, o capital é incapaz de responder a demandas que possam privilegiar as necessidades humanas. Portanto, enquanto o sistema do capital tenta responder ao desemprego de forma a precarizar ainda mais as condições no trabalho, esse fenômeno torna-se mais explosivo, piorando as condições de sobrevivência dos trabalhadores. Tornando-se, assim, um instrumento de controle do capital sobre o trabalho de maneira mais intensificada e alienante.

Assim, Mészáros ao tratar do significado do desemprego e suas conseqüências esclarece que o desemprego não está articulado com a desproporção de alimento em comparação com a população excedente. Ele esclarece que:

Imaginava-se que o “excesso da população” ou a “população redundante” dos livros de quem grita sermões sobre os perigos da “explosão populacional” seria simplesmente a qualificação numérica de “gente demais”, em relação à disponibilidade de meios de subsistência, quantificada essencialmente em termos de alimentos. A realidade claramente identificável

de nossos dias se mostrou radicalmente diferente. Primeiro, ela não se caracterizou pela incapacidade da sociedade de oferecer a quantidade necessária de produtos agrícolas para alimentar a população, sob condições em que se desperdiçam grandes quantidades de alimentos – e seu desperdício é até denunciado em círculos capitalistas competitivos – no interesse da maximização dos lucros, por exemplo no quadro da ‘política agrícola comum’ europeia. E, segundo, ‘explosão da população’ não é uma categoria genérica de ‘gente demais’, mas é definida por determinações sociais muito precisas – e muito perigosas em suas implicações. Pois o que hoje se chama de “excesso de população” significa, cada vez mais, ‘trabalho supérfluo’. Pior que isso, esse “excesso de população” não pode ser simplesmente deduzido de um número total abstrato, como faziam os tradicionais contos de fadas sobre o crescimento da população e de seu controle malthusiano ou neomalthusiano. O atual “excesso” ou “população redundante” se refere ao “excesso em relação às necessidades”, num sentido muito limitado (2002, p.321).

Com base nesses argumentos, entendemos que a explosão populacional não é algo natural, mas social e historicamente determinado, e contém grandes implicações para a vida humana. Ela se expressa através do desemprego crônico, que é o trabalho supérfluo que, em escala mundial, atinge jovens, velhos, homens e mulheres, qualificados ou não. Entretanto, como pondera Mészáros,

grandes massas de pessoas – praticamente todos os campos de atividade – que continuam a ser impiedosamente expulsas do processo de trabalho e consideradas ‘redundantes’ pelos imperativos da expansão lucrativa do capital estão longe de poder ser considerados supérfluos como *consumidores* que asseguram a continuidade da reprodução ampliada e da autorização do capital (2002, p.322).

Uma das contradições mais explícitas no capitalismo é a tensão entre produtores (os trabalhadores) e consumidores, pois estes últimos são valorizados pelo capital enquanto compradores das mercadorias produzidas, mas os trabalhadores são eliminados pelo sistema como mercadoria que não tem valor algum.

Como tudo é submetido ao capital, grandes massas humanas são dispensadas das suas atividades produtivas. No entanto, bem-vindos como consumidores. Mas, como pessoas sem emprego e sem dinheiro podem consumir? Uma das alternativas para tal indagação seria o sistema de crédito, que no começo do desenvolvimento do sistema do capital foi a alavanca para a centralização de riquezas, abordado rapidamente no primeiro capítulo. O sistema de crédito é um facilitador para a compra. Deste modo, o capital tenta, dentro das possibilidades

e alternativas, estratégias que viabilizem o seu funcionamento e manutenção como sistema reprodutivo de controle. No entanto, segundo Mészáros:

Quando os defensores do sistema começaram a admitir que a escala do desemprego era um pouco maior do que a que poderia estar contida nos “pequenos bolsões” – e que tinha de admiti-lo porque precisavam cortar o déficit financeiro do Estado, que havia sido enganosamente atribuído ao “excesso de auxílio desemprego” e não a sua causa subjacente –, continuaram a postular que a nova fase do “desenvolvimento industrial” e da “revolução tecnológica” consertaria tudo no devido tempo, uma vez que as novas políticas da “direita radical” fossem “implantadas”, e que o “ambiente político” assim como o “clima econômico” favorecem realmente a dinâmica expansão empresarial. Foi preciso mais algum tempo até que a previsão otimista de relegar ao passado as tendências negativas tivesse de ser complementada por seu corolário não tranquilizador segundo o qual até mesmo quando surge a “nova prosperidade” não se pode garantir a volta às condições de “tempo bom para o trabalho”, sobre o “colchão do pleno emprego” (2002, p.323).

As indicações do desemprego presentes, além de pequenos bolsões, mobilizaram os defensores do sistema, que começaram a postular que a resposta para este problema estava presente no desenvolvimento industrial e na revolução tecnológica. No entanto, na verdade o que avançou foram os índices de desemprego cada vez mais crescentes. Assim, não era mais garantido o tempo do pleno emprego. Uma série de problemas é desencadeada pelo aumento do desemprego, não em si mesmo, mas fazendo parte da estrutura da sociedade burguesa. Com isso, os cortes cada vez mais frequentes impulsionaram a presença do desemprego em todos os países controlados pelo capital. Como diz Mészáros:

A situação na verdade é particularmente séria porque a “explosão populacional” representada pelos trabalhadores tornados redundantes está criando problemas sociais e econômicos graves nos países capitalistas mais poderosos, como os Estados Unidos: sempre citados por todos os apologistas do capital como exemplo mais brilhante de soluções de dificuldades (2002, p.326).

O problema do desemprego na atualidade não esconde suas consequências no mundo. Como um dos fenômenos mais explosivos do capital, o desemprego aumenta ainda mais os conflitos sociais, como já foi visto anteriormente. Deste modo, onde há a presença do comando do capital, há a presença do desemprego. Até mesmo os países considerados “comunistas” não estão imunes a esse fenômeno, pondo desta forma um indicador que não pode ser ignorado; não é um simples transtorno que em algum tempo será solucionado, mas torna-se permanente. Mészáros comenta que

[...] dois ou três anos antes de o crescimento brutal do desemprego na China ter-se tornado ameaçador demais para ser ignorado, jornais liberais ocidentais estavam cheios de artigos entusiasmados sobre o “milagre chinês”, na velha tradição de elogiar os outros “milagres” – desde o alemão, italiano até o japonês e o brasileiro – que, no devido tempo, se esvaziaram todos. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que desenvolvimento semelhante foi previsto para o conjunto da Europa oriental quando os especialistas e conselheiros econômicos “democráticos” da Rússia, por exemplo, advogaram com toda a seriedade (por mais inacreditável que possa parecer) que o governo teria que se livrar de nada mais nada menos que *40 milhões* de “trabalhadores supérfluos”. Para garantir a prosperidade prometida, o governo russo foi pressionado a impor tal estratégia com “férrea determinação”, desconhecendo totalmente as explosões potenciais. O remédio mágico para todos os problemas nas sociedades pós-capitalistas que tentavam voltar ao aprisco foi uma “*terapia de choque*”, não importando quantas vezes milhões de trabalhadores – e no caso da China até mesmo centenas de milhões – tivessem de ser declarados “excedentes em relação ao necessário” (2002, p.331-332).

Os argumentos que tentaram demonstrar que o desemprego e suas consequências seriam solucionados em algum momento caíram por terra para dar lugar à intensificação do desemprego no mundo. Portanto, qualquer argumento sobre a redução do desemprego deve ser bem analisado, pois a realidade demonstra que a tendência é piorar enquanto perdura a regência do capital sobre o trabalho. Com isso, os problemas se agravam em proporções cada vez maiores. O sistema do capital não consegue resolver a totalidade do desemprego, pois os problemas “são tão difíceis que a proposta de remediá-los por meio da ‘racionalidade econômica’ do desemprego em massa não consegue nem mesmo arranhar a superfície do problema” (2002, p.332). Para Mészáros:

A ameaça era apenas latente no modo de regulação da reprodução sociometabólica do capital ao longo de séculos de desenvolvimento histórico. O “exército de reserva” do trabalho não só não representa uma ameaça fundamental para o sistema enquanto se mantivesse a dinâmica da expansão e da acumulação lucrativa do capital, mas, ao contrário, era um elemento bem-vindo e necessário para a sua boa saúde. Enquanto as contradições e os antagonismos internos do sistema puderam ser regidos por “*deslocamentos expansionistas*”, os níveis de piora periódica do desemprego podiam ser considerados estritamente temporários, a serem superados no devido tempo, com tanta certeza quanto à noite se segue o dia, gerando a ilusão de que o sistema “natural” de reprodução socioeconômica nada teria a temer porque seus ajustes mais cedo ou mais tarde seriam sempre executados com sucesso pelas “leis naturais” (2002, p.332).

Como vimos no primeiro capítulo, o desemprego, exército industrial de reserva, foi assimilado pelo capital como um pressuposto para a acumulação, como forma de reproduzir o

capital e assegurar o controle da ordem sociometabólica do sistema do capital, portanto, o desemprego, na época da ascensão industrial, não representava uma ameaça ao capital, pelo contrário, fazia parte da boa saúde do sistema. No entanto, com a crise estrutural, o desemprego não poderia ser mais visto como disfunção temporária, que a qualquer momento poderia ser superada. Ele torna-se ameaçador para o próprio sistema do capital, é por isso que é um dos limites absolutos do capital. Por conseguinte, algumas estratégias que o capital colocou para continuar se reproduzindo não são mais possíveis, como foi o caso das duas Grandes Guerras, que no passado foram necessárias para aquecer a circulação da produção. Como esclarece Mészáros:

A guerra – ou a disputa de conflitos por meio do choque de interesses antagônicos – no passado não foi apenas um elemento necessário, mas também uma válvula de segurança do sistema do capital, pois ajudou a realinhar a relação de forças e criar as condições sob as quais a dinâmica expansionista do sistema poderia ser renovada por um período determinado, ainda que limitado (2002, p.333).

Com as guerras o capital pôde realinhar a sua dinâmica para a expansão, mesmo que em um período limitado. Com isso, para Mészáros: “As guerras são endêmicas para o capital porque ele é *estruturado antagonisticamente*, desde as menores células construtivas até as estruturas mais abrangentes” (2002, p.334).

Hoje, já não é possível um confronto militar como forma de romper os obstáculos mais explosivos da produção do sistema do capital, pois resultaria na própria destruição da humanidade e do próprio capital. Assim, com a ativação dos limites absolutos do capital muitos remédios que o capital utilizou para responder a suas contradições já não podem ser mais efetivados.

Com o fim da ascendência histórica, alguns benefícios concebidos para os trabalhadores foram restringidos ou substituídos por serviços que não afetassem o sistema do capital, e muitos cortes foram feitos, que repercutiram negativamente no trabalho. Nas de palavras Mészáros:

Pois quando até mesmo os modestos compromissos com o bem-estar compatíveis com as idéias de Keynes tiveram de ser substituídos por cortes selvagens em todos os serviços sociais, desde a saúde e o seguro social até a educação, a idéia de uma redistribuição radical da riqueza em favor do trabalho perdeu toda a credibilidade (2002, p.335).

A duração da proposta de Keynes referente ao pleno emprego no período do Estado de bem-estar social foi breve na história, pois a influência de Keynes só foi possível no período da ascendência histórica, na expansão e acumulação do capital, mas com a ativação dos

limites absolutos do capital a proposta não tinha mais propósito. A proposta do keynesianismo é fundamentada na intervenção do Estado em conceber benefícios sociais que garantam um padrão de vida mínimo, a exemplo do pleno emprego. O pleno emprego foi uma proposta a partir da década de 1930, sob as condições de uma crise econômica. Mas com o fim da ascendência histórica que culminou na ativação dos limites absolutos do capital, esta proposta caminhou para o fracasso. Portanto, as políticas de bem-estar social foram superadas. Para Mészáros:

Na verdade, a influência de Keynes só foi sentida nos anos de expansão e acumulação do capital depois da guerra. Estava ligada ao papel a ser desempenhado pelo Estado capitalista com relação à sorte do complexo industrial-militar, que, por vários anos, oferecia espaço para as políticas significativas de um Estado de bem-estar, e para a defesa, pelos liberais e social-democratas, do “pleno emprego”. Entretanto, pelas mesmas razões, uma vez que chegou ao fim a dinâmica expansionista, constituída em grande parte sobre as bases da indústria armamentista, tornando necessário que os partidos nos parlamentos ocidentais começassem a procurar novas respostas para a crise fiscal crescente do estado, Keynes se tornou um problema embaraçoso, e não uma vantagem (2002, p.334).

Hoje, com o aumento do desemprego, o padrão de vida (tão louvado pelas propostas keynesianas) reduziu-se ainda mais. Todas as propostas de responder ao desemprego e às demais contradições impostas pelo capitalismo acabaram em fracasso, pois o desemprego, além de não ser solucionado, está aumentando em proporções gigantescas, como assevera Mészáros:

Os “truques” antes celebrados como a grande conquista da “revolução Keynesiana” se mostraram tão relevantes para os problemas da sociedade real quanto os truques de um mágico de circo. E o que torna tudo pior é que, no caso dos Estados Unidos e de um punhado de outros países ocidentais, não estamos falando de dificuldades temporárias e absolutamente compreensíveis do “subdesenvolvimento” e do movimento na direção de um modelo ocidental incontestável, mas das partes mais privilegiadas do “capitalismo avançado”, que deveriam ter deixado para sempre todas essas dificuldades no passado distante (2002, p.336).

As formas de gerir as contradições iminentes do sistema do capital impulsionaram abertamente o aumento do desemprego em massa. A garantia do pleno emprego foi uma forma de acalmar a força de trabalho. Mas sua efetivação passa bem longe da proposta do sistema do capital, pois o interesse do capital implica sempre grandes massas supérfluas e assim intensificar o controle sobre elas. Não somente o controle, mas garantir o seu desenvolvimento sacrificando grandes massas humanas nas fileiras do desemprego. Esta contradição tornou o desemprego global. Segundo Mészáros, “então o desemprego em massa

começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital” (2002, p.333).

Com a ativação dos limites absolutos do capital, o fenômeno do desemprego torna-se uma contradição ainda maior. Este fenômeno é de um lado um instrumento estratégico para o capital responder a suas contradições, de outro, representa um perigo para o sistema, pois as contradições aumentam quando seus limites são ativados. O desemprego crônico é um dos limites absolutos do capital e, como tal, qualquer resposta imediata agrava ainda mais o problema. Para Mészáros,

a tendência do desemprego crônico que se desenvolve sob os imperativos estruturais objetivos e o controle necessariamente impiedoso do capital sobre o mundo – ou seja, sua afirmação de um antagonismo fundamental que ativa outro limite absoluto do sistema do capital – só pode intensificar as tensões internas disruptivas do modo dominante de reprodução sociometabólica em *todos* os planos e em *todos* os países. Deve ser este o caso mesmo que se explore a dor amplamente sentida do desemprego crescente nos países de capitalismo avançado para colocar trabalhador contra trabalhador e incentivar uma comunidade fictícia de interesses entre capital (que diz ‘regionalmente ameaçado’ pelos ‘países do Terceiro Mundo do que estão se enriquecendo massivamente’) e trabalho (2002, p.341).

A incontrolabilidade do sistema do capital mediante a ativação dos limites absolutos do capital é algo cada vez mais ameaçador, pois o capital para garantir a sua estabilidade como sistema do controle irá passar sempre por cima das reais necessidades da humanidade. Ele já teve condições de responder às suas contradições internas, mas com a crise estrutural do capital seus antagonismos, além de não serem administrados com êxito permanente, ainda agrava ainda mais o problema. Esta tendência ativa as consequências do desemprego. Como demonstra Mészáros:

Assim, a “explosão populacional” sob a forma do aumento do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados representa um perigo sério para a totalidade do sistema, pois acreditava-se no passado que o desemprego maciço fosse algo que só afetasse as áreas mais “atrasadas” e “subdesenvolvidas” do planeta. Na verdade a ideologia associada a este estado de coisas poderia ser – e, com um toque de cinismo, ainda o é – usada para acalmar o operariado dos países “avançados” com relação à sua suposta superioridade concebida por deus. Entretanto, como uma grande ironia da história, a dinâmica interna antagonica do sistema do capital agora se afirma [...] como uma tendência devastadora numa *força de trabalho crescentemente supérflua* (2002, p.341).

Com isso percebemos que, hoje, o desemprego adquire uma nova forma como instrumento de controle do capital, porque sua expansão não está apenas presente nos lugares mais atrasados, mas seu deslocamento atinge os lugares mais avançados do sistema do capital.

As contradições o capital coloca para a humanidade na forma do desemprego são uma das tendências explosivas, aumentando ainda mais o controle do capital sobre o trabalho. O desemprego torna-se explosivo pelo fato de que sua expansão atinge quase todas as atividades produtivas em todo o mundo. Mézáros esclarece:

Pois uma coisa é imaginar o alívio ou remoção do impacto negativo do desemprego em massa de um, ou mesmo mais de um, país particular [...]. Entretanto, outra coisa completamente diferente é sonhar essa solução quando a doença afeta todo o sistema, estabelecendo um limite óbvio ao que um país pode fazer para “mendigar ao vizinho”, ou mesmo o resto do mundo, caso se trate do país hegemônico mais poderoso, caso dos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Sob essas circunstâncias, ativa-se a “explosão populacional”, sob a forma de *desemprego crônico*, como um limite absoluto do capital (2002, p.333).

Esta é a consequência do desemprego crônico atingindo o mundo. Como assevera Mézáros: “Na realidade, até na parte mais privilegiada do sistema do capital o desemprego em massa, a mais grave das doenças sociais, assumiu proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista” (2002, p.225).

Deste modo, como vimos, tanto nos países periféricos como nos países de primeiro mundo estão engrossando as fileiras do desemprego, pois este fenômeno atinge quase todos os setores de atividade produtiva e neste processo nenhum país está imune aos problemas causados pelo desemprego. Assim, os indicadores do novo padrão do desemprego assinalados por Mézáros são recentemente expostos pela revista “Carta Capital”⁶⁸:

O índice de desemprego nos Estados Unidos subiu para 8,1% em fevereiro, o maior em um quarto de século. Para os que acabam de perder o emprego, as chances de encontrar outro rapidamente são as piores desde que a série histórica foi iniciada, há 50 anos. Na China, 20 milhões de trabalhadores migrantes foram demitidos. A indústria têxtil do Camboja, sua principal fonte de exportações, cortou um em cada dez trabalhadores. O estouro da bolha de construção na Espanha fez o índice de desemprego aumentar dois terços em um ano, chegando a 14,85% em janeiro. E no Japão, onde o desemprego oficial era praticamente desconhecido, dezenas de milhares de trabalhadores com contratos temporários perdem não apenas o emprego, mas também moradia oferecida pelos empregadores (2009, p.34).

Deste modo, a partir dos indicadores da crise estrutural do capital, os índices de desemprego são cada vez maiores e mais intensos. A condição de desempregados é ainda pior

⁶⁸ NÓS E O MUNDO: O emprego em xeque. São Paulo. 25 de março de 2009. *Carta Capital*, p.34-38. Texto original extraído do jornal *The Economist*.

nos últimos anos, pois o retorno ao trabalho nem sempre é mais possível para as grandes massas desempregadas, já que somente um número relativamente baixo retorna ao trabalho, de acordo com os interesses de reprodução do capital, mediados pelos limites absolutos do sistema. A nosso ver, em face da nova forma do desemprego, o sistema do capital controla de forma mais reificada o trabalho.

4.2. A flexibilização do trabalho como saída ao desemprego

Como vimos no item anterior, o desemprego é permanente. E neste processo o capital controla os trabalhadores a partir das consequências contraditórias estabelecidas pelo desemprego, como forma de garantir os seus objetivos lucrativos. Como controle do capital, o desemprego, mesmo sendo uma demanda não-integrável do sistema do capital, o sistema a todo momento tentar solucioná-lo para garantir estratégias lucrativas através de um maior dispêndio de força de trabalho e mediante a precarização do trabalho. Assim, como o desemprego não pode ser assimilado pelo sistema de reprodução do capital, práticas que privilegiam a flexibilidade no trabalho são cada vez mais constantes, como forma de responder ao desemprego. A nosso ver, esta tendência à flexibilização como consequência do desemprego acarreta um maior domínio do trabalho pelo capital.

Neste sentido, até certo ponto, o capital consegue assegurar uma maior produtividade para a sua expansão. No entanto, esta prática impulsiona uma série de contradições, tais como: diminuição de garantias trabalhistas, precarização do trabalho, redução dos salários etc.; portanto, a tendência do capital em tentar responder ao desemprego agrava ainda mais as sequelas do desemprego crônico. As consequências do desemprego em massa são cada vez mais catastróficas para o próprio sistema do capital. De acordo com Mészáros⁶⁹, acerca dos imperativos do controle do capital sobre o trabalho “a multiplicação incontrolável da força de trabalho supérflua representa não apenas uma drenagem enorme de recursos do sistema, mas também uma carga potencialmente explosiva extremamente instável (2002, p.341-342).

O desemprego, neste processo, pode ser posto em duas frentes à classe operária. Como assevera Mészáros:

Estamos testemunhando: 1) um desemprego que cresce cronicamente em todos os campos de atividade, mesmo quando é disfarçado como “práticas trabalhistas flexíveis” – um eufemismo cínico para a política deliberativa de

⁶⁹ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Carlos Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial; e 2) uma redução significativa do padrão de vida até mesmo daquela parte da população trabalhadora que é necessária aos requisitos operacionais do sistema produtivo em ocupações de tempo integral (2002, p.342).

O desemprego, mesmo disfarçado com práticas flexíveis, é observado em quase todas as atividades produtivas. As práticas flexíveis são bem integradas ao sistema do capital para poder responder ao desemprego. A flexibilização do trabalho é hoje propagada com muita facilidade, como se fosse bem-vinda para solucionar os problemas que os trabalhadores enfrentam. No entanto, podemos dizer que esta prática precariza o trabalho, ocasionando um relativo aumento da taxa de exploração do trabalho em tempo parcial. Com esta estratégia do capital as condições de sobrevivência dos trabalhadores são ainda mais reduzidas no que se refere ao padrão de vida. A alternativa do dia é: ou estão submetidos a trabalhos flexíveis ou estão nas fileiras cada vez mais extensas da população supérflua. Portanto, por essas argumentações o desemprego é camuflado com práticas flexíveis, solução esta que agrava ainda mais o problema.

Uma das consequências do desemprego é o aumento do trabalho flexível, que intensifica ainda mais a exploração. Hoje, com o trabalho parcial, no entanto com mais dispêndio de força de trabalho, sem estabilidade, e a redução sempre crescente dos direitos trabalhistas.

Qualquer proposta para responder às formas desumanas do desemprego só agrava o problema; é o caso da flexibilização do trabalho, pois as “soluções” se fundamentam no círculo vicioso do capital, o lucro e não os interesses da humanidade, pois do contrário não seria o sistema do capital. Sua estrutura se apoia numa teia de contradições que impulsiona a vida humana à mais degradante condição de existência, intensificando ainda mais o seu controle sobre o trabalho na forma do desemprego crônico. Claro que o sistema do capital reconhece que os problemas são abrangentes, mas não pode responder às causas dos problemas, e suas consequências agravam ainda mais os antagonismos estruturais, mantendo o seu controle sobre o trabalho de maneira mais intensa.

Desta maneira, o aumento da flexibilização, mediante o desemprego, é visto como uma tendência para expansão e acumulação do capital, sendo acompanhado por vários problemas sociais, como o aumento da desigualdade social, o pauperismo, a fome, entre outros. No entanto, a prática da flexibilização não só não responde ao desemprego, mas interage forçosamente com ele no sentido de sua ampliação. Por isso que o desemprego não

pode ser respondido de maneira eficaz para o trabalho; como vimos no capítulo anterior, é uma demanda não-integrável. Portanto, com a nova modalidade do desemprego, segundo Mészáros⁷⁰, “se torna impossível encontrar remédios e soluções parciais para o problema do desemprego em áreas restritas, em agudo contraste com as décadas do pós-guerra de desenvolvimento em alguns países privilegiados, nos quais os políticos liberais poderiam falar sobre *pleno emprego em uma sociedade livre*” (2007, p.145).

Não podemos perder de vista que a tendência globalizante do capital sempre imperou no sistema, no entanto, com a consolidação e a maturidade do sistema na sociedade capitalista, a questão da globalização tem proporcionado uma dinâmica ainda maior para autoexpansão do sistema do capital e ao mesmo tempo tem ampliado a exploração do trabalho. Assim, a globalização nos dias atuais acarreta um maior dinamismo, que intensifica os problemas econômicos e sociais. Este novo dinamismo para o capital tem um papel fundamental na extração dos lucros para o capital, na forma da ampliação do desemprego. Um dos motivos de atuação da globalização é proporcionar ao grande capital estratégia que mobilize os setores da produção para lugares com mãos de obras mais baratas, e com isso mais lucrativos para o capital. Com essa função é frequente o desemprego em massa em vários países do mundo. No entanto, tal estratégia só é possível com a permanência do controle sobre o trabalho, impulsionado pela mercantilização da força de trabalho. Esta estratégia do capital é perturbadora para o trabalho. Nas palavras de Mészáros:

Nos últimos anos, um grande número de discursos propagandearam as virtudes universalmente benéficas da “globalização”, deturpando a tendência de expansão e integração globais do capital como um fenômeno radicalmente novo destinado a resolver todos os nossos problemas. A grande ironia da tendência real do desenvolvimento – inerente à lógica do capital desde a constituição inicial desse sistema séculos atrás, e que atinge sua maturidade em nosso próprio tempo de uma forma inextricavelmente associada à sua crise estrutural – é que o avanço produtivo desse modo antagônico de controle do metabolismo social lança uma parcela cada vez maior da humanidade na categoria de *trabalho supérfluo* (2007, p.145).

A globalização gera um aumento cada vez maior do desemprego, garantindo, desta forma, o aumento de controle do capital sobre o trabalho. A tendência globalizante do sistema do capital não é algo novo, ela sempre existiu, no entanto, atinge sua maturidade na atualidade. A globalização neste processo de aumento de controle do capital sobre o trabalho é colocada como se fosse capaz de resolver os problemas que a humanidade está enfrentando,

⁷⁰ Mészáros, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

na forma do desemprego crônico. No entanto, sua consolidação agravou ainda mais o problema, pois, como vimos, o sistema do capital monta estratégias para o seu próprio benefício e não do trabalho, já que os interesses de ambos são opostos e conflitantes.

Assim, o desemprego como demanda não-integrável torna-se uma contradição cada vez mais explosiva, pois mesmo que este fenômeno seja conflitante para o próprio sistema, o capital tenta a todo custo mantê-lo como forma de controle. Segundo Mészáros,

a necessidade da produção de desemprego, ‘enxugamento’ etc., surge necessariamente dos imperativos produtivos antagônicos do capital que buscam o lucro – e a acumulação – a que não pode absolutamente renunciar, de modo a restringir-se de acordo com os princípios racionais e humanamente gratificantes. O capital deve manter seu impulso inexorável em direção aos seus alvos e perde a capacidade de controlar o metabolismo social de reprodução. Não há a interposição, nem sequer a mínima atenção às considerações humanas. Eis por que emerge pela primeira vez na história um sistema dinâmico – e dinamicamente destrutivo em suas implicações últimas – de controle sociometabólico auto-expansivo, que elimina cruelmente, se necessário, a esmagadora maioria da humanidade do processo de trabalho. Esse é hoje o significado profundamente perturbador da globalização (2007, p.146).

O sistema do capital se reproduz com o enxugamento dos setores produtivos cada vez mais frequente na direção de seu objeto, a autoexpansão, por mais danosa que seja para o conjunto da humanidade, pois do contrário perderia sua função de controle da ordem sociometabólica do capital. Portanto, as condições humanas são desconsideradas. Estas práticas do impulso de controlar cada vez mais o trabalho aumentam suas capacidades destrutivas. É por isso que o desemprego é uma forma de controle da ordem sociometabólica do capital. Com a ativação dos limites absolutos do capital, as condições de sobrevivência dos trabalhadores são cada vez mais diminuídas; por conseguinte, o agravamento das consequências destrutivas do capital não pode ser resolvida por ele. O sistema do capital é incapaz de responder as suas contradições. Nas palavras de Mészáros:

Quando o capital alcança esse estágio de desenvolvimento, não tem como tratar as *causas* de sua crise estrutural; pode apenas perder tempo com esforços e manifestações superficiais. Por conseguinte, uma vez que o capital ‘não pode assegurar a existência de seu escravo’, as ‘personificações’ de seu sistema (para usar a expressão de Marx) procuram resolver o problema encurtando até mesmo os limitados benefícios concebidos ao trabalho na forma do ‘Estado de bem-estar social’ – durante o período pós-guerra de expansão intacta do capital – por meio de sua impugnação e abolição (2007, p.146).

Deste modo, o capital responde as suas contradições agravando ainda mais os problemas, e os maiores prejudicados neste processo são os trabalhadores. O capital, sempre que pode, encurta os direitos do trabalho como forma de responder aos seus antagonismos. Essa é uma das repostas para o problema do desemprego, medidas que agravam ainda mais a precarização do trabalho, a exploração e a desumanização dos homens, ampliando cada vez mais a subordinação do trabalho ao capital. Nos limites do sistema, tanto o desemprego como as demais contradições e problemas sociais iminentes ao capital só podem ser solucionadas com a superação do próprio sistema do capital. Qualquer medida para responder aos problemas que ora se apresentam aumenta ainda mais as consequências dos problemas.

Como vimos no item anterior, houve um tempo em que os problemas sociais seriam resolvidos pela implementação da modernização. No entanto o oposto aconteceu, pois as contradições não se limitam aos países em desenvolvimento, mas a totalidade do sistema do capital foi alcançada. Segundo Mészáros, “as contradições que antes se limitavam, nos contos de fada, em conformidade da ‘teoria desenvolvimentista’ e da sabedoria governamental, às dificuldades supostamente temporárias do ‘subdesenvolvimento’, estão agora se tornando claramente visíveis mesmo nos países capitalisticamente mais avançados” (2007, p.146). É por isso que qualquer reivindicação dos trabalhadores, como forma de diminuir a exploração do trabalho, não pode ser assimilada praticamente pelo sistema de reprodução sociometabólica do capital. É o caso da redução das horas trabalhadas, pois a luta pela diminuição do tempo de trabalho é totalmente incompatível para o sistema do capital, afinal o capital é nutrido pela intensificação do trabalho. Segundo Mészáros: “Pois o êxito duradouro nessa questão só é factível por meio de um intercâmbio sustentado – uma reciprocidade dialética – entre a luta pelo objetivo imediato de reduzir significativamente o tempo de trabalho e a transformação progressiva da ordem social estabelecida, que não pode deixar de resistir e anular todas essas demandas” (2007, p.141).

Os trabalhadores lutam pela redução das horas de trabalho semanais sem perda de salário, mas é algo impossível de ser concebido, pelo fato de que o sistema do capital é nutrido pela intensificação da produção. No entanto, nosso autor demonstra que: “Naturalmente, há sérias dificuldades que precisam ser enfrentadas pelo movimento operário em sua luta por uma redução real das horas de trabalho semanais sem perdas salariais” (2007, p. 148). Portanto, a flexibilização do trabalho, tão bem aceita pelos apologistas do sistema, é uma condição que explora ainda mais os trabalhadores. Mészáros esclarece que:

Os verdadeiros obstáculos confrontados pelo trabalho no presente e no futuro próximo podem ser resumidos em duas palavras: “flexibilização” e “desregulamentação”. Dois dos mais estimados lemas das ‘personificações do capital’ hoje, tanto no comércio quanto na política. Tais termos têm a intenção de soar bastante atraentes e progressistas (2007, p.148).

Deste modo, o papel que a flexibilização exerce como consequência do desemprego é uma estratégia que intensifica a produção à custa do aumento da exploração dos trabalhadores e é considerada como progressiva, mas desmobiliza a luta e aumenta o controle do capital sobre o trabalho, nos moldes da flexibilização. Com isso os trabalhadores são condicionados aos imperativos do sistema do capital através das personificações do capital. Esta é uma condição que é determinada pelo desemprego em nossos dias.

A flexibilização incorpora medidas antitrabalho, pois, como assevera Mészáros, “a ‘flexibilidade’ com relação às práticas do trabalho – que devem ser facilitadas e aplicadas por meio de vários tipos de ‘desregulamentação’ – equivale, na realidade, à implacável *precarização* da força de trabalho. Com frequência, faz-se acompanhar por legislação autoritária antitrabalho” (2007, p.148). As consequências das práticas flexíveis são danosas para o trabalho, no sentido de vários tipos de desregulamentação que são equivalentes à precarização do trabalho. Além de sua efetivação na prática, a flexibilização torna-se legítima na legislação. Assim, para as personificações do capital, a flexibilização é uma saída para responder ao fenômeno do desemprego, uma vez que a desregulamentação poderia levar à criação de postos de trabalho.

No que se refere às reivindicações da redução das horas trabalhadas, entra em cena o papel da flexibilização do trabalho. Segundo o nosso autor:

Espera-se que a “flexibilidade” cuide da concessão das 35 horas, se, em virtude da contingência política, ela se tornar inevitável, como parece verificar-se na França e na Itália. Assim, na França, “alguns ministros estão falando em tornar o mercado de trabalho *mais flexível*, especialmente permitindo que os empregadores variem a carga horária de trabalho semanal de acordo com a demanda sazonal, de modo que as horas trabalhadas por semana sejam calculadas como uma média ao longo do ano”. Espera-se que o mesmo truque alcance resultado na Itália (2007, p.148).

Podemos dizer que o truque da flexibilização no trabalho para a redução das horas trabalhadas na verdade intensifica a produção e, o pior, com menos direitos trabalhistas. Esta prática deixa a impressão de que a flexibilização fornece mais comodidade para o trabalhador, mas o capitalista ganha progressivamente com isso. E se as personificações do capital ganham, o trabalho perde forçosamente, pois são interesses inversamente proporcionais. É por

isso que a preocupação real das personificações do capital, segundo Mészáros, “é promover a ‘flexibilidade do trabalho’ e lutar de todas as maneiras possíveis contra os ‘rígidos mercados de trabalho’” (2007, p.148).

A desregulamentação em nome da acumulação torna-se a ordem do dia, como forma de responder ao fenômeno do desemprego. Enquanto muitos postos de trabalho tornam-se flexíveis, o sistema do capital aumenta a sua produtividade, e quando pode, aumenta a carga horária de trabalho. Mészáros afirma que “a selvageria real do sistema continua firme, não somente expulsando cada vez mais pessoas do processo de trabalho, mas, com uma contradição característica, também *prolongando* o tempo de trabalho, sempre que o capital consegue fazê-lo impunemente” (2007, p.150).

Com a ativação dos limites absolutos do capital, pela crise estrutural, estas medidas não são suficientes para responder aos problemas iminentes ao sistema do capital. Mesmo assim, o capital irá sempre oprimir os trabalhadores na forma do desemprego, como controle de reprodução da ordem sociometabólica do capital, colocando uma condição de trabalho ainda pior e a intensificação da exploração do trabalho, pois, como vimos, o trabalho *superfluo* é uma condição indispensável para o processo de trabalho. Podemos dizer que o imperativo de dominação do capital sobre o trabalho, além de ser um fenômeno global, é intensificado na forma do desemprego crônico.

O capital sempre tenta impor seu domínio para o trabalho, pois sem o trabalho o capital não é capital, e para ser legitimado como tal, em plena ativação dos limites absolutos do capital – em que muitas concessões já não podem ser mais objetivadas para o trabalho –, o sistema do capital precisa intensificar o seu controle sobre o trabalho mais do que nunca. O desemprego, por sua vez, é um indicador para tal objetivo na atualidade, mesmo sendo uma dinamite social para o próprio sistema. A realidade que a humanidade enfrenta, segundo Mészáros, é que o

desemprego está aumentando perigosamente, sendo preciso tornar as condições de trabalho piores do que jamais foram ao longo período pós-guerra de desenvolvimento e expansão do capital, o que inclui não apenas a grande intensificação de regimes de trabalho exploradores em nome da ‘flexibilidade’, mas também – o que é bastante incompreensível para muitas pessoas – o imperativo de uma semana de trabalho mais longa (2007, p.151).

Essas são as consequências da flexibilidade como resposta ao desemprego crônico. Deste modo, o aumento da exploração do trabalho não é deixado de lado, pelo contrário, ele é intensificado, além do aumentar o tempo para o trabalho. São consequências danosas para o trabalho. Um preço a ser pago pelo trabalho até o momento de sua libertação via superação do

capital. As práticas flexíveis são consequências do aprofundamento do controle do capital sobre o trabalho de forma destrutiva. Com isso, os direitos dos trabalhadores são cada vez mais limitados e restringidos, aumentando a insegurança no trabalho e a precarização. Esta é uma condição em toda parte do mundo. Pois, segundo Mészáros,

hoje – uma vez que o capital precisa encurtar sem cerimônias até mesmo suas concessões passadas, em lugar de consentir novas – é completamente impossível realizar sequer os objetivos mais imediatos e limitados do sindicalismo tradicional sem tomar o caminho que conduz a uma transformação social fundamental (2007, p.154).

Nos limites deste sistema é impossível qualquer alternativa de solução. Pois, com a crise do capital, mais do que nunca o sistema precisa estabelecer o retrocesso dos direitos trabalhistas. De acordo com nosso autor: “A novidade radical de nosso tempo é que o sistema do capital não está mais em posição de conceber absolutamente nada ao trabalho, em contraste com as aquisições reformistas do passado” (2007, p.157). Mészáros ainda esclarece que:

É por isso que, no presente período histórico, até mesmo os objetivos *limitados* e modestos do trabalho – como as 35 horas semanais de trabalho – só podem ser realizados por meio de uma ‘mudança da sociedade’, uma vez que *objetivamente* eles contestam a ordem socioeconômica e política estabelecida (em outras palavras: todo o sistema de decisão) sob a qual “o bolo econômico da nação” é produzido e distribuído (2007, p.157).

Em tempos de crise estrutural são inevitáveis as contradições cada vez mais acirradas, pois qualquer demanda que não seja assimilada pelo sistema do capital como algo benéfico para o sistema é descartada como uma demanda não-integrável. O capital só é capaz de responder a algumas contradições se estas gerarem benefícios para o próprio sistema e assegurarem o lucro e a reprodução sociometabólica do capital como controle mais dinâmico de toda a história.

A questão da reposta ao desemprego a partir da flexibilização do trabalho é uma demanda integrável até o ponto em que for favorável e assimilada com eficácia para o sistema do capital. A realidade – sempre dinâmica – é quem irá subsidiar os outros passos do capital, montando estratégias para manter seu comando sobre o trabalho. Agora, o desemprego crônico e até mesmo a redução das horas trabalhadas são problemas que não podem ser integráveis pelo capital na forma de concessões em benefício do trabalho. Nas palavras de Mészáros:

Naturalmente, as 35 horas semanais de trabalho – ainda que pudessem ser concedidas de forma genuína, e não sorrateiramente anuladas de diversas maneiras, como já se planeja e pratica com cinismo – não poderiam resolver

o problema monumental e cada vez maior, bem como grave do ponto de vista socioeconômico, do desemprego (2007, p.158).

Portanto, as 35 horas semanais de trabalho não podem resolver a questão do desemprego, pois o capital é incapaz de considerações humanas, conforme Mészáros: “Conhece apenas uma única maneira de administrar o tempo de trabalho: pela *máxima exploração do ‘tempo de trabalho necessário’ da força de trabalho empregada*, e ignora totalmente o *tempo disponível* existente na sociedade em geral, porque não pode daí extrair o lucro” (2007, p.158).

Deste modo, como vimos no segundo capítulo, o capital se fundamenta pela extração do excedente de trabalho, portanto, o tempo disponível dos trabalhadores é descartado. No entanto, esta é uma tendência contraditória. Como prova Mészáros:

Eis o que dispõe limites intransponíveis ao capital no que se refere à sua forma de tratar o problema do desemprego. Há nisso algo bastante paradoxal: na verdade, profundamente contraditório. Pois o sistema produtivo do capital *de fato* cria *tempo supérfluo* na sociedade como um todo, em uma escala cada vez maior. Contudo, é inconcebível que reconheça a existência *de jure* (isto é, a legitimidade) de tal tempo excedente socialmente produzido como tempo disponível potencialmente mais criativo que todos nós possuímos e que poderia ser utilizado em nossa sociedade para a satisfação de muitas das necessidades humanas hoje cruelmente repudiadas, desde as exigências de educação e saúde, até a eliminação da fome e da desnutrição em todo o mundo. Ao contrário, o capital tem de assumir uma postura *negativa/destrutiva/desumanizadora* diante dele. Com efeito, deve desconsiderar insensivelmente o fato de que o conceito de *trabalho supérfluo*, com seu *tempo supérfluo*, na realidade se refere a *seres humanos vivos* e dotados de capacidades produtivas *socialmente* úteis – ainda que *capitalisticamente* sobejadas ou inaplicáveis” (2007, p.158-159).

Podemos dizer que o tempo é subordinado em proveito do sistema do capital, o tempo livre é incompatível com os interesses do capital. No entanto, conforme Mészáros, sem o tempo disponível

não é possível sequer suscitar a questão da emancipação dos indivíduos com relação à tirania das determinações fetichistas e das iniquidades gritantes. Mesmo a realização de nossos limitados objetivos exigirá a *mobilização de massa* das pessoas empregadas e *desempregadas*, orientada pela *solidariedade* com os problemas que todos somos obrigados a compartilhar, se não hoje, por certo amanhã (2007, p.159).

É por isso que o sistema do capital tenta a todo momento manter o seu controle sobre o trabalho, fundamental na fragmentação do trabalho, no sentido de anular a solidariedade entre os trabalhadores tanto dos que estão inseridos na produção quanto dos que estão nas fileiras da superpopulação relativa. Neste processo, Mészáros nos adverte que:

Se nos importarmos com o problema do desemprego, devemos dedicar nossos recursos a esse objetivo. Somente um movimento de massa socialista radical pode adotar a alternativa estratégica de regulação da reprodução sociometabólica – uma necessidade absoluta para o futuro – fundada no *tempo disponível*. Pois, devido às restrições e contradições intransponíveis do sistema do capital, toda tentativa de introduzir o *tempo disponível* como o regulador dos intercâmbios sociais e econômicos – o que significa obrigatoriamente colocar à disposição dos indivíduos um grande montante de *tempo livre*, liberado pela redução do tempo de trabalho muito além dos limites até mesmo de uma semana de trabalho de 20 horas – agiria como *dinamite social*, fazendo a ordem reprodutiva estabelecida explodir pelos ares. Pois o capital é totalmente incompatível com o tempo livre utilizado de modo autônomo e significativo pelos indivíduos sociais livremente associados (2007, p.159-160).

O tempo livre não é uma demanda integrável pelo sistema de reprodução sociometabólica; tal reivindicação pela diminuição das horas de trabalho é algo impossível de ser assimilado pelo sistema. A solução para a humanidade encontra-se na superação da dominação do trabalho pelo capital. Deste modo, o tempo livre só será possível em uma sociedade cujo fundamento esteja alicerçado no trabalho associado.

A questão do desemprego como forma de controle da ordem sociometabólica do capital não pode ser resolvida pela flexibilização ou para qualquer outra estratégia imposta pelo sistema do capital. Estas medidas concebidas e assimiladas pela reprodução sociometabólica do capital agravam as condições de existência dos trabalhadores e do conjunto da humanidade. É com esses agravantes que o sistema do capital prossegue com seu dinamismo destrutivo para manter a todo custo a ordem estabelecida mediante o controle e a opressão. O desemprego neste processo é um dos instrumentos de controle para a reprodução do sistema do capital. No entanto, como o sistema do capital é fundamentado por contradições diversas, a problemática do desemprego, que por sua origem é a alavanca para a produção, tornou-se também um dos mais explosivos antagonismos já reproduzidos pelo sistema do capital. Hoje, mais do que nunca, continua presente a necessidade de transcender o mais dinâmico processo que controla todas as relações humanas a partir da luta dos trabalhadores na busca de ir além do capital, como forma de eliminar as contradições impostas pelo sistema do capital.

4.3. O fenômeno do desemprego no mundo globalizado: contradições e desdobramentos

Como vimos acima, os índices de desemprego são ainda mais alarmantes nos últimos anos. Neste processo, a problemática do desemprego em nossos dias torna-se explosiva sem

precedentes históricos. Vimos também que o desemprego adquire uma nova forma de expansão em face da crise estrutural do capital, e suas consequências são cada vez mais danosas e irrefreáveis nos limites desta sociabilidade. Esta nova fase do desemprego impulsiona um novo dinamismo que repercute o mundo globalizado.

A partir desses argumentos, tendo em vista as implicações destrutivas ocasionadas pelo fenômeno do desemprego crônico, alguns pesquisadores e técnicos da área investem em alternativas na tentativa de responder às consequências do desemprego: uns viabilizam benefícios sociais via setor público, outros propõem alternativas para a qualificação profissional a partir da intervenção do Estado, etc. No entanto, nenhuma destas alternativas ou propostas sobre o fenômeno do desemprego crônico mostrou-se capaz de romper os efeitos do desemprego e tampouco de conter esta problemática.

No entanto, permanecendo como tudo está, ou seja, a manutenção do controle sobre o trabalho, a alternativa para o problema do desemprego proposta por Mészáros⁷¹ é a redução no número de horas para o trabalho. Nas palavras do autor:

Com certeza, tudo o mais permanecendo igual, a alternativa racional ao inevitável impacto desestabilizador do desemprego seria uma grande redução no número de horas passadas no local de trabalho, digamos a metade, de forma a se fazer sentir e se ajustar ao porte do problema, dando oportunidade de emprego a muitos milhões. Mas, é claro, tudo o mais não é igual. Pois a adoção desta solução sob as condições atuais de produção geraria *ipso facto* o 'lazer' (ou seja, tempo livre à disposição dos indivíduos) e a instabilidade que a acompanha em escala inimaginável. Assim, mesmo se uma solução como esta fosse economicamente viável dentro da estrutura de um sistema orientado para a maximização de lucros e acumulação – o que ela não é, como demonstra a rejeição sistemática até mesmo das demandas modestas dos sindicatos de redução da carga horária semanal –, a adoção deste curso de ação ainda iria produzir dinamite social na ordem social dada, totalmente sem rumo. Pois, sob as condições de vida atuais, o único objetivo praticável que poderia aspirar a receber legitimidade social o que é estreita e necessariamente determinado pelo capital, como a força controladora e o princípio orientador absoluto da reprodução sociometabólica (2002, p.343).

Assim, a redução do tempo de trabalho como alternativa para responder às consequências do desemprego não é possível de ser integrada aos interesses do capital, pois, como demonstra Mészáros: “Por outro lado, o que poderia ser uma alternativa óbvia à deterioração do emprego – que às vezes é defendida por reformadores bem-intencionados – não tem a menor chance de aprovação” (2002, p.343). Como vimos no item anterior, o

⁷¹ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Carlos Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

sistema do capital é incapaz de reduzir as horas trabalhadas e desta forma contratar mais trabalhadores, pois o capital não iria lucrar com tal procedimento. O tempo livre à disposição dos trabalhadores só é vantajoso para o capital na forma do desemprego. Mas para os trabalhadores no processo de produção o tempo livre iria conduzir de qualquer forma a uma dinamite social, pois faz parte da boa saúde do sistema a garantia de seu funcionamento e controle da extração cada vez maior da força de trabalho produtiva, com intensificação de horas para o trabalho, se possível.

O desemprego está presente no capitalismo enquanto durar a regência do capital sobre o trabalho. Mesmo sendo ameaçador para o próprio sistema, a explosiva força de trabalho supérflua é ao mesmo tempo necessária para garantir a reprodução ampliada do capital através do controle cada vez mais intenso sobre o trabalho.

A função totalizadora do sistema do capital como o mais dinâmico da história faz emergir contradições que nunca foram vistas em épocas anteriores. E para assegurar seus objetivos de lucros, as condições de sobrevivência serão cada vez mais insuportáveis para a humanidade em geral. A forma totalizadora do capital domina todos os aspectos de produção e as relações humanas e sociais. Tudo se submete aos imperativos do capital. É por isso que o capital tenta, a todo momento, a manter o controle sobre o trabalho. Uma das formas desse controle é o fenômeno do desemprego.

Neste processo, as consequências do desemprego não podem ser resolvidas nos limites do sistema do capital, pelo fato de que este sistema não se submete a restrições. Assim, como vimos no terceiro capítulo, muitas demandas não podem ser assimiladas pelo sistema do capital, pois do contrário poriam em xeque sua existência enquanto mecanismo totalizador. O sistema sociometabólico do capital domina a tudo e a todos, até mesmo os grandes capitalistas se submetem à lógica destrutiva do sistema do capital. Hoje a característica do sistema do capital o torna o mais dinâmico sistema de reprodução, se comparado aos modos de controle de produção anteriores. No entanto, o preço a ser pago, segundo Mészáros⁷², é muito alto, pois o

incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a *perda de controle* sobre os processos de tomada de decisão. Isto não se aplica apenas aos trabalhadores, em cujo caso a perda de controle – seja no emprego remunerado ou fora dele – é bastante óbvia (ainda que *The Economist*, que vê o mundo como se fosse um conto de fadas, possa caracterizar esta desagradável situação como “livre opção econômica”), mas até aos capitalistas mais ricos, pois, não importa quantas ações controladoras eles

⁷² MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Paulo César e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.

possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante. Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio. Adam Smith não tinha qualquer ilusão a este respeito quando escolheu descrever a força controladora real do sistema como “*Mão invisível*” (p.97-98).

A dinâmica do sistema do capital implica uma perda de controle não somente para os trabalhadores, mas para os próprios capitalistas. Não é uma questão moral que impulsiona os interesses dos capitalistas, reprimindo cada vez mais os trabalhadores. Na verdade, os capitalistas também são controlados pelo capital, embora o controle se estruture de forma diferenciada, se comparado ao controle sobre o trabalho. Neste processo, até mesmo os capitalistas são controlados pelo capital. Nas palavras de Mészáros⁷³:

Pois todos os capitalistas têm de se submeter aos imperativos objetivos que emanam da lógica inalterável da expansão do capital. Se não o fizerem, logo deixarão de ser capitalistas, serão expulsos sem cerimônia do processo geral de reprodução pela mesmíssima lógica, inviáveis como pessoa de comando. É inconcebível que o capitalista opere com base no objetivo de ajudar as aspirações da classe trabalhadora. Seria uma contradição nos termos, dada a necessária dominação estrutural do trabalho pelo capital em todas as variedades concebíveis do sistema do capital (2007, p.74).

Os imperativos do sistema do capital controlam os capitalistas. É por isso que as aspirações da classe trabalhadora não podem ser assimiladas pelos capitalistas, pois se assim o fizerem, perdem a condição de capitalistas, afinal, o capital precisa do trabalho na forma de controle e submissão aos ditames do sistema.

Com a manutenção – sempre explosiva e de acordo com as necessidades de reprodução do sistema do capital – do controle do capital acima de tudo e de todos, qualquer alternativa que sirva apenas para contestação de atitudes da burguesia para com os trabalhadores ou simplesmente para responder aos problemas do desemprego nos limites desta sociabilidade, não mudará o dinâmico controle do sistema do capital, e, por conseguinte, os imperativos do sistema sobre as condições de existência dos indivíduos permanecerão os mesmos. Portanto, a superação do desemprego está intimamente relacionada à superação do capital mediante a força ativa do trabalho. Mészáros⁷⁴ nos diz que:

⁷³ MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

⁷⁴ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. César Castanheiro e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

Se, no curso de uma articulação prática viável do projeto socialista – que prevê o controle da reprodução sociometabólica por meio das autodeterminações autônomas dos produtores associados –, este princípio estruturador não for radicalmente superado, o capital há certamente de reafirmar seu poder e encontrar as novas formas de personificação necessárias para manter o trabalho sob o controle de uma “vontade alheia” (2002, p.719).

A reafirmação do domínio do capital sobre o trabalho só dependerá do projeto socialista para pôr em ação a luta dos trabalhadores. É importante esclarecer que o que deve ser superado é o sistema do capital, para pôr fim a qualquer personificação que possa se legitimar a partir do controle de uma classe sobre a outra. De acordo com Mészáros:

Para evitar que o capital dê origem ao capitalista – ou aos seus possíveis equivalentes sob diferentes condições sócio-históricas – é necessário livrar-se completamente do capital, ou seja, da autoperpetuante relação-capital. Em todo contexto em que trata destes problemas, Marx deixa claro que *a relação causal vai do capital ao capitalista*, e não o contrário. Ele deixa igualmente claro que apenas os produtores livremente associados podem superar as contradições subjacentes, pois a relação-capital está, ela própria, fundada na objetivação antagonicamente alienada do trabalho social. Ao mesmo tempo, a relação-capital permanece instável, não importa o grau de poder das forças reproduzidas e progressivamente ampliadas, precisamente por causa desse seu insuperável antagonismo estrutural. Esta também é a razão pela qual a relação-capital, em lugar da sua sociabilidade pervertida sob o comando de um poder separado de controle metabólico, pode ser radicalmente alterada pela reconstituição do processo de trabalho de acordo com seu caráter diretamente social (2002, p.723).

Com a superação do sistema sociometabólico do capital como o mais dinâmico processo de controle e alienador do trabalho, é que o problema de desemprego, como o de qualquer outra contradição, pode ser respondido, já que: “O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a *completa erradicação do capital como modo de controle totalizante* do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o *deslocamento* dos capitalistas da condição historicamente específica de ‘personificações do capital’” (2002, p.451).

Neste processo, se nada mudar a favor do trabalho como sujeito do processo produtivo, o sistema do capital – que é orientado pela expansão – permanecerá o mesmo enquanto perdurar a subordinação do trabalho pelo capital. Enquanto houver a reprodução ampliada do sistema do capital, as contradições econômicas e sociais tendem a crescer. Os índices de desemprego são um dos fatores que impulsionam o capital a controlar a vida humana, pois o número de trabalhadores inseridos vai depender da regência do capital sobre o trabalho.

Importa deixar claro que a mudança da sociedade implica uma ruptura radical da estrutura do sistema do capital para pôr fim à contradição imanente do capital, pois o sistema do capital é totalizador, e somente com a ruptura de todo o sistema de forma global é que pode ser assegurado o fim de todas as implicações negativas da sociedade capitalista. Para Mészáros⁷⁵:

Uma coisa é quando há uma revolução que tem o intuito de ser socialista, com o objetivo de levar a cabo uma transformação socialista da sociedade. Algo muito diverso é quando examinamos o tipo de sociedade que resultou dela. Porque o domínio do capital – ainda que de uma forma bem diferente – persistiu também no sistema pós-capitalista de tipo soviético. Observando-o com maior minúcia, encontramos uma importante conexão com Marx que fala das “personificações do capital”, uma categoria muito importante. Marx usa essa categoria quando trata dos capitalistas privados, já que não havia nenhuma outra forma visível no momento em que vivia. Mas ele percebe, com grande sagacidade, que o que define verdadeiramente os indivíduos que estão no comando do sistema do capital é o fato de que são as “personificações do capital”. E têm de operar sob os imperativos do capital como tal (2007, p.73).

Há uma diferença para uma revolução no intuito de superar a sociedade vivente a partir de sua base de reprodução de uma sociedade que resultou do próprio capitalismo sem eliminar a regência do sistema do capital sobre o trabalho. É o caso das sociedades pós-capitalistas do tipo soviético. Portanto, nunca houve uma sociedade socialista, pois o domínio do capital nas sociedades do tipo soviético ainda persistiu. Neste processo importa esclarecer que as personificações do capital não são apenas os capitalistas, mas aqueles que também, sob o domínio do capital, submetem o trabalho em prol do lucro. Assim, a derrubada da sociedade capitalista não resolve o problema que a humanidade enfrenta, mas sim a derrubada do sistema do capital, pois se este permanecer enquanto controle, ainda permanecerão todas as contradições imanentes a esta lógica. Nas palavras de Mészáros:

Quando pensamos no futuro, à luz de nossa dolorosa experiência histórica, não podemos imaginar uma situação em que a derrubada do capitalismo – nos termos como no passado costumávamos pensar a revolução socialista – resolveria os graves problemas que nos confrontam. Pois o capital é ubíquo; está profundamente engastado em cada área singular de nossa vida social. Por conseguinte, para que tenhamos algum êxito, o capital deve ser erradicado de todos os âmbitos por meio de um processo laborioso de profunda transformação social. As aspirações da mudança socialista em uma base duradoura relacionam-se a isso, com todas as suas dificuldades.

⁷⁵ MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

Cumpra observar constantemente que as personificações potenciais do capital não se impõem sobre os objetivos das revoluções socialistas futuras. Nossa perspectiva deve orientar-se no sentido de delinear e afirmar com êxito as salvaguardas necessárias contra o reaparecimento das ‘personificações do capital’, em toda e qualquer forma nova (2007, p.74).

Somente por uma profunda transformação social dar-se-á a superação do capital a fim de evitar o reaparecimento de novas personificações do capital. Pois, do contrário, ainda irá permanecer a dinâmica de reprodução do capital e seu domínio sobre o trabalho, pois, como afirma Mészáros⁷⁶:

Ao remover os capitalistas da estrutura de tomada de decisões de um país – isoladamente ou em muitos deles – o *comando sobre o trabalho* não é, *ipso facto*, restituído ao trabalho. O proprietário capitalista dos meios de produção funciona como a *personificação do capital*; sem o capital o capitalista não é nada: uma relação cuja recíproca obviamente não é verdadeira. Em outras palavras, seria absurdo sugerir que sem os proprietários capitalistas privados dos meios de produção o capital não é nada. Isto porque as personificações possíveis do capital não estão, de modo algum, confinadas à variedade capitalista privada; nem sequer na estrutura de um sistema “capitalista avançado” (2002, p.719).

Para a superação do sistema do capital como dinâmica totalizadora de controle, o que será decisivo não é apenas a remoção dos capitalistas na tomada da decisão sobre o processo reprodutivo, mas superar de fato o sistema do capital, pois sem o capital no controle da vida humana, os capitalistas perderão sua legitimidade. A ruptura é necessária porque a essência do sistema do capital é fundamentada na busca de lucro conforme sua dinâmica autoexpansiva e de acumulação, mesmo que para isso não entre em consideração a própria vida humana. Sua estrutura de comando é anterior ao capitalismo. É por isso que Mészáros argumenta que:

Não é possível restituir o poder alienado de comando sobre o trabalho ao próprio trabalho simplesmente atingindo as personificações do capital privado, isto ocorrerá apenas quando se substituir o ‘sistema orgânico’ estabelecido como o controlador absolutamente abrangente e dominante da reprodução societária (2007, p.712).

Mészáros ainda comenta: “O antagonismo estrutural do sistema só pode ser removido pela superação radical da própria relação-capital que, como ‘sistema orgânico’, domina completamente o sociometabolismo” (2002, p.724). Somente pela superação do sistema orgânico do capital como controle sociometabólico é que os problemas iminentes aos

⁷⁶ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. César Castanheiro e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

imperativos do sistema serão transcendidos. Com essas contradições, a condição do desemprego, que é indissociável do sistema do capital, será uma constante na vida dos indivíduos, alienando e explorando ainda mais os trabalhadores. Conforme Mészáros: “É por isso que o absurdo do preço a pagar a permanência das condições prevalecentes não pode ser escondido para sempre debaixo das mistificações da ‘sociedade de mercado’ idealizada (2002, p.226).

Na verdade, para propor alguma resposta ao fenômeno do desemprego como controle da ordem sociometabólica ou qualquer contradição imanente ao sistema do capital, é necessário ter em vista a ordem sociometabólica como o mais dinâmico modo de controle na relação capital e trabalho, e este controle só é possível com o comando do capital sobre o trabalho num tipo do trabalho, o trabalho alienado, atrofiado. Portanto, neste processo de contradições, não podemos perder de vista que é o trabalho personificado que nutre a reprodução do sistema do capital, pois é o trabalho alienado quem controla os trabalhadores e ao mesmo tempo funda o sistema do capital na forma capitalista de ser.

Pelo trabalho é que o capital se fundamenta e se reproduz como tal; então é somente pelo trabalho – o real sujeito no processo de reprodução social – que ocorrerá a superação da ordem sociometabólica do capital e de todas as suas contradições imanentes. Portanto, o verdadeiro sujeito da produção é o trabalho e não o capital. É por isso que o processo de produção é sem sujeito, pois o trabalho não controla a produção. O sistema do capital vela as relações mediante a manutenção do controle sobre o trabalho, impulsionando sua incontrolável busca por lucros à custa do trabalho excedente.

Assim, o que é mais perturbador e alienante é que o sistema que controla todas as relações humanas e sociais, impulsionando o desemprego em larga escala, miséria e pauperismo, é um sistema sem sujeito, pois o real sujeito perdeu o seu controle no processo reprodutivo social. Como um sistema sem sujeito é capaz de controlar toda a humanidade? Paniago⁷⁷ esclarece:

Pois o que de fato caracteriza tal modo metabólico de controle é que nenhum sujeito consciente encontra-se no efetivo controle do sistema, senão que toda finalidade reprodutiva deve estar condicionada pela ‘expansão da grandeza’ do valor produzido socialmente. O sistema do capital é genuinamente um ‘sistema de controle sem sujeito’ (*subjectless*). No entanto, como o capital necessita manter o controle sobre o real sujeito da produção, tem de fazê-lo aceitar a subordinação a um pseudo-sujeito, qual seja às personificações do capital. A condição absoluta para o funcionamento do capital é poder exercer ‘comando sobre o trabalho’; para isso, utiliza-se das modalidades de

⁷⁷ PANIAGO, Cristina S. *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*. Maceió: Eudafal, 2007.

comando as mais diversas, em respostas às mudanças históricas, devendo tal condição permanecer sempre, enquanto existir o capital (2007, p. 185).

O sistema do capital controla o trabalho sem nenhum sujeito consciente. O verdadeiro sujeito é controlado pelo capital e se submete a ele, daí a alienação. As consequências desses antagonismos são cada vez mais danosas para o trabalho. É o caso do desemprego como forma de controle para conter e desmobilizar os trabalhadores; esse mecanismo estratégico impulsiona ainda mais os conflitos imanentes ao capital. Na forma do desemprego, a estratégia de controle do capital é ainda maior, mantendo o comando sobre o trabalho. O trabalhador se submete cada vez mais à exploração para continuar no emprego. O capital como pseudosujeito tenta a todo custo controlar o trabalho, pois do contrário deixaria de ser capital. De acordo com Mészáros⁷⁸:

Entendido como sujeito, o capital é um sujeito *usurpado*, não apenas *supérfluo*, mas também *danoso* e cada vez mais destrutivos pelas exigências de um processo racional de produção. Mesmo nas descrições clássicas dos mais entusiásticos defensores do sistema, a consciência atribuída a este sujeito está localizada *fora* da cabeça dos tomadores de decisões particulares. A correção de suas decisões é estimulada com base na condução da ‘*mão invisível*’, mas o corpo ao qual esta mão está presa, junto com a cabeça infinitamente benevolente e superior – que a tudo abarca –, permanece um completo mistério. É assim que, para o benefício de todos, o modo moralmente acertado e economicamente correto de interação global pode não apenas ser *admitido* gratuitamente mas também isento, *a priori*, de todo escrutínio crítico mesmo diante dos maiores distúrbios possíveis, já que estes supostamente serão, feliz e necessariamente, resolvidos mais cedo ou mais tarde pelo dono da “mão invisível” (2002, p. 714-715)

A base que fundamenta o processo de produção controlado pelo capital é permeado por alienações, em que o capital é um pseudosujeito. O sistema do capital entendido como sujeito torna-o um sujeito usurpado, pois na verdade ele não é o verdadeiro sujeito da produção, mas é *supérfluo*, sendo controladas todas as relações de produção e humanas. As personificações do capital são também controladas pelo capital. É neste processo que as contradições e os males para o trabalho são impulsionados e cada vez mais intensificados. É por isso que Mészáros aduz que:

Não é possível restituir o poder alienado de comando sobre o trabalho ao próprio trabalho simplesmente atingindo as personificações do capital privado, isto ocorrerá apenas quando se substituir o ‘sistema orgânico’

⁷⁸ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. César Castanheiro e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

estabelecido como controlador absolutamente abrangente e dominante da reprodução societária. Isto requer a auto-emancipação substantiva do trabalho, ao contrário da ficção jurídica de emancipação tragicamente perseguida sob a dependência do fetichismo herdado do capital – na qualidade de ‘mecanismo’ e entidade material capaz de ‘acumulação’ socialista’ – sob os sistemas pós-capitalistas de tipo soviético. O fato de o próprio capital, que na visão de Marx terá de ser completamente superado, estar tão profundamente enraizado na história – cujas origens remontam pelo menos à Antiguidade grega e romana – só pode acentuar o grande peso material desta simples verdade (2002, p.712).

O que torna a relação-capital sustentável é a permanência do controle do capital sobre o trabalho, mediante uma dupla cisão do trabalho, ou seja, o sistema do capital se fundamenta de um lado na alienação do trabalho – com a perda de controle do trabalho no processo produtivo social; no entanto, com o controle do capital sobre o trabalho, o trabalho perde o controle de forma direta do processo de reprodução social e, por outro, pelo trabalho social a partir da fragmentação do trabalho. Mészáros, para tratar da dupla cisão, destaca duas situações: Primeira:

o sujeito real do processo de produção se objetiva na forma de trabalho alienado/capital, perdendo portanto seu caráter de sujeito, como a capacidade necessária para o *controle global* do processo de reprodução social, apesar de ser forçado a reter, de forma reveladoramente contraditória, a capacidade consciente de realizar as incontáveis tarefas produtivas *particulares* diretamente designadas pela personificação do capital (2002, p. 713).

Segunda, pelo trabalho social ocorre a fragmentação do trabalho, que Mészáros demonstra ser

absolutamente necessário para o avanço do processo de produção do capital, está cindido e seus fragmentos confrontam o capital tanto no domínio da produção como no da distribuição enquanto trabalhadores *isolados*. Esta relação predomina do interesse de manter o controle do capital social total sobre a totalidade do trabalho pelo modo historicamente praticável de competição – diretamente mediada econômica ou politicamente – entre a fragmentada multiplicidade do trabalho (2002, p.713).

Com esses argumentos, entendemos que o processo em que é legitimado o sistema do capital é, de um lado, a perda de controle do trabalho mediante a expropriação do capital deste domínio, e de outro, o trabalho social é consolidado no processo produtivo com a fragmentação do trabalho como forma de manter o controle do capital sobre o trabalho.

A nosso ver, um dos aspectos relevantes que impulsionam a problemática do desemprego como controle do capital sobre o trabalho é a presença e intensificação da concorrência entre os trabalhadores, através da fragmentação dos trabalhadores no processo produtivo, ampliando, desta forma, práticas que alienam ainda mais as relações entre os

trabalhadores. Mészáros⁷⁹, ao frisar que o capital não é uma entidade homogênea, esclarece que “a ‘totalidade do trabalho’ jamais poderá ser considerada uma entidade homogênea enquanto o sistema do capital sobreviver” (2007, p.66). Essa é uma realidade que se intensifica com o aumento das contradições do sistema do capital, pois mais do que nunca a concorrência entre os trabalhadores é exposta entre as parcelas de trabalho, tendo em vista o aumento do desemprego que ameaça a totalidade da força de trabalho. Como nos esclarece Mészáros:

Há, necessariamente, inúmeras contradições encontradas sob as condições históricas dadas entre as parcelas do trabalho, que se opõem e lutam umas contra as outras, que concorrem umas com as outras, e não simplesmente parcelas particulares do capital em confronto. Essa é uma das tragédias da nossa atual situação de apuro. E não basta desejarmos que ela não exista. Pois como Marx há muito tempo explicitou: a concorrência aparta os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas ainda mais os trabalhadores, a despeito do fato de que ela os une. Por conseguinte, todo poder organizado que se ergue contra esses indivíduos isolados, que vivem em condições de reprodução cotidiana nesse isolamento, não detém o controle (2007, p.66).

Deste modo, a concorrência entre os trabalhadores intensifica o aumento do controle sobre o trabalho, garantindo uma maior permanência do sistema enquanto reprodução sociometabólica. Com a severidade do desemprego muitos trabalhadores se tornam concorrentes entre si. Assim, nosso autor nos adverte que:

Essas divisões e contradições restam conosco e, em última instância, devem-se explicar pela natureza e funcionamento do capital. É um sistema insuperavelmente contraditório baseado no antagonismo estrutural. É um sistema concorrencial, fundado na dominação estrutural do trabalho pelo capital. Portanto, há necessariamente todos os tipos de divisões sociais (2007, p.66).

A própria dinâmica do funcionamento do capital se apoia na divisão cada vez mais fragmentada dos trabalhadores, garantindo o domínio de todas as relações humanas e sociais. Esta é uma forma que nutre a reprodução do sistema enquanto tal. O capital tenta a todo custo manter o seu controle sobre o trabalho, porque sua razão de ser é a extração do trabalho excedente através da intensificação do seu domínio sobre o trabalho. Esta imposição de controlar cada vez mais o trabalho é uma condição inseparável do sistema, através da separação dos meios de produção e de sua imposição na divisão social hierárquica do

⁷⁹ MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

trabalho. Assim, é inevitável, para exercer o comando sobre o trabalho, a imposição da divisão social hierárquica do trabalho. De acordo com Mészáros⁸⁰:

Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deve se *estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. Colocando de forma simples, o sistema do capital – cuja *raison d'être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira. Por outro lado, nem mesmo a ordem feudal instituiu esse tipo de separação radical entre o controle e a produção material. Apesar da completa sujeição política do servo, que o priva da liberdade pessoal de escolher a terra em que trabalha, no mínimo ele continua dono de seus instrumentos de trabalho e mantém um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si (2002, p.99).

Não basta para o capital a imposição da divisão hierárquica do trabalho, pois, conforme nos adverte Mészáros:

É também forçoso que ela seja apresentada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida. Para esta finalidade, as duas categorias claramente diferentes da “divisão do trabalho” devem ser *fundidas*, de modo que possam caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação como inalterável ditame da “*própria natureza*”, pelo qual a desigualdade estrutural reforçada seja conciliada com a mitologia de “igualdade e liberdade” – “livre opção econômica” e “livre opção política” segundo a terminologia de *The Economist* – e ainda santificada como nada menos que ditame da própria razão (2002, p.99).

Com a crise do capital estes problemas são ainda mais agravados, e o capital procura de forma viável a necessidade permanecer no seu controle sobre o trabalho, impulsionando o seu domínio sobre a humanidade de forma cada vez mais desumana. Hoje, mais do que nunca, o desemprego é uma forma de controle em que o capital impõe aos trabalhadores os limites absolutos do capital ativado pela crise estrutural do sistema do capital, impulsionando o aumento da resignação da força de trabalho. Para citar Mészáros⁸¹:

⁸⁰ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. César Castanheiro e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002

⁸¹ MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue *administrar* medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue *superar* definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la (2007, p.87).

Uma das contradições imanentes à lógica de reprodução do sistema do capital é a geração do desemprego em larga escala, uma tendência que está cada vez mais associada à permanência do controle do capital sobre o trabalho. Nos limites do sistema do capital, é impossível superar tais contradições sem instituir uma alternativa que supere a subordinação do trabalho ao capital.

O capital se fundamenta de modo parasitário a partir do trabalho alienado e fragmentado, em que o trabalho é retirado do processo de controle da reprodução social para dar lugar ao controle, mantido de forma reificada através do capital. A fragmentação do trabalho permite uma maior produtividade para o sistema do capital. Portanto, já que o capital não é o verdadeiro sujeito do processo de reprodução social, pode ser, segundo Mészáros, “transcendido pela eliminação dos fundamentos de sua formação por meio da instituição de um modo de objetivação produtiva não-fetichista [...]” (2002, p. 714).

O único sujeito histórico capaz de pôr um fim aos problemas imanentes do capital como o desemprego crônico é o trabalho, pois, como vimos no texto, o problema crônico do desemprego não poderá ser aliviado com medidas de ajustes voltadas para o benefício do próprio sistema do capital. Nos limites deste sistema, a esperança de encontrar uma saída para tal problema torna-se cada vez mais distante enquanto durar a regência do capital sobre o trabalho. É por isso que Mészáros⁸² afirma:

Qualquer que seja o grau de sucesso das medidas que surjam, ou que sejam compatíveis com os requisitos e limitações básicos do modo de produção capitalista, o fato crucial é – e persiste sendo – que, sob as circunstâncias e condições atuais da produção do capital, a totalidade da força de trabalho se envolve numa confrontação cada vez mais intensa com o capital monopolista – o que traz consigo profundas conseqüências para o desenvolvimento da consciência social (2009, p.69).

Como todas as respostas impostas pelo sistema do capital são paliativos a favor da reprodução sociometabólica do capital, possibilitando um confronto entre a totalidade da

⁸² MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editora, 2009.

força de trabalho e o sistema do capital, elas trazem consequências para a consciência social que, a nosso ver, não se restringem apenas à luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, mas pela mudança social da base que sustenta o sistema do capital como controle sociometabólico. Para se ter uma alternativa ao desemprego como limite absoluto do capital é necessário entender a dinâmica que estrutura o sistema do capital. Pois se o fenômeno do desemprego for respondido apenas na sua consequência, agravará ainda mais os problemas e resultará numa dinâmica ainda mais explosiva de controle. Conforme expõe Mészáros⁸³,

a necessidade de uma transição para uma ordem social controlável e conscientemente controlada pelos indivíduos, como defende o projeto socialista, continua na agenda histórica, apesar de todos os fracassos e decepções. Naturalmente, esta transição exige uma mudança *de era* – um esforço sustentado de ir além de todas as formas de dominação estruturalmente arraigadas – que não pode ser imaginada sem uma reestruturação radical das forças e dos instrumentos existentes de reprodução sociometabólica, em contraste com a tentativa de acomodar os objetivos socialistas às restrições paralisantes das condições herdadas, como aconteceu no passado. Pois a *raison d'être* do projeto socialista é reter a consciência dos objetivos estratégicos de transformação, mesmo sob as condições mais adversas, quando o poder da inércia puxa na direção oposta: a da “linha de menor resistência”, que leva à revitalização da incontrolável força controladora do capital (2002, p.344).

Portanto, enquanto durar o desemprego como forma de controle ou qualquer contradição imposta pelo sistema do capital, permanecerá a necessidade de transcender as bases que legitimam a sociabilidade capitalista, com a superação de todas as barreiras que impedem o desenvolvimento do homem enquanto gênero humano, e assim superar todas as formas de controle que fundamentam e reproduzem a ordem sociometabólica do capital. Deste modo, a questão do desemprego como uma das formas de controle do sistema do capital será superada somente quando for transcendida a ordem vigente, enquanto processo totalizador e controlador de todas as relações humanas e sociais.

⁸³ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

CONCLUSÃO

No processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, o trabalho humano passa de trabalho concreto, útil, para trabalho abstrato, alienado. No entanto, a centralidade do trabalho faz parte da história da humanidade, pois o trabalho concreto, útil, é uma condição de existência para o mundo dos homens, e uma condição eterna para a sobrevivência da humanidade em qualquer sociedade. Na sociedade capitalista, através da propriedade privada e da divisão do trabalho, a relação do homem com a natureza se processa de modo alienado, pois o trabalhador recebe do capitalista o produto dos seus meios de produção; ele recebe em forma de salário o equivalente para a sua reprodução enquanto trabalhador.

Assim, as necessidades reais dos trabalhadores não são contempladas, pois o que prevalece é o imperativo do lucro através da acumulação e expansão do sistema do capital. Nesta condição, ao vender sua força de trabalho o homem é reduzido a coisa, e o capitalista não o vê como produtor de mercadorias, mas como uma mercadoria qualquer. A partir do momento em que o homem se torna uma mercadoria comprada pelo capitalista, as condições de existência e sobrevivência do homem são regidas diretamente pelo controle do sistema do capital, impulsionando uma série de contradições que exploram ainda mais a humanidade em geral – uma dessas contradições é o fenômeno do desemprego. Este fenômeno faz parte da história do capitalismo, ou seja, suas raízes estão alicerçadas no domínio do capital sobre o trabalho na sua forma capitalista, e com o aumento das forças produtivas, as contradições são cada vez mais intensificadas.

Ao analisar o desemprego a partir de sua origem, identificamos que este fenômeno não perdeu sua função social ao longo da história da sociedade capitalista. A partir de Marx, com a análise da dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas do sistema do capital, entendemos que o fenômeno do desemprego, caracterizado como superpopulação relativa, é em sua essência permanentemente vinculado à diminuição da taxa de lucro. No período de crise cíclica este fenômeno é temporário, no entanto permanente no sentido de que o sistema do capital sempre recorre a ele como forma de assegurar a manutenção da reprodução da ordem sociometabólica do capital. Por isso, os nexos causais que conduzem o desemprego como uma ferramenta que traz a boa saúde ao sistema é a mesma na atualidade. A origem do desemprego é identificada por Marx sob os imperativos do sistema do capital; é com base nesta formulação que evidenciamos a relação do desemprego não como algo natural, mas como algo imanente à lógica do sistema sociometabólico. A partir do próprio processo de expansão do capital, através da maquinaria, houve o incremento e a intensificação da

exploração do trabalho que, de certa forma, assegurou ao sistema um menor investimento do capital variável se comparado ao capital constante. Deste modo, o desemprego é um fenômeno presente e persistente em todas as fases da história do capitalismo, quer seja no período de ascendência histórica ou no período de recessão econômica.

Constatamos que com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, o impulso da elevação do lucro gerou a concentração e centralização do capital, mediadas pela acumulação. Neste processo de expansão do capital ocorreu a intensificação das mudanças na composição orgânica do sistema do capital, fazendo diminuir o capital variável em termos proporcionais ao aumento do capital constante, engrossando as fileiras da superpopulação relativa. No entanto, a própria dinâmica do capital que conduz ao aumento do desemprego constitui, a nosso ver, uma contradição para a sua expansão como estrutura totalizadora de controle, pois o desemprego como controle do capital está intimamente relacionado com a queda da taxa de lucro a partir das flutuações do mercado. A diminuição da taxa de lucro a partir do desemprego gera também as crises do capital, que por sua vez são um indicador para a renovação do capital, pois para responder às crises cíclicas ocorre uma maior dinâmica no investimento dos meios de produção, acompanhada do retorno relativo das grandes massas desempregadas. Esta é a dinâmica que reproduz o sistema do capital enquanto processo controlador.

Este movimento de reprodução do capital, no qual o desemprego passa a ser a alavanca para a acumulação do capital, é um dos mecanismos que identificamos no desemprego como uma das formas de controle da ordem sociometabólica do capital. Daí a dinâmica que estrutura o desemprego como funcional ao capital: ora repulsão dos trabalhadores, ora inserção. Isso evidencia o limite de expansão para o desemprego no capitalismo. Na verdade, o desemprego está intimamente relacionado com o movimento da dinâmica autoexpansiva do capital, provocado pelas crises, porque o aumento do desemprego faz parte das contradições ligadas ao capitalismo; no entanto, este fenômeno se expressa de forma relativa, na medida em que o sistema do capital para prosseguir com sua finalidade do lucro depende da mais-valia e, com ela, da elevação da taxa de lucro, e somente pelo trabalho esta finalidade pode ser materializada. Daí o desemprego ser um dos mecanismos de controle mais contraditórios do sistema do capital.

A problemática do desemprego na atualidade vem desencadeando uma instabilidade na reprodução da sociedade, tanto afetando o próprio sistema do capital – conduzindo de forma global a capacidade de desempregar uma grande massa de trabalhadores como forma de responder à crise, embora esta iniciativa leve a uma diminuição nos lucros –, como o

trabalho, ao impulsionar o agravamento da miséria e o aumento das fileiras da superpopulação relativa, cada vez mais à mercê da caridade pública, nas formas de políticas sociais restritas e fragmentadas.

Esta realidade se intensifica a cada momento em que o capital se desenvolve, impulsionando, neste processo, um aumento incontrolável da exploração do trabalho mediante a intensificação do controle do capital sobre o trabalho, com a utilização de novas técnicas produtivas; é o caso do uso da tecnologia a serviço do capital. É neste contexto que a chamada globalização gera o aumento do desemprego em massa, em termos proporcionais à dinâmica da reprodução do sistema do capital.

No período da recessão do capital, com os limites absolutos do capital ativados pela crise estrutural do capital, o desemprego, além de sua característica de alavanca da acumulação capitalista, adquire uma nova forma – pois sua presença não está mais vinculada aos trabalhadores em setores da produção ainda em desenvolvimento, mas atinge a massa de trabalhadores, tanto na periferia do capitalismo quanto nos países mais desenvolvidos. Esta é uma realidade que aflige uma grande massa de trabalhadores. A partir do agravamento da crise estrutural do capital, o desemprego torna-se permanente no sentido da diminuição cada vez menor da volta ao trabalho, se comparado a épocas anteriores, no período da ascensão econômica, mesmo com suas variações dependendo do ciclo econômico de determinado país ou região. Neste processo, constatamos que o desemprego de certa forma foge ao controle do capital, acirrando ainda mais a crise estrutural deste. Nesta exposição partimos do pressuposto de que tanto o desemprego agrava ainda mais a crise do capital, como a crise do sistema do capital estrutura uma nova fase de desdobramento para o fenômeno do desemprego, tornando-o crônico, de acordo com Mészáros.

A própria dinâmica de autoexpansão do sistema do capital da sociedade capitalista se fundamenta em contradições nas quais o desemprego passa a ser um dos instrumentos de controle não-integráveis como demanda para o capital. Assim como as crises, o desemprego acompanha a história do capitalismo. Neste processo, o capital responde a demandas que sirvam para legitimar o seu funcionamento. É por isso que percebemos que este fenômeno não pode ser respondido de modo absoluto favorecendo o trabalho. A dinâmica de repulsão e atração dos trabalhadores nos setores produtivos depende da dinâmica de autoexpansão da reprodução do sistema do capital. Tal realidade está presente na atualidade, gerando conflitos econômicos, sociais e políticos, e podendo mobilizar mesmo que de forma fragmentada e pontual, lutas pela permanência no emprego ou por mais garantias trabalhistas. Esses conflitos

sociais, segundo Mészáros, minam a estabilidade social, podendo provocar revoltas nos trabalhadores, com os índices de desemprego cada vez mais crescentes.

Com o desdobramento dos limites absolutos do capital ocorre a impossibilidade da viabilização de concessões viáveis para o trabalho, pois com a ativação destes limites são intensificados a exploração do trabalho e o aumento das horas de trabalho, sendo o caso do retorno de forma ampliada da mais-valia absoluta. Neste processo, um dos limites absolutos é o desemprego crônico, e como tal o sistema do capital não pode a ele responder de modo absoluto, já que, como uma demanda não-integrável, sua permanência é funcional para o capital, como forma de controlar o trabalho. A exploração do trabalho é um dos efeitos do aumento do desemprego.

Constatamos que o desemprego tem um duplo caráter: tanto ele é funcional ao sistema do capital, e, portanto, uma demanda não-integrável, quanto uma dinamite social, porque sua permanência perturba a reprodução social. Com esta característica contraditória resta ao sistema do capital responder às consequências do desemprego em benefício do próprio sistema, ao impulsionar uma maior exploração do trabalho, agravando as condições de existência da humanidade em geral.

Em épocas anteriores, no período de ascensão econômica do sistema do capital, dizia-se que o desemprego estava presente especificamente em países em desenvolvimento. Com isso este fenômeno era ignorado, pois afinal os países ainda estavam em desenvolvimento, e chegaria um período em que poderia melhorar a situação dos trabalhadores, pois se afirmava que o desemprego seria temporário. Mas aconteceu o inverso: o desemprego torna-se permanente e global, de forma explosiva para o próprio sistema do capital. No entanto, mesmo o desemprego sendo uma das mais severas contradições do capital, este fenômeno é uma demanda não-integrável pelo sistema, pela sua própria estrutura de controle sobre o trabalho. Assim, mais do que nunca, o desemprego torna-se um instrumento de controle da ordem sociometabólica do capital, pois com a ativação dos limites absolutos do capital, a necessidade de manter o controle sobre o trabalho se converte numa constante no processo de reprodução social, tendo em vista o aumento dos antagonismos do sistema, na forma do desemprego em massa. É por isso que o capital, para tentar responder às suas contradições aumenta ainda mais os problemas que estão intimamente ligados diretamente ao trabalho, na forma do desemprego crônico.

Uma das respostas ao aumento do desemprego é o trabalho flexível, que implica vários desdobramentos negativos para o trabalho, como a precarização do trabalho, o aumento de horas trabalhadas sem aumento de salário, a diminuição de garantias trabalhistas, além do

aumento do trabalho temporário. Esta é a realidade do trabalho hoje como forma de responder às consequências do desemprego, restando o argumento de que é melhor um trabalho temporário, sem garantias, do que ficar desemprego. Portanto, o trabalho flexível é uma estratégia bem assimilada pelo sistema do capital, agravando ainda mais os efeitos do desemprego crônico. Assim, com esta “nova modalidade do desemprego”, com a tendência da globalização cada vez mais dinâmica e atuante, o tão esperando momento do pleno emprego – tão proclamado no período do keynesianismo – torna-se distante da realidade capitalista.

Deste modo, a tendência explosiva do desemprego é a mesma de quase trinta anos atrás, pois várias pesquisas de diversas correntes filosóficas retratam que os índices de desemprego estão cada vez mais altos e expansivos. A nosso ver, o grau de severidade do desemprego está em voga mais do que nunca, e uma alternativa para o sistema sociometabólico como controle é cada vez mais inevitável, em prol da superação dos antagonismos imanentes ao metabolismo social do capital. No entanto, enquanto permanece o controle do capital sobre o trabalho na forma do desemprego, o sistema do capital tenta responder à explosão deste fenômeno, a fim de garantir a permanência do controle em relação ao trabalho, impulsionando uma maior exploração do trabalho.

Assim, desde a crise cíclica até a crise estrutural do capital, percebemos que o desemprego na sua estrutura é caracterizado por duas faces: ora ele permite as capacidades da produção e conseqüentemente da concentração e centralização do capital (daí sua necessidade para o capital); ora pode fornecer as bases que diminuem as taxas de lucro do capital, ao fornecer um maior investimento nos meios de produção e com isso aumentar o capital excedente, provocando uma instabilidade no trabalho e podendo aguçar reivindicações das massas desempregadas (daí uma das expressões que o tornam um fenômeno explosivo para o próprio sistema do capital, além de suas conseqüências no campo econômico). Esta realidade é uma expressão da atualidade, em face da crise estrutural do capital.

A partir desses argumentos, podemos, portanto, dizer que o caráter expansionista do capital sempre imperou neste sistema, impulsionado pela manutenção do controle do capital sobre o trabalho. Para manter sua reprodução a todo custo, o capital impõe para a sobrevivência da humanidade o mais severo de seus antagonismos, a intensificação do desemprego em massa. É nesse contexto de contradições que o sistema do capital, para continuar expandindo e acumulando, submete as necessidades humanas às necessidades do capital de forma mais intensa e contínua.

Hoje, com os limites absolutos do sistema do capital ativados pela crise estrutural do capital, as contradições estruturais do capitalismo estão se agravando, pois a produção

destrutiva, através da taxa de uso decrescente do capital, avança em proporções cada vez mais catastróficas, tanto para o capital – no que se refere as suas limitações a partir da crise estrutural –, quanto para a sobrevivência da humanidade, indo desde o desemprego crônico até a destruição do meio ambiente. Neste processo, a produção destrutiva tanto dissipa recursos humanos como materiais, alterando as relações de emprego e, em decorrência, há o acirramento dos problemas que hoje a humanidade enfrenta com o desemprego crônico, como forma de controle no sentido de ajustar os trabalhadores aos imperativos da reprodução do capital.

Assim, a intensificação dos antagonismos do capital que se apresentam são condições nunca vistas na história da humanidade, pois as contradições do capitalismo se agravam em proporções maiores, na ânsia incessante do lucro. Como forma de solucionar os problemas sociais que ora se agravam, tem-se a implementação do ajuste neoliberal pelo Estado, através da adoção de políticas sociais focalizadas, com custos cada vez mais reduzidos – uma das estratégias que o sistema do capital utiliza como forma de responder as suas próprias contradições. No entanto, as tentativas de resolução dos problemas apresentados até o momento não têm passado de um agravante ainda maior no que se refere às condições de sobrevivência dos trabalhadores, na forma do desemprego como controle.

Tendo em vista a incontrolável expansão do desemprego – no entanto, com limites estruturais –, os debates e discussões sobre este fenômeno são uma constante entre os mais variados intelectuais da atualidade. Muitos dedicam suas pesquisas a fim de propor uma tentativa de encontrar soluções acerca dessa problemática.

No entanto, se analisarmos este fenômeno como fazendo parte de uma lógica destrutiva tão bem assimilada pelo sistema de reprodução do capital, iremos entender que este fenômeno é estrutural ao capital. Por isso, se o desemprego for de alguma forma respondido pela ordem vigente, não será para pôr em questão o sistema de reprodução do capital, pois este fenômeno tem limites; mesmo que sua presença esteja em uma escala global, ele jamais poderá atingir a todos os trabalhadores da produção, pois provocaria a falência do sistema do capital como ordem sociometabólica, ou seja, a estrutura de comando do capital cessaria. Por isso entendemos e deixamos claro que é o capital quem precisa do trabalho para se legitimar, e não o inverso, porque é o trabalho o verdadeiro sujeito da reprodução social. Por isso o capital tenta manter a todo custo seu controle sobre o trabalho, para não pôr em xeque a ordem vigente. Neste sentido, um dos mecanismos mais explosivos, a nosso ver, é o desemprego como controle.

O capital mediado pela busca da manutenção do controle do capital sobre o trabalho, de forma cada vez mais contínua, pode assegurar até certo ponto estratégias de produção que conduzem a um aumento cada vez maior da exploração e precarização do trabalho, cujo indicador é o ajuste deste em benefício do sistema do capital, e não da humanidade.

É por isso que na contemporaneidade são comuns práticas conformistas e reformistas, na tentativa de resolver os problemas sociais e econômicos que a humanidade enfrenta, a partir do desemprego crônico e outras contradições, mas sem solução imediata, pois afinal, os conflitos sociais e econômicos são próprios do capitalismo. Como a tendência de contradições que se coloca para esta sociabilidade é o agravamento dos problemas estruturais do capital, a superação do desemprego e de qualquer outra contradição originada do sistema do capital na sua forma capitalista só depende da classe revolucionária, que são os trabalhadores. Como verdadeiros sujeitos da reprodução da sociedade, são os únicos que podem superar a forma como o capital controla os homens com o desemprego, e não somente o desemprego, mas todas as implicações negativas que afligem o conjunto da humanidade, expressas nesta sociabilidade. Portanto, podemos dizer que o problema do desemprego será mantido enquanto durar a passividade dos trabalhadores aos imperativos do sistema do capital. Nessa direção, a superação do desemprego nesta sociabilidade encontra-se conforme propõe István Mészáros, “Para além do capital”.

REFERÊNCIAS

LESSA, Sergio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, G. *L'estranniazione*, Capítulo IV do volume II de *Per l'ontologia dell'essere sociale*, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Edittori Riuniti, 1981. Trad. Maria Norma A. B. de Holanda (mimeo).

Marx, K. *O capital*. Vol. I. Tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O capital*. Vol. I. Tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *O capital*. Vol. III. Tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *O capital*. Vol. IV. Tomo 1, São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Alex Martins, São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. *Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio. Série pequeno formato 5, 1989.

_____. *A crise estrutural do capital*. In: *Outubro nº 4*, São Paulo, 2000.

_____. *Para além do capital*. Trad. Paulo César e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *As crises e as contradições do capitalismo*. In: *Economia Política: uma introdução crítica*. Vol. I. Biblioteca Básica/ Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NÓS E O MUNDO: O emprego em xeque. São Paulo. 25 de março de 2009. Revista *Carta Capital*, p.34-38. Texto original extraído do jornal *The Economist*.

- PANIAGO, Cristina S. P. *Mészáros e a incontrollabilidade do capital*. Maceió: Edufal, 2007.
- PIMENTEL, Edlene. *Uma “nova questão social”?* Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje. Maceió: Edufal, 2007.
- POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. IN: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- _____. *O desemprego na globalização, a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a revolução da força global de trabalho*. Tradução de Ruth Gabriela Banh. São Paulo: Editora Afiliada, 1995.
- Sites: www.r7.com – notícias: *Organização Internacional do Trabalho faz alerta devido à crise financeira*, São Paulo. Disponível em < <http://noticias.r7.com/economia/noticias/crise-faz-desemprego-bater-recorde-no-mundo-20100126.html> > acesso em: 18/9/2010.
- _____: www.folha.com.br *folha online*. Acesso em 24/9/10.